

REPÚBLICA

ANO V | EDIÇÃO 24 | MARÇO 2016

R\$49,90 | EXEMPLAR DE CORTESIA

Como antes

Na contramão das estatísticas, Curitiba, com atendimento humanizado em maternidade da Rede Pública, contabiliza 75% de partos naturais

A ESPERANÇA DE UM RIO
PROJETO AMBIENTAL DA SECRETARIA ESTADUAL DE SÃO PAULO REVIVE AS MARGENS DO RIO PINHEIROS

MUDANÇA À VISTA
A PARTIR DE 2017, PREFEITURAS DE TODO PAÍS DEVEM COLOCAR EM PRÁTICA UMA NOVA FORMA DE CELEBRAR PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



PROGRAMA CINEMARK MANIA

Todo mundo ama, todo mundo quer.





BRINDES COMBOS PROMOÇÕES

ADQUIRA JÁ
O SEU CARTÃO
NAS BILHETERIAS
E APROVEITE.

Ingresso
gratuito

DEPOIS FAÇA SEU CADASTRO NO SITE DA CINEMARK E AINDA
GANHE UM INGRESSO PARA QUALQUER SESSÃO
DE 2ª A 5ª-FEIRA, INCLUSIVE PARA SALAS 3D E XD.

Acesse o regulamento em cinemark.com.br/cinemarkmania e saiba mais.

CINEMARK®

É MAIS QUE CINEMA. É CINEMARK.

Nacional

Marco regulatório muda forma de celebrar parcerias
12 a 14

Comunicação

Ouidoria ativa é modelo pioneiro
16 e 17

Economia

Des. Econômico/Empreend.
A Fábrica de Ideias e os novos empreendedores
18 e 19

Desenvolv. Econômico
Mais trabalho e renda graças à lei específica
20 e 21

Emprego/Economia Solidária
O campo vem para a cidade
22 e 23

Finanças

Finanças
Animal adotado garante benefícios no IPTU
24 e 25

Cidadania

Assistência Social
Uma vida mais longa e feliz para o idoso
34 a 37

Inclusão Social
Detentos produzem livros para deficientes visuais
38 e 39

Inclusão Social
A democracia da acessibilidade
40 e 45

Mobilidade Urbana
Assentos de ônibus são todos preferenciais
46 e 47

Educação

Educação especializada para superdotados
48 e 49

Educação especializada para superdotados
50 e 51

Teste avalia qualidade do ensino de rede municipal
52

Tecnologia

Aplicativo aproxima pais da vida escolar dos filhos
53

Meio Ambiente

Material de apoio científico é usado em rede de educação
54 a 56

Guia ensina a elaborar plano de resíduos
57

Áreas particulares são enquadradas como IPAVs
58 e 59

Parceria

Projeto ambiental revive as margens do rio
60 e 61

Saúde

Grande passo reduz mortalidade infantil
62 e 63

Cultura

Lei revigora produção cultural
64 e 65



FOTO: MARCIO FABIAN

Planejamento Urbano

Transportes/Política Pública
Tarifas Zero ajudam no desenvolvimento econômico
68 a 71

Transportes
Carros elétricos vão 'tomar' capital
72 e 73

Transp./Mobilidade Urbana
Abrigos ecológicos viram pontos de ônibus
74 e 75

Urbanismo

Ciclovias e ciclofaixas em funcionamento
76 a 81

Ciência e Tecnologia

Tecnologia/Meio Ambiente
Aplicativo tem missão de divertir e conscientizar
82 e 83

Tecnologia/Inovação
ZUP: este aplicativo está em três cidades
84 e 85

Turismo

O turismo como fonte de renda nacional
86 e 87

Turismo/Economia
Cidades são campeãs em competitividade turística
88 a 91

Leis

Agora é Lei
92 e 93

Gestão em Pauta

LRF, um desafio para as prefeituras
94 a 97

Artigo

O turismo como fonte de renda nacional
98



8 a 11

Segurança

Prefeitos devem investir nas Guardas Municipais

FOTO: DIVULGAÇÃO



26 a 33

Saúde
O direito de nascer naturalmente

FOTO: VALDECIR GALOR/SMCS



66 e 67

Esportes

Esporte é ferramenta de inclusão social

FOTO: DIVULGAÇÃO

Publisher

• Donizete Fernandes

Edição

• Sheila Colombo - Mtb 10.787

Redação

• Fernanda Betoncini - Mtb 57.571
• Marianna Fanti - Mtb 55.401
• Robson Gisoldi - Mtb 45.480
• Veneza Macauba - Mtb 75.375

Colaboradores

• Felipe Martins - Mtb 62.006
• Felipe Menezes
• Gil Luiz Mendes - Mtb 4672
• Ivi Nogueira Piotto
• João Pedro Schleder
• Mariangela Devienne - Mtb 22203
• Rodrigo Tavares
• Viviane Raymundi - Mtb 22.149

Foto de Capa

• Valdecir Galor/SMCS

Revisão

• Professor Isaiás Gomes de Lima

Projeto Gráfico e Capa

• Michelle Monteiro
(RP8 Comunicação)

Diagramação

• Evelyn Domingues - Mtb 48.250

Tratamento de Imagens

• RP8 Comunicação

Gerente Comercial

• Maysa Calmona

Negócios em Mídias On e Off-line

• Ney Euphrausino

Comercial

• Erica Alves

Projetos Especiais

• Débora Sartori

Diretor Financeiro

• Doan Oliveira

REPÚBLICA

CONTATOS:

Fone (11) 4438-7329

contato@revistarepublica.com.br

redacao@revistarepublica.com.br

REVISTA REPÚBLICA

é uma publicação da RP8
Comunicação, Publicidade
e Marketing

ENDEREÇO:

Rua Alcides de Queirós, 131

Santo André - SP - CEP 09015-550

IMPRESSÃO

COAN GRÁFICA

Av. Tancredo Neves, 300

Tubarão - Santa Catarina - Brasil

CEP 88704-700

TIRAGEM

10.000 exemplares

AUDITADA POR



ATIVA - Serviços Empresariais S/S Ltda



Editorial

E o barquinho vai...

Não bastasse o seríssimo problema na área da Saúde com a devastação que o aedes aegypti vem causando país a fora, sem falar de outras tantas mazelas com as quais se convive no dia a dia, o fato é que a atual situação do Brasil, para todo lado que se olhe, vem tirando o sono da população, essencialmente daqueles que dependem única e exclusivamente do próprio trabalho, para garantir o seu sustento.

Com a estagnação da economia, empregados e empregadores, de qualquer nível ou segmento estão no mesmo barco, torcendo para alcançar rapidamente um porto seguro apesar dos ventos e das ondas fortes e rota desconhecida. Não fora do mesmo barco, os políticos também balançam frente a tamanho quadro de incertezas, agravadas até por ser este um ano eleitoral, quando 5570 municípios elegerão seus novos comandantes.

Contudo, se engana quem pensa que, apesar de cenário tão adverso, está tudo perdido. Apesar de o barco estar quase à deriva, são muitos os portos - dos menores aos maiores - que, apesar das inúmeras dificuldades que ora atravessam, continuam a ter iniciativas que dão algum fôlego à população, já que beneficiam diretamente seus habitantes.

É essa a função da revista República. Como um barquinho que vai seguindo seu curso, ancora, em tantos portos, com a missão de recolher e espalhar boas notícias, que capta aqui e ali. Pois, esta edição está recheada de boas notícias, na forma de projetos dignos de registro. Na área de Saúde, por exemplo. Diante de tanta turbulência, o que pode ser tão relevante quanto um parto humanizado, ou então a redução da mortalidade infantil? Se o olhar for para a área de Meio Ambiente, quanto será que vale devolver a esperança a um rio? E nestes tempos difíceis, em que a solidariedade é o que conta - ou deveria contar -, como não saber que uma cidade está levando o campo para a cidade, dividindo o pão, envolvendo toda a comunidade local?

Bem, são só exemplos, mas que, no mínimo, merecem ser conhecidos e, se possível, replicados. Tem mais. A questão da responsabilidade fiscal, um desafio constante para todas as prefeituras, e como elas devem se preparar para, a partir de 2017, colocar em prática uma nova forma de celebrar parcerias com as organizações da sociedade civil.

Dizem que é nas intempéries que surgem as ideias mais criativas, as melhores soluções, ou, trocando em miúdos, as oportunidades, já que, aqui, elas significam 'crise', palavra que volta com peso especial e que hoje todo brasileiro conhece. Enfim, enquanto os futuros novos comandantes engrenam suas campanhas e candidaturas ao cargo, a expectativa é que até lá este barquinho, apesar das águas turvas, continue a deslizar com um mínimo de calma, continuando a cumprir o seu papel.

Donizete Fernandes
Publisher

**SER FELIZ
É RECONHECER QUE
VALE A PENA**



**VIVER A VIDA
COM MUITA
SAÚDE!**

463 Parabéns
Santo André
Terra Mãe de
todos os Paulistas
ANOS



FUNDAÇÃO DO ABC

DESDE 1967

Especialista defende que prefeitos invistam nas Guardas Municipais

José Luís Martins Navarro afirma que proximidade com o cidadão é um fator importante, que favorece o trabalho dos GCMs nas cidades

• Robson Gisoldi

“A segurança pública é o ‘calcanhar de Aquiles’ de qualquer governante”. Com essa afirmação, o secretário de Segurança Urbana e Comunitária de Santo André, José Luís Martins Navarro, resume bem o desafio que o setor representa para os gestores públicos brasileiros. O entrevistado para essa edição da República tem uma trajetória extensa e qualificada para abordar o assunto. Coronel da Polícia Militar de São Paulo e doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, com 35 anos de serviços prestados à sociedade, Navarro ingressou na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, em 1979. Foi promovido a coronel, último posto da corporação, em 11 de setembro de 2009. Serviu em diversas unidades operacionais, dentre elas o Regimento de Polícia Montada e o Comando de Policiamento de Área Metropolitana – 6, região do Grande ABC Paulista, onde exerceu o cargo de comandante entre setembro de 2009 a maio de 2011. Foi chefe da Assessoria Policial Militar da Assembleia Legislativa. Entre suas condecorações está a medalha do Jubileu de Prata da Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da Organização das Nações Unidas – ONU.

Nesta entrevista, Navarro afirma que os prefeitos precisam se empenhar em criar, aparelhar e treinar cada vez mais suas Guardas Municipais, além de investir em tecnologia, monitoramento e criação de Gabinetes de Gestão Integrada, para combater o dinamismo da criminalidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em estudo divulgado em 2014 sobre o Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014, o percentual de municípios com guarda municipal, que era de 14,1% (786 municípios) em 2006, passou para 19,4% (1.081 municípios) em 2014. O Rio de Janeiro continuava sendo o estado com maior incidência de municípios com guarda municipal (84,8% ou 78 municípios), e o Acre o único sem nenhuma guarda instituída. O Estado de São Paulo concentrava a maior parte dos municípios onde a guarda municipal utilizava arma de fogo (117 municípios). Por outro lado, em Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá, Piauí e Minas Gerais nenhuma guarda fazia uso deste tipo de arma.

Navarro afirma ainda que, com a criação da Lei 13.022/2014 - o Estatuto Geral das Guardas Municipais - (sancionada pela Presidência da República, que dá as Guardas Municipais não só o poder de polícia e atuação

dentro dos próprios públicos), a integração das forças policiais é um caminho que deve ser percorrido.

Revista República - Durante muitos anos, o discurso de que Segurança Pública não era responsabilidade dos municípios foi repetido veementemente por diversos gestores públicos. O senhor concorda com essa posição?

José Luís Martins - A segurança primária, que é a básica, sempre foi responsabilidade do gestor público do município. Então óbvio que, constitucionalmente, o maior da segurança pública é função do Estado, por meio das suas polícias Militar e Civil. Mas, com o passar dos anos, a evolução da sociedade e o aumento populacional, as Guardas Civis Municipais – GCM que foram criadas pelas prefeituras, ajudaram o Estado a cuidar dos equipamentos públicos. A nossa aqui tem 30 anos. É nova ainda, uma vez que a Polícia Militar de São Paulo está com 192 anos, mas veio para colaborar e dar força para essa segurança primária.

Fale um pouco sobre as complexidades do investimento em segurança.

Segurança é cara porque tecnologia, armamento e viaturas custam muito. Por isso era até cômodo para algumas prefeituras falarem que esse assunto é responsabilidade constitucional do Estado, portanto, ele que deve fazer as ações necessárias. Porém, isso está mudando bastante e a criação das Guardas vêm ao encontro de os prefeitos assumirem essa responsabilidade, também auxiliando Estado.

Quando falamos em ações primárias de responsabilidade das prefeituras, quais podemos destacar?

Ações simples como a poda de árvores e iluminação pública - setor que tivemos investimentos pesados aqui em Santo André - são fatores que auxiliam as polícias no combate à criminalidade. Você sabe muito bem que mato grande é foco propício para que marginal se esconda, rua escura faz com que ele use daquele momento, para atacar suas vítimas. Enfim, a prefeitura tem um papel muito importante nisso. E com a criação das GCMs e agora com o advento do Estatuto Geral das Guardas Municipais estas passam a auxiliar as polícias dentro de sua atividade primordial de Segurança Pública.



O trabalho integrado é uma necessidade?

A gente já vinha debatendo isso há muito tempo, aí vem a nossa experiência como coronel, em 2009. No passado existia aquela rixa, que hoje a gente acha inadmissível existir, porque Segurança Pública é o ‘calcanhar de Aquiles’ de qualquer governante. Afeta todo mundo; portanto, brigar por espaço na área de Segurança é uma grande burrice. Você tem que unir forças e integrar. Aqui em Santo André tem tido um sucesso muito grande. Hoje não dá para falar “isso não é papel da Guarda Municipal”, pois, para o cidadão de bem, não interessa se é Guarda, Aeronáutica, Exército ou se é Marinha. Ele quer se sentir protegido e ter a sensação de segurança. É um contexto de união de forças que vai fazer com que a criminalidade reduza, pois ela não terá espaço para atuar. Quanto mais áreas da cidade forem cobertas e supervisionadas por forças de Polícia, melhor.

Já há exemplos práticos de avanços nessa integração?

A Prefeitura tem a tecnologia do videomonitoramento, que ajuda bastante a PM aqui em Santo André. Nós autorizamos que a Polícia utilize nossa estrutura, ou seja, a Prefeitura criou a estrutura e as forças de polícia utilizam. Hoje nós estamos com a experiência de um Policial Militar trabalhando dentro de nossa central. O serviço está liberado também para a Polícia Civil, caso precise fazer uma investigação. Não é dividir espaço, pois esse é o papel da Prefeitura montar mecanismos dentro de sua capacidade financeira. É óbvio que o Estado tem mais recursos para melhorar o treinamento de seus guardas e muito mais. Pegamos a cidade com 19 câmeras e vamos chegar a 100. Estamos buscando recursos do Governo Federal, por meio do Programa ▶

“Crack é Possível Vencer”. É a Prefeitura buscando recursos federais para investir em segurança.

Existem outras ações municipais que ajudam no controle da segurança?

Onde existe desordem pública, há propensão ao crime. O comércio irregular nos grandes centros, por exemplo, precisa ser combatido, pois, o aglomerado de pessoas sem organização, facilita a ação do criminoso e o controle urbano é papel da Prefeitura.

Na sua região há projetos de Segurança Pública em desenvolvimento que podem trazer inovações no setor?

Estamos trabalhando desde 2013 dentro do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, com ações integradas regionais, pois o crime não tem fronteira. Não podemos trabalhar cada cidade individualmente, pois o criminoso usa dessa facilidade. Por exemplo: “faço em Santo André e corro para Diadema, pois da divisa não vão passar”. No Consórcio temos o Grupo de Trabalho de Segurança e estamos trabalhando com dois grandes projetos. O primeiro é o Centro Integrado de Formação e Treinamento das Guardas Municipais e foi lançado em novembro de 2015, mas, efetivamente, deve entrar em operação em 2016. O profissional de Segurança não pode errar e precisa de treinamento especializado, assim como na Medicina, pois o erro pode ser fatal às pessoas. Quando trabalhamos forte o treinamento e a reciclagem, nós buscamos reduzir erros que podem ser catastróficos na Segurança, como muitas vezes vemos por aí. O objetivo é formar o profissional dentro de uma linha que o Governo Federal abraçou com essa Lei, dando mais força à Guarda Municipal, com uma matriz curricular bem semelhante às das Forças de Segurança. Quando você padroniza atuações, como eu falo que o crime não tem divisa, não adianta a Guarda de Santo André e a de São Bernardo atuarem de forma diferente, pois o criminoso pensa “aqui ela é mais frouxa, pois tem menos efetivo ou estrutura”. O que nós queremos com esse centro, que acredito que vai ser uma referência para o País e o mundo, é padronizar a atuação dos Guardas dentro da matriz federal.

E o segundo projeto?

O segundo grande projeto é mais complexo e envolve a parte financeira. É a criação de um portal unificado de videomonitoramento das cidades e fazer daí o monitoramento das divisas, pois, o crime, também estuda a segurança para descobrir formas de

burlar; temos que nos atualizar constantemente. Todos os municípios buscam criar suas centrais de monitoramento, mas queremos fechar todas as cidades, inclusive os limites com a capital, dentro de um portal unificado em que as sete guardas possam atuar juntas de forma interligada, com acompanhamento completo. Vai ser uma experiência fantástica, mas é caro. Fizemos o levantamento dos cursos, todos os prefeitos aprovaram a ideia e nos autorizaram a pleitear recursos dos governos federal e estadual.

Pela sua experiência, o cidadão percebe essas medidas rapidamente?

Isso vai impactar na sensação de segurança das pessoas, pois sempre falo que guarda bem treinado transmite sensação de segurança ao cidadão. Ele confia quando sabe que o profissional que o atende foi bem formado, o município se sente seguro, diferentemente daquelas ações catastróficas que vemos muitas vezes em que o cidadão passa a ter medo quando vê uma viatura. Em vez de se sentir seguro ele sente receio que possa acontecer algum tiro a esmo ou alguma desgraça. Aqui nos preocupamos muito com isso e nossa marca é realmente a qualificação e treinamento do Guarda Municipal; inclusive formamos com a utilização do Método Giralddi (padrão que consiste em um conjunto de técnicas e normas, criado por Nilson Giralddi, utilizado pelos policiais do Estado de São Paulo desde 1998), que ensina a preservação da vida em ações de segurança, que é determinação federal.

A proximidade com o cidadão é importante?

O GCM tem essa facilidade, pois conhece o dono da padaria, do mercadinho... Ele é da cidade e as pessoas o observam desde cedo. Sabem quem é competente e boa gente. Até adquirir esse vínculo com o cidadão, demora. Por isso que a Polícia Militar criou as bases móveis para melhorar essa aproximação com o cidadão, pois não existe trabalho de segurança sem o apoio da população. Se eu como profissional de Segurança não tiver a confiança e o apoio do morador local em informações, dificulta tudo. As reuniões de Conselhos de Segurança - Conslegs têm GCMs participando para ouvir as reivindicações e o conhecimento dos cidadãos para fazermos nosso planejamento do combate ao crime, da melhor forma possível. O envolvimento da comunidade está evoluindo muito em conselhos em geral e gera estatísticas para nosso trabalho. Temos que trabalhar ouvindo as pessoas, diariamente. A demanda



“Com inteligência conseguimos dar uma resposta à sociedade.”

muda a todo instante, pois o crime é dinâmico. Por isso a resistência das forças de Segurança em montar base fixa, pois antes o morador queria um guarda na porta da sua casa e se considerava seguro, mas não há como. Tem que ter uma estrutura completa, com tecnologia e atuação abrangente para melhorar a sua atuação.

Pela sua experiência, o cenário futuro é otimista quanto à possibilidade da redução da violência?

Sim, o treinamento dos profissionais tem melhorado muito em diversas cidades. Os municípios estão buscando quem tem mais know-how para melhorar seus processos; a Lei 13.022/2014 é muito nova, mas o cenário é promissor. As guardas são muito novas e tinham uma preocupação primordial apenas pelos próprios públicos, praças, parques ... e agora a Lei ampliou a atuação e elas estão se adequando. A perspectiva futura é as guardas caminhando lado a lado com as polícias Militar e Civil, tendo responsabilidade de trabalhar pela Segurança. Caminhando juntas, pois é idiotice brigar por espaço. Tem que unificar. O policial militar serve ao Estado, já o guarda municipal serve à cidade. É o que eu falo: o prefeito é da cidade e conhece o município. O GCM conhece muitas vezes melhor a cidade que o PM, que muitas vezes vem transferido de outras localidades. A Guarda vem com essa facilidade. As polícias sempre solicitam a participação de nossa guarda em ações integradas, não sei se isso está ocorrendo em outras regiões, acredito que sim, mas nossa experiência aqui está fantástica. A Guarda vai ter um papel cada vez mais importante por ser regionalizada, pois em sua maioria é formada por moradores da cidade.

Os gestores públicos de diferentes municípios brasileiros, que têm na violência o seu maior desafio, devem começar por qual caminho para melhorar seu sistema de segurança?

O primordial que eu vejo hoje, para pensar a Segurança, é investir em tecnologia e monitoramento, pois auxilia todas as forças. Colocar câmeras dentro de áreas específicas, com maior possibilidade de ocorrências de delitos e depois estudar essas informações dentro de um gabinete de gestão integrada, ajuda muito. O prefeito precisa criar um gabinete específico com pessoas de know-how na área de Segurança, independentemente se é Policial Militar ou Civil. Tem que buscar pessoas qualificadas e com experiência para poder decidir ações que dentro do município possam colaborar com o Estado de forma regional. Se melhora a Segurança Pública em Santo

André, melhora no Estado e no País. Não dá para colocar um policial em cada esquina, isso é impossível, mas, a tecnologia e um monitoramento qualificado suprem de forma inteligente as necessidades. O que mais interessa à população é você antecipar o fato. Pegar o indivíduo armado antes que ele faça um disparo e provoque um homicídio. É evitar que o crime aconteça. Para a população não interessa usar a expressão do passado "o caçador de bandidos". O que ela quer é que o crime não aconteça. Depois que você tem a arma na cabeça te ameaçando de morte e a polícia vai lá e prende o cidadão, já ficou a seqüela. Temos que estar no local certo, na hora certa. Vasculhando a cidade, onde é possível ter ocorrências.

A inteligência na gestão da Segurança Municipal ajuda nessa antecipação das ocorrências?

O marginal testa o sistema para ver se os olhos estão atentos. Quem quer praticar o crime, quer facilidade. As prefeituras têm condição de fazer, pois o gestor municipal conhece muito melhor a sua cidade, o seu canto, do que o Estado. O Governo tem a noção geral do Estado, mas não particularizada da cidade. Quem a tem é o prefeito, que está próximo e conhece sua cidade. A segurança primária ajuda bastante a parte criminal, dentro de seu espaço.

Qual o recado que o senhor deixa aos prefeitos brasileiros para aperfeiçoar seu sistema de segurança?

Que acreditem e invistam cada vez mais em sua Guarda Municipal. São profissionais conhecedores dos problemas da sua cidade e colaboram para a melhoria da segurança pública. Hoje tenho uma demanda que não sei se o comandante da PM tem, pois chamam para todos os locais. Hoje temos 720 homens entre GCMs e Seguranças Patrimoniais; mas, não adianta número, se não houver qualidade. Se o agente de segurança não tiver qualidade, não dá. Com inteligência conseguimos dar uma resposta fantástica à sociedade. O cidadão quer qualidade nos profissionais. Se as pessoas de bem estiveram unidas é ótimo, porque a criminalidade também se une, mas tem muito mais gente boa do que ruim, graças a Deus. É só ver quanta gente acorda cedo para ir ao trabalho, pegando ônibus e trem, se dedicando o dia inteiro e chegando tarde em casa, para sua família. Muito mais gente do que desocupados e desordeiros. Com mais integração e união o crime vai perdendo força. Ele sabe que pode até fazer, mas o cidadão confia em sua polícia, vai ligar e o cerco vai fechando para todos viverem em paz e em segurança. ■



"O Governo tem a noção geral do Estado, mas não particularizada da cidade."

Mudança à vista

Marco Regulatório muda forma de celebrar parcerias com organizações sociais

• Viviane Raymundi

As prefeituras de todo País devem se preparar para, a partir de 2017, colocar em prática uma nova forma de celebrar parcerias com as organizações da sociedade civil, as chamadas OSCs.

A Lei Federal 13.019/2014, ou Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que começou a vigorar em janeiro para os governos estaduais e a União, passa a valer para os municípios a partir do ano que vem, não por coincidência no início dos mandatos dos novos prefeitos, que serão eleitos a partir do próximo mês de outubro.

A importância do tema não é irrelevante. Em todo País, há mais de 324 mil organizações da sociedade civil, entre elas fundações e associações privadas sem fins lucrativos, que recebem recursos públicos, atuando nas mais diversas áreas, muitas delas em convênios com o poder público, executando tarefas importantes para a sociedade, inclusive de atendimento à população. Juntas, tais organizações empregam mais de 2,2 milhões de pessoas.

Segundo a advogada Laís de Figueirêdo Lopes, assessora especial do ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, a criação deste Marco Regulatório foi uma demanda das próprias organizações sociais, que não tinham uma segurança jurídica com os convênios firmados com o poder público. “A lei traz esta segurança jurídica e também mais transparência para as parcerias celebradas com as administrações públicas, além de ajudar no comba-

te à corrupção”, afirma.

Todas as parcerias celebradas entre as administrações públicas e as OSCs devem seguir as regras do novo Marco Regulatório. A pedido das entidades municipalistas, as prefeituras são obrigadas a seguir a lei apenas a partir de janeiro de 2017, enquanto estados e governo Federal já devem utilizá-la. “Este tempo foi solicitado para que os municípios pudessem criar capacidade de se organizar e aprender com a experiência dos governos estaduais e Federal. Além disso, este é um ano eleitoral. Mas, as prefeituras que se sentirem aptas podem se antecipar e aplicar a legislação antes de 2017”, salienta a assessora.

O QUE A LEI TRAZ DE NOVO

O MROSC obriga que as administrações municipais façam o chamamento público, para realizar qualquer parceria com organizações da sociedade civil. Desde 2011, o chamamento público⁽¹⁾ é obrigatório para o governo Federal, mas, a regra ainda não valia para estados e municípios. Além disso, o Marco cria dois novos instrumentos jurídicos: o Termo de Colaboração⁽²⁾ e Termo de Fomento⁽³⁾. “A lei tomou o cuidado de reconhecer dois tipos de atividade que podem gerar parcerias entre a administração pública e as OSCs. Uma, de colaboração, tem começo, meio e fim. É aquela política pública proposta pela administração, que tem por obrigação executá-la. A outra, de fomento, é o reconhecimento e o incentivo a um projeto realizado pela organização social, mas que tem interesse público”, explica Laís.

Para celebrar um dos termos com a administração pública, a OSC deve ser pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Clubes, associações de servidores, partidos políticos ou entidades similares não poderão celebrar parcerias com a administração pública. No caso dos municípios, apenas entidades com um ano ou mais de existência podem participar.

A lei também não permite que os gestores exijam das organizações sociais, títulos ou certificados, o que significa que as entidades não precisam mais apresentar certificados de utilidade pública, concedidos normalmente pelas câmaras municipais, para celebrar um convênio. No âmbito Federal, este tipo de certificado, criado em 1935, foi extinto em dezembro passado. A medida visa a dar chances iguais de participação no chamamento, a todas as organizações que exercem a atividade.

Também foi criado o Acordo de Cooperação⁽⁴⁾, para parcerias que não necessitam de transferência de recursos. O convênio⁽⁵⁾, instrumento jurídico normalmente usado até então para celebrar as parcerias entre as OSCs e as administrações, passa a ser exclusivo para parcerias entre entes públicos, como governos estaduais e prefeituras, por exemplo. Aliás, esta já era a função original dos convênios. ▶

⁽¹⁾ Em Glossário do Marco Regulatório

⁽¹⁾ Chamamento Público – tipo de concurso ou seleção pública para a escolha da melhor proposta para uma determinada ação ou serviço. É necessário quando o gestor precisa realizar parceria com uma entidade privada sem fins lucrativos, que envolve repasse de recursos públicos.

⁽²⁾ Termo de Colaboração – utilizado quando a iniciativa é da administração pública, para a realização de uma política pública existente que precisa ser executada, acompanhada, pesquisada ou mesmo avaliada pela organização da sociedade civil.

⁽³⁾ Termo de Fomento – utilizado quando a iniciativa é da organização da sociedade civil, tendo como objetivo ampliar ou consolidar uma política pública já em andamento ou que será criada. A intenção é apoiar uma ação da própria OSC que não é uma obrigação pública, mas tem interesse público.

⁽⁴⁾ Acordo de Cooperação – utilizado nas parcerias realizadas sem transferência de dinheiro do poder público para a organização.

⁽⁵⁾ Convênio – passa a ser exclusivo para parcerias celebradas entre entes federados, como governos do estado e prefeituras, ou governos federal e estaduais.



Perspectiva externa da UBS

FOTO: DIVULGAÇÃO

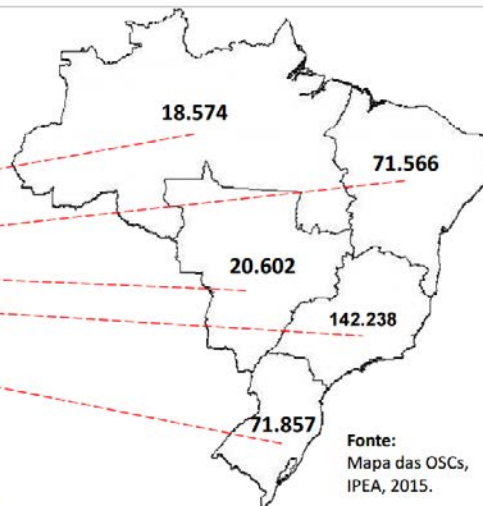
Retrato do setor

324.837 fundações e associações sem fins lucrativos

Regiões

- 6% Norte
- 22% Nordeste
- 6% Centro-Oeste
- 44% Sudeste
- 22% Sul

OSCs estão presentes em **5.552** municípios
99,82% dos municípios têm, no mínimo, uma OSC registrada



Fonte:
 Mapa das OSCs,
 IPEA, 2015.

Secretaria de Governo do



E as parcerias já em andamento?

Com prazo de vigência fixo

-Seguirão a legislação vigente na data em que foram assinadas (se houver atraso na liberação dos recursos, podem ser prorrogadas apenas pelo tempo equivalente ao atraso).

Com prazo de vigência indeterminado

-Devem ser substituídas pelos instrumentos jurídicos da nova lei ou rescindidas.

Prorrogáveis em até um ano da entrada em vigor da lei

-Devem ser substituídas pelos instrumentos jurídicos da nova lei ou rescindidas.



Lais de Figueiredo Lopes

MELHOR PARA A POPULAÇÃO

Uma das queixas mais frequentes das entidades antes da formulação da lei era que problemas burocráticos ou formais dos convênios muitas vezes embaçavam o resultado positivo de um bom projeto. Também não são raras as acusações de desvio de recursos públicos através de convênios com organizações sociais, o que gera na população uma certa desconfiança em relação a este tipo de parceria, dificultando o trabalho das entidades idôneas.

Com as regras para acesso aos recursos e de controle criadas pelo Marco Regulatório, a aposta é que o trabalho desenvolvido pelas organizações sociais passará a ser mais valorizado, com ênfase maior nos resultados atingidos e solução dos problemas, e não apenas na prestação de contas. Com isso, afirmam, é a população que sairá ganhando, pois haverá melhora no serviço. “A nova lei contribuiu para a descriminalização das organizações sociais e resgata a confiança pública nestas entidades”, diz Laís. É fato, também, que a

nova lei traz critérios que dificultam a corrupção. Além de terem de estar com todas as suas obrigações legais em dia, não poderão possuir em seus quadros dirigentes ligados a gestores públicos ou condenados por improbidade administrativa.

Ao mesmo tempo, para realizar um chamamento público, a administração pública deverá antes definir os resultados que devem ser atingidos e dar publicidade às formas de controle público e social que serão adotadas. O chamamento também deve conter as áreas de abrangência do projeto, o volume de recursos disponíveis e os critérios de acesso.

OSCS PELO PAÍS

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, as OSCs estão presentes em 5.552 cidades do País, ou 99,82% dos municípios brasileiros. Só com o Governo Federal, estima-se que pelo menos 15% delas mantiveram alguma relação direta ou indireta entre 2009 e 2013, de acordo com levantamento da Fundação Getúlio Vargas.

O estudo do Ipea aponta que, no nível federal, 28,5% afirmam ser religiosas, 12% informam atuar com cultura e recreação e 10,5% com assistência social. Outras 30,1% se enquadram na área de defesa de direitos e interesses dos cidadãos, o que inclui as áreas de saúde e educação.

O volume de recursos públicos que elas movimentam também não é inexpressivo: entre 2003 e 2011, por exemplo, o Governo Federal realizou R\$ 29 bilhões de transferência para tais organizações, por meio da celebração de mais de 36 mil convênios. Não há um levantamento nacional, que abranja as esferas municipais, estaduais e Federal, sobre os principais motivos que levaram à assinatura de convênios, atualmente entre o poder público e as organizações sociais. Das parcerias realizadas apenas pelo Governo Federal, entre 2010 e 2013, a maior parte delas, ou 42%, foram para manutenção de unidades de saúde, segundo o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv. ■

Muita gente não sabe,
mas no ABC estão algumas
das empresas mais
promissoras do Brasil.

**É exatamente por isso
que estamos aqui:
Pra fazer todo mundo saber.**

Fale conosco: 11 2199.2299 - atendimento@agenciamemories.com



agência
memories

Ouvidoria Ativa

Prefeitura gaúcha desenvolve modelo pioneiro de Ouvidoria, para atender às demandas da comunidade

• Veneza Macauba

Ouvir a população é uma forma eficiente que o Poder Público tem para aprimorar a qualidade dos serviços. Na cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul, aproximadamente 200 moradores são contatados, diariamente, para avaliar o atendimento recebido nos equipamentos municipais. Pioneira no País, a Ouvidoria Pública Ativa é uma inovação de sucesso da Prefeitura gaúcha; o órgão compõe o conjunto de ferramentas da Secretaria de Comunicação - Secom, com a finalidade de gerar interlocução entre a gestão pública e moradores.

O canal é um braço da Ouvidoria municipal, órgão de caráter unicamente receptivo. Já a Ouvidoria ativa tem a característica de realizar contato com o cidadão após a utilização dos serviços públicos, além de acolher as demandas e conhecer a realidade dos setores da Saúde, Educação, Segurança, Meio Ambiente e Direitos Civis, mobilizando, assim, todas as esferas do município. “A Ouvidoria é uma ferramenta de gestão democrática, cuja finalidade é proporcionar o diálogo entre a população e o Poder Executivo Municipal, sendo um importante mecanismo de escuta do cidadão, visando à melhoria no serviço público”, declara a ouvidora municipal, Michele Onhate.

Segundo ela, a reforma administrativa regulamentada pela lei municipal nº 4.420/2009 deu origem à Ouvidoria Municipal, que antes estava vinculada ao gabinete do prefeito. Com o início das

atividades, em 2011, a Administração passou a ouvir as manifestações dos cidadãos, utilizando os apontamentos para implantar novas ações e iniciativas em prol da qualidade de vida dos erечinenses.

Em cinco anos de atuação foram contabilizados 138.499 contatos de pós-atendimento. Segundo o Governo, o relatório de 2015 foi apresentado com os seguintes resultados: 38,5 mil pessoas contatadas, com índice de satisfação de 88,80%, além de 3.799 demandas recebidas – com índice de 79,13% de resolução positiva. “Fazemos contatos com base nos

registros dos usuários das Unidades Básicas de Saúde - UBS, hospitais e escolas municipais”, diz a ouvidora, explicando que os funcionários avaliam atendimento prestado, dialogam com os pais de alunos da Rede de Ensino Municipal. “Afora o atendimento avaliamos estrutura e alimentação nos locais”, completa Michele.

De acordo com ouvidora são realizados mensalmente cerca de três mil contatos; as demandas são analisadas e encaminhadas às secretarias competentes, responsáveis em oferecer soluções. Posteriormente, a Ouvidoria comunica o parecer do órgão público ao cidadão. “O retorno acontece independente de ser positivo ou negativo, ou seja, todos munícipes que são contatados, ou que contatam a Ouvidoria, têm respostas. O respeito ao próximo é a premissa aplicada na nossa administração” ressalta a ouvidora.

FOTOS: SECON/PME



Foto aérea de Erechim



Michele Onhatte

Ouvidoria Pública

■ Órgão da Administração Pública que permite o diálogo entre o cidadão – usuário dos serviços públicos – e o Governo, com a finalidade de viabilizar o controle social da qualidade dos serviços públicos e possibilitar ao gestor a formação de diagnósticos, para a ação qualitativa na melhoria da prestação dos serviços.

■ Por meio da Ouvidoria, o cidadão participa de forma efetiva da gestão pública, seja nas esferas federal, estadual ou municipal.

UM BOM PROGRAMA

A boa gestão do programa Ouvidoria Municipal de Erechim: Um Canal de Cidadania, obteve reconhecimento estadual, premiado no 13º Prêmio Gestor Público, em 2014. Promovido pelo Sindifisco-RS; Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul e pela Afisvec - Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do Rio Grande do Sul, o modelo foi apresentado no curso de Ouvidorias Municipais, realizado em Brasília, assinado como inovador no conceito Ouvidoria, servindo, desde então, de inspiração para outros municípios.

Segundo Michele Onhatte, gestores de cidades vizinhas e de outros estados têm procurado a administração de Erechim para aprender a metodologia da Ouvidoria Ativa. De acordo com a Administração, a proposta agora é dar continuidade ao trabalho, visando sempre a excelência no atendimento. “A informatização do sistema, no final de 2015, irá facilitar o dia a dia no setor. A ideia é consolidar a Ouvidoria Municipal, como um espaço aberto para que todos se manifestem com transparência”, resume.

O prefeito, Paulo Polis, ressalta a importância da ferramenta na gestão pública. “O objetivo da Ouvidoria, a partir da manifestação dos nossos cidadãos, é melhorar a qualidade do atendimento de todos os setores da Prefeitura de Erechim, de forma que a população possa se sentir satisfeita com os serviços oferecidos e ter suas necessidades atendidas”, afirma. ■



Na prática

- Criação da Ouvidoria mediante normatização da lei municipal nº 4.420/2009. Reza no Art. 3º - IV – atender a população, recebendo reclamações e denúncias com relação aos serviços e atos praticados pela Administração Municipal

- Prefeitura de Erechim - Rio Grande do Sul

- Criação do plano de ação.

- Estrutura física: escolha do local acessível, equipado de acordo com as características do município

- Formação da equipe: seleção de profissionais com perfil adequado - sensibilidade social

- Definição de fluxos de trabalho: planejamento do fluxo interno referente ao tratamento das manifestações, do recebimento até sua conclusão

- Ouvidoria Ativa - ferramenta que mede a satisfação dos usuários com os serviços públicos. A equipe distinta da Ouvidoria só origina ligações.

Mais informações:

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Tel. (54) 3522 7000

Saiba mais:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011



Fábrica de ideias

FOTO: DIEGO ALVES

Celeiro de empreendedores

Vitória cria Fábrica de Ideias, espaço que reúne sonhos, transformando-os em realidade

• Marianna Fanti

Riquíssimo em cultura, turismo, belezas naturais, artesanato e artes, o estado do Espírito Santo faz desses atributos suas principais fontes de emprego e renda. Desde 2013 a prefeitura de Vitória – capital do estado, vem trabalhando fortemente na construção de uma indústria criativa, que hoje leva o nome de Fábrica de Ideias. Trata-se de um local que reúne empresas de serviços, com oferta de cursos e oficinas de capacitação e profissionalização focadas em tecnologia e economia criativa.

Segundo o prefeito Luciano Rezende, a fábrica é um espaço multiuso criado para impulsionar a chamada ‘economia criativa’. “O segredo é usar a sua criatividade e transformá-la a seu favor. Fazer da sua ideia uma oportunidade”, afirma.

A Fábrica de Ideias é o local onde criatividade, inovação e cultura podem interagir com laboratórios de gastronomia, design de joias, móveis e moda, por exemplo. Com estrutura de internet gratuita, acoplada às aceleradoras de

empresas e às startups, incentiva o desenvolvimento rápido de empreendedores através do Centro de Apoio ao Empreendedor presente naquele local. “A fábrica é como um ‘ser vivo’, que vai mudando para receber ideias da população e evoluir para grandes projetos. Nosso maior desafio é manter a fábrica com ocupação crescente, pois o espaço ali é ilimitado”, explica o prefeito de Vitória.

Inaugurada pela Prefeitura em 2014, o espaço com 10.800 m², chamado de Fábrica de Ideias, serve para abrigar feiras de tecnologia, desenvolver capacitações na área de economia criativa, e, principalmente, gerar novos projetos, que impulsionem a economia do município.

ABERTURA DE EDITAL

A fábrica é dividida em seis segmentos: gastronomia, fotografia, coletivo cultural, moda, design de joias e tecnologia. De tempos em tempos é aberto um edital para cada uma dessas áreas, com o objetivo de cadastrar empresas



Luciano Rezende

FOTOS: ANDRÉ SOBRAL



que sirvam como aceleradoras de empresas - ou de startups. Ou seja, empresas de pequeno porte - com CNPJ e experiência em aceleração de empresas, não necessariamente sediadas no município, podem concorrer a este edital. Aquelas empresas que forem credenciadas darão assessoria jurídica, contábil e o contato de investidores para as startups, que participaram de outro edital, e foram selecionadas para serem aceleradas por esses pequenos empreendedores. Geralmente, de cem modelos de negócios inscritos, apenas 20 são selecionados.

Durante esse processo, as duas pontas - empresa aceleradora e propostas de projetos - poderão fazer uso do espaço e infraestrutura - espaço físico, energia elétrica e internet, disponibilizados na fábrica para desenvolver esse projeto. O período máximo de maturação de um projeto/ideia é de 12 meses; depois disso, o novo modelo de negócio já deve caminhar com as próprias pernas.

A primeira leva de credenciamento foi aberta apenas para projetos e empresas na área de tecnologia. Em junho será aberta para a área de coletivos culturais e, em

agosto, para gastronomia. A última leva de startups gerou produtos como aplicativos de celulares, aplicativos de compras pela internet, empresas de comércio online, etc.

CENTRO DE APOIO AO EMPREENDEDOR

Dentro da fábrica existe o Centro de Apoio ao Empreendedor; que oferece orientação para pessoas que desejam abrir empresas; capacitação realizada em parceria com o Sebrae e orientação sobre microcrédito. Esse serviço é oferecido à população em geral. São feitos em média 400 atendimentos por mês.

De acordo com Leonardo Krohling, secretário de Turismo, Trabalho e Renda, 20 empresas já foram aceleradas e, neste ano, serão outras 20.

“Em 2013 tínhamos 5.500 microempreendedores individuais no município, hoje temos mais de 12 mil, e todos passaram pelo Centro de Apoio ao Empreendedor. Todos ganham com isso: o município, que desenvolve políticas públicas de economia criativa; as empresas credenciadas e a população em geral, que ganham mais oportunidade de mão de obra”, resume. ■

20 empresas já foram aceleradas e, neste ano, serão outras 20



Na prática

- Criação da Fábrica de Ideias
- Prefeitura de Vitória - Espírito Santo
- Essa ação pode ser implementada em qualquer município que tenha interesse em adotar iniciativa similar. Para tanto, Vitória seguiu os seguintes passos:
 - Identificou um espaço físico no município para construção dessa fábrica de ideias
 - Elaborou editais para aproximar empresas aceleradoras de novos empreendedores/startups
 - Criou espaço multiuso para impulsionar a chamada 'economia criativa', e gerar mais oportunidade de mão de obra para o município.

Mais informações:
www.vitoria.es.gov.br
Tel. (27)3382-6000

Semeando oportunidades

Com aplicação de lei específica, Jarinu vem se modificando, criando mais trabalho e renda para a população

• Fábio Silva Gomes

Distante 76 km da capital paulista, a pequena cidade de Jarinu está localizada na chamada “aglomeração urbana de Jundiá”, uma espécie de região metropolitana de menor dimensão e incrustada no conhecido Circuito das Frutas, com festas temáticas anuais. Tem cerca de 28 mil habitantes, um clima muito agradável e características rurais em boa parte de seu território.

Mas, esta cara da cidade está mudando. Embora seus 207,67 km² de extensão notabilizem Jarinu como uma grande cidade (para quem não sabe que sua população é tão pequena), o município vive alguns problemas crônicos, como a falta de pavimentação, a inadimplência (que atinge cerca de 40% dos proprietários de imóveis) e a falta de oportunidades no mercado. Foi por essa razão que o atual prefeito, Vicente Cândido Teixeira Filho (o Vicente Zacan), empresário do ramo de postos de combustíveis,

resolveu transformar a cara campestre da cidade. E tem conseguido.

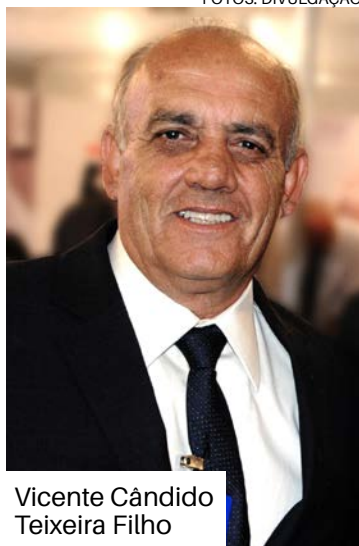
A priori, a meta era equiparar a importância da agricultura com o poder da indústria. Para isso, a receita seria atrair investimentos e aproveitar o amplo território disponível. Mas, como trazer fábricas para

o território jarinuense em um período tão complicado, em que o País amarga a crise? Por meio de incentivos fiscais. Foi aí que passou a funcionar a Lei de Incentivos Fiscais de Jarinu (Lei complementar nº 116) e o progresso começou a se desenhar com mais nitidez.

Além de dispor sobre as novas empresas que chegam ao município, a legislação também trata de versar sobre organizações que já estão no território e desejam expandir suas atividades. O artigo 5º, por exemplo, diz: “As empresas que já operam no município de Jarinu e que pretendem ampliar suas instalações, com o objetivo de aumentar a produção, poderão pleitear os benefícios previstos nesta lei complementar, no tocante à área ampliada na planta existente ou noutra, erigida em local diverso.” Ora, quais seriam então os tais benefícios previstos? São diversos. Isenção parcial de ISSQN, ITBI, IPTU, dentre outros. Tanto para quem se instala, como para quem se expande, as empresas que se localizam na cidade podem pleitear estes auxílios, respeitando o prazo máximo de 20 anos.

Se o emprego – por si só – já é importante, a Lei traz em seu texto ainda mais um avanço, o que a coloca como uma das melhores do Estado. Em seu artigo 10, inciso III, a Lei diz: “admitir para trabalhar em suas atividades, preferencialmente, pessoas residentes neste município e após o 18º mês de atividade comprovar anual-

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Vicente Cândido Teixeira Filho



Praça Matriz de Jarinu



Coreto



Igreja Nossa Senhora Aparecida

mente a contratação de no mínimo 60% de trabalhadores residentes no município de Jarinu, sendo 5% destinados para o primeiro emprego e 5% destinados para profissionais com mais de 40 anos de idade”. O reforço a esta parte do texto é do próprio prefeito, do alto de seus 59 anos de experiência. “É preciso garantir que o jovem tenha futuro e que o pai e a mãe de família possam sustentar sua casa. Deixando clara esta parte da Lei é que vamos alcançar desenvolvimento, tanto da cidade quanto dos cidadãos de Jarinu”, diz Zacan. Ele ainda frisa que a legislação serve de inspiração para outras administrações municipais.

Em pouco tempo – e apenas nesta gestão – empresas como Helibras, Filtros Fram, Centauro e Sibelco (atualmente em instalação) fixaram-se na cidade. Há ainda mais uma empresa, a SCA (produtos para incontinência de adultos), que passa a funcionar neste mês de março. O prefeito, de fala calma e muitos amigos, não deixa de comemorar que são mais de 1300 empregos diretos e um importante investimento, algo que vai de encontro (no sentido de impactar, mesmo) às necessidades estruturais existentes em Jarinu e que foram citadas no início da matéria. “A cidade conta com alguns problemas que, aos poucos, estão sendo sanados, como a inadimplência no IPTU e carências no pavimento. Mas, a Prefeitura tem avançado a fim de minimizar este déficit.”

Para que a mão de obra do futuro seja qualificada, é válido falar sobre os investimentos em educação: neste segmento, foi implantado o sistema SESI de ensino e os 3500 alunos da rede municipal já estão sentindo as melhoras. A ideia é que a educação avance e, por meio de diversas plataformas, venha a contribuir também

com a formação de jovens e adultos. Tal ideia é bem vista pela inovação e oportunidade que oferece. O consultor empresarial, João Neto, aponta para fatores cruciais empregados aí: mão de obra e logística. “São Paulo, capital, já não é mais lugar para produzir. Em cidades como Jarinu, o empreendedor encontra uma mão de obra sem vícios, além de um escoamento mais fácil de mercadorias: praticamente a mesma distância que ele usaria indo para Viracopos ele percorreria indo para São Paulo, sem o problema do trânsito”. Ele ainda aponta: “só o incentivo numa região sem acesso de nada adianta, porque o gasto aumenta muito. Mas, quando todos os fatores colaboram, todo mundo ganha”.

Sobre a população, ele também opina: “a forma com que a Lei foi criada, valorizando o morador jarinuense, mas estabelecendo uma cota para pessoas mais jovens e de mais idade, foi algo muito bem pensado. Vejo o arranjo como uma maneira de aumentar a qualidade de vida da população, principalmente quando falamos em empregar o mais experiente. Para o jovem, o primeiro emprego é importante, mas ele pode bem sair de Jarinu e ganhar o mundo se quiser, devido às oportunidades que o mundo oferece. Para quem é mais velho é mais complicado, porque ele é um trabalhador que muitas vezes é deixado de lado, ou ainda, é um pai de família enraizado, sendo complicado ter que migrar em busca de uma colocação no mercado. Mais que desenvolvimento econômico, a Lei de Incentivo favorece os filhos de Jarinu. Entendo como sendo uma prova de amor à cidade, principalmente num tempo em que o pertencimento anda tão em desuso”, resume. ■



Na prática

- Lei complementar nº 116 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico do Município e dá outras providências

- Prefeitura de Jarinu – São Paulo

- Por meio de incentivos fiscais, a Prefeitura vem trazendo para a cidade empresas de todos os portes, criando empregos e beneficiando a população local, desde o primeiro emprego

- Tal legislação serve de inspiração para outras administrações municipais.

Mais informações:
www.jarinu.sp.gov.br

O campo, na cidade

Prefeitura de Aparecida de Goiânia inova e incentiva agricultura em lotes urbanos

• Robson Gisoldi

“Debulhar o trigo. Recolher cada bago do trigo, forjar no trigo o milagre do pão e se fartar do pão”. A composição de Chico Buarque, em parceria com Milton Nascimento, “O Cio da Terra”, passa no decorrer de suas estrofes a leveza do cultivo no campo, sob o olhar de que a terra deve ser tratada com carinho na produção do alimento de cada dia.

Esse pensamento muitas vezes acaba ficando distante para quem vive em áreas urbanas, formadas por selvas de pedra e asfalto. Porém, a prefeitura de Aparecida de Goiânia, cidade com aproximadamente 150 mil habitantes, localizada em Goiás, lançou um projeto que leva a agricultura para a cidade, envolvendo toda a comunidade local.

A ação, denominada Agricultura Urbana, já entrou em operação e tem como objetivo geral promover a recuperação e preservação de áreas ambientais e o incremento de atividades socioeconômicas de forma sustentável. A intenção é ocupar os espaços urbanos, públicos ou privados, que estão ociosos, abrigando entulhos e servindo principalmente de criadouros para o mosquito *Aedes aegypti*.

Uma das formas de ocupação é a implantação de lavouras. “Já foram plantadas mandioca e feijão de corda, na primeira área. Três áreas foram destinadas às lavouras neste primeiro momento: a do setor Rosa dos Ventos, outra no Parque Itamaraty e a terceira no Jardim Belo Horizonte. A primeira será cuidada pelo pessoal do projeto Lapidando Tesouros (associação que atende cerca de 80 dependentes químicos) e as demais por igrejas da região”, informa Cilene Alves, secretária de Regulação Urbana. A produção do projeto será destinada ao consumo das próprias entidades responsáveis pelo cultivo e manutenção da área cedida. A contrapartida é o repasse de 10% dessa produção ao Banco de Alimentos do município, para consumo dos trabalhadores municipais, escolas e Cmeis.

PARCERIAS

A medida está sendo desenvolvida por meio de parcerias com a administração pública local, como Federação da Agricultura, Pecuária de Goiás (Faeg); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater). O projeto é uma continuidade do Programa Especial de Proteção de Nascentes, iniciado em setembro de 2015. Na primeira etapa do programa foi feito o trabalho de fechamento, identificação e recuperação das áreas de preservação do município, que ainda está em andamento.

De acordo com Cilene, tudo começou com uma reunião entre o prefeito da cidade, Maguito Vilela, no ano passado, com a FAEG. Na ocasião, o gestor se encantou pelo projeto, decidiu estruturá-lo e passou a buscar parceiros. “Ele foi muito bem aceito e estamos felizes porque as pessoas estão interessadas.

Furnas (empresa brasileira de economia mista subsidiária da Eletrobras) cedeu uma área de dois hectares e meio e os membros da associação já fizeram curso no Senar. Além disso, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa nos doou sementes”, destaca a secretária, salientando que o projeto é todo feito por parcerias e até mesmo a madeira de cercamento foi conseguida por apreensões feitas pela Prefeitura. “Com certeza esse é um projeto que deveria ser espalhado para todo o Brasil. Atinge várias demandas, muda a paisagem, produz alimento e treinamento e as pessoas aprendem uma profissão. Os membros da associação Lapidando Tesouros já estão aprendendo o cultivo hidropônico. A medida pode atender muitos municípios. Deve ser copiada e estamos à disposição para orientar”, conclui a secretária Cilene Alvez, destacando que o próximo passo é estimular a piscicultura, no município. ■

“Com certeza esse é um projeto que deveria ser espalhado para todo o Brasil. Atinge várias demandas, muda a paisagem, produz alimento e treinamento e as pessoas aprendem uma profissão”



FOTOS: DIVULGAÇÃO



Na prática

- Prefeitura de Aparecida de Goiânia - Goiás

- Criou o projeto Agricultura Urbana, que consiste em ocupar lotes abandonados na cidade, sejam particulares ou públicos, com plantações agrícolas

- O projeto foi iniciado com reuniões com possíveis parceiros

- A seguir foi realizada uma ampla busca por doações de áreas, sementes e capacitação dos trabalhadores

- A iniciativa surgiu para evitar que áreas urbanas ficassem abandonadas. A medida muda a paisagem e evita a proliferação de insetos e acúmulo de entulho. Trata-se de uma iniciativa sem custo, apenas promovida pela articulação da Prefeitura com entidades de classe e sociedade civil.

Mais informações:
Prefeitura Municipal de
Aparecida de Goiânia.
Telefone: (62) 3545-5800

Bom pra cachorro

Ponta Grossa, no Paraná, oferece desconto de R\$ 70 no IPTU de quem adotar animais abandonados; incentivo faz parte de uma política municipal de posse consciente

• Fernanda Bertoncini

A Organização Mundial da Saúde - OMS estima que, só no Brasil, existam mais de 30 milhões de animais abandonados, entre 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães. Em cidades de grande porte, para cada cinco habitantes há um cachorro. Destes, 10% estão desamparados.

Os números contrastam com a máxima de que os cães são os melhores amigos do homem. Sendo assim, qual seria o papel do homem em relação aos animais? Para reverter a situação, é cada vez mais comum ver sociedade e poder público unindo forças em prol da causa animal.

A Prefeitura de Ponta Grossa, a 103 km de Curitiba, deu importante passo para mudar a realidade de inúmeros animais de rua, abrigados no Canil da cidade. O prefeito Marcelo Rangel sancionou a Lei nº 12.275, intitulada Programa Municipal de Adoção Responsável de Pequenos Animais.

A nova legislação consiste no acolhimento, esterilização, registro e destinação de animais de pequeno porte - cães e gatos - em situação de abandono, para posterior adoção por moradores do município. Em contrapartida, a prefeitura concederá descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para aqueles que participarem do programa.

De acordo com o prefeito, a iniciativa surgiu a partir de conversas com veterinários e voluntários que atuam na proteção de animais, nas quais a administração reconheceu a necessidade de aplicar medidas que pudessem suscitar a discussão acerca da importância da adoção responsável. "Criamos essa lei por entendermos a importância do cuidado com os animais que, muitas vezes, soltos nas ruas, colocam a própria vida em risco e também a segurança no trânsito. São problemas que podem ser facilmente contornados, se a adoção responsável de animais for

algo corriqueiro. A nova lei incentiva o cuidado com cães e gatos, e estabelece garantias para a preservação constante da vida e saúde desses bichos de estimação", enfatiza.

Rangel defende que o retorno financeiro é pequeno, perto do valor social que tem a proposta. "A lei tem o poder de colocar em destaque o tema "cuidados com animais domésticos", ao mesmo tempo em que demonstra a preocupação da cidade com o problema do grande número de animais em situação de abandono", esclarece.

O incentivo fiscal para adoção e posse responsável de animais em Ponta Grossa corresponde a um desconto de R\$ 70,00 para cada animal adotado - montante referente a um Valor de Referência-VR. Neste formato, o limite de adoção por residência será de dois animais. A adesão ao programa pode ser feita por qualquer cidadão, além de protetores independentes de animais.

A gerente de programas veterinários da World Animal Protection - ONG de atuação internacional voltada à erradicação do sofrimento animal - Rosângela Ribeiro Gebara, comemora o incentivo, mas ressalta a importância de trabalhar o incentivo à adoção com educação à população e fiscalização. "Parabenizamos a iniciativa que, sem dúvida, vai ajudar a garantir novo lar a centenas de animais desabrigados. Mas, é importantíssimo o caráter educacional do projeto. As famílias que pretendem adotar precisam ter muito claro que se trata de um animal e não um objeto. Que estão levando para casa um pet que pode viver cerca de 15 anos e que ter um animal não requer apenas água e comida. Cães e gatos precisam de espaço, alimentação, carinho, vacinas, passeios. Não basta apenas tirar da rua, mas dar a estrutura necessária para que aquele animalzinho tenha uma nova história de vida", defende.

CONTROLE E MANEJO POPULA-



Fiscalização x benefício fiscal

Para garantir uma real mudança de sorte para os animais adotados, a administração pública prevê inspeções periódicas realizadas por equipes da Secretaria Municipal de Saúde, com o intuito de avaliar as condições dos bichos. Serão feitos relatórios e, após um ano da adoção, com base nessa coleta de informações, o adotante receberá o desconto no IPTU. O valor será renovado anualmente, mediante requerimento do munícipe, desde que esteja comprovada integridade da saúde do animal, conforme específica a lei ordinária.

Segundo a Secretaria de Saúde, os cadastros de interessados no programa de Adoção Responsável de Animais serão iniciados nos próximos meses, assim que as obras do Canil Municipal forem concluídas. A Prefeitura divulgará o início dos cadastros e quais os critérios de participação.

Também está em processo à elaboração do decreto regulamentar que irá descrever de forma mais precisa o funcionamento da Lei 12.275/2015, que trata do assunto, o que irá permitir a participação de ONGs envolvidas na proteção aos animais, além de definir detalhes da fiscalização que habilitará o desconto no IPTU, a partir de 2017.



Marcelo Rangel

FOTOS: DIVULGAÇÃO

CIONAL DOS ANIMAIS ABANDONADOS

Rosângela ressalta a importância de que o projeto venha acompanhado de medidas educacionais, de fiscalização efetiva e de políticas públicas voltadas ao manejo populacional de cães e gatos, por meio de cirurgia e controle de identificação. “A Prefeitura deve desenvolver campanhas para coibir o comércio indiscriminado – com criadores irregulares que exploram as fêmeas para procriarem, sem qualquer cuidado ou atenção à saúde animal – além de incentivar a adoção, o cadastro por meio de microchipagem e a castração, como forma de controle”, salienta.

Nesta linha, Ponta Grossa lançou, também em 2015, o “castramóvel”, veículo equipado com materiais cirúrgicos para realizar a castração de cães e gatos para famílias de baixa renda, e que já passou nos bairros de Uvaranas, Santa Paula e atualmente está no Shangrilá.

A família interessada em submeter seus pets ao procedimento cirúrgico deve ir à Unidade de Saúde de referência e se submeter à uma avaliação socioeconômica. Posteriormente, a Prefeitura entra em contato para agendar a castração. O prazo médio é de uma semana. Até o momento, foram realizadas 220 castrações gratuitas. Paralelamente às castrações, os veterinários também orientam a população a respeito dos cuidados com os animais e da posse responsável.

ADESAO AO PROJETO SE MULTIPLICA EM OUTRAS CIDADES

Outra cidade a adotar o benefício fiscal como forma de atrair adotantes aos animais abandonados do município foi Araquari, em Santa Catarina. A partir de julho, todos os moradores da cidade que adotarem animais de rua terão desconto no IPTU, por meio da Lei nº 2917/2014.

O valor do desconto ainda está sendo discutido pelo setor de tributação da Prefeitura. No entanto, a vereadora Denise de Almeida, autora da nova legislação, prevê que a dedução anual ficará entre 25% e 50%. A Administração contará com o apoio de uma ONG local de proteção animal, que ficará responsável por cadastrar os interessados em adotar os bichinhos carentes e, também, por vaciná-los antes de entregá-los aos novos donos.

Para evitar que os municípios recolham animais por impulso ou focados apenas em alcançar bônus financeiro, o texto da nova lei prevê que agentes do governo ficarão responsáveis por visitar as casas dos adotantes. Caso sejam constatados maus-tratos, o benefício no IPTU estará automaticamente suspenso.

O desconto no IPTU é apenas umas das medidas previstas na nova diretriz, que contém 12 artigos em defesa dos animais. Estão previstas, ainda, campanhas educacionais de incentivo à adoção e ações gratuitas de castração. ■



Na prática

- Criação de leis de adoção animal com base em benefício fiscal, a partir de desconto no IPTU para adotantes

- Prefeitura de Ponta Grossa - Paraná
Lei nº 174/2015

- Prefeitura Municipal de Araquari - Santa Catarina
Lei nº 2917/2014

- Cidades criaram regulamentação para incentivar a adoção e posse responsável de animais em situação de abandono, por meio de descontos no tributo municipal de imposto predial. A medida prevê fiscalização e suspensão imediata de bônus a quem não cuidar adequadamente do pet adotado

- Lei nº 174/2015, de autoria do Poder Executivo, intitulada “Programa Municipal de Adoção Responsável de Pequenos Animais”, que consiste no acolhimento, esterilização, registro e destinação de animais de pequeno porte em situação de abandono para adoção por munícipes interessados em sua guarda responsável

- Lei nº 2917/2014, de autoria da vereadora Denise de Almeida, incentiva a viabilização e o desenvolvimento de programas que visem o controle reprodutivo de cães e gatos e à promoção de medidas protetivas por meio de identificação, registro, esterilização cirúrgica, adoção e de campanhas educacionais para a conscientização pública da relevância de tais atividades.

Mais informações:

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/>
Contato: (42) 3220-1000

Prefeitura Municipal de Araquari
<http://www.araquari.sc.gov.br/>
Contato: (47) 3447-7700





O DIREITO DE NASCER NATURALMENTE

Maternidade da Rede Pública Municipal de Curitiba contraria as estatísticas nacionais e contabiliza 75% de partos normais, com atendimento humanizado e equipe especializada

• Fernanda Bertoncini

A enfermeira Cristiane Pavelski Dias, de 30 anos, sonhava em ter seu primeiro filho de parto normal. Sabia que a escolha era a mais saudável para ela e para o bebê. Planejou ao longo do pré-natal a chegada de seu filho Felipe, hoje com 4 anos, mas viveu outra realidade na maternidade. Sem grandes explicações, os médicos decidiram pela cesárea e a submeteram a uma série de intervenções traumáticas. “Meu parto se resumiu a um ato cirúrgico imposto pela equipe médica. Não me deram a chance de escolher o que era melhor para mim, para o bebê. Ao nascer, não tive contato pele a pele com meu filho. Fui tê-lo em meus braços e pude amamentá-lo pela primeira vez apenas cinco horas depois da cirurgia. Senti muita dor na incisão. Demorei a me recuperar. Foi absurdamente invasivo”, relata.

O que ocorreu com Cristiane é uma amostra fiel da situação vivida por muitas grávidas no Brasil, hoje. A desinformação, a falta de esclarecimento por conta da equipe médica e a indução ao procedimento cirúrgico caracteriza um processo que muitos especialistas classificam como “a indústria da cesárea brasileira”. Com 54% dos partos feitos por cesarianas - enquanto o índice recomendado pela Organização Mundial de Saúde - OMS é de 15% -, o Brasil é o país recordista desse tipo de parto, no mundo. Na rede privada, o índice sobe para 83%, chegando a mais de 90% em algumas maternidades. A intervenção deixou de ser um recurso para salvar vidas e passou, na prática, a ser regra.

Na contramão desta tendência, Curitiba, capital do Paraná, desponta com expressivo número de partos normais na Rede Pública de Saúde, graças à estratégia desenvolvida desde o ano passado junto às seis maternidades da cidade, que atendem o Sistema Único de Saúde - SUS, com o intuito de incentivar o parto normal e garantir a presença do acompanhante desde o pré-parto até o pós-parto, o contato pele a pele e a diminuição da episiotomia - corte na vagina no momento do parto. O procedimento, que acontecia em 90% dos partos, hoje ocorre em apenas 15%.

O destaque fica por conta da Maternidade Municipal Bairro Novo que realizou, de janeiro a dezembro de 2015, mais de 75% dos 1.887 partos de forma natural, segundo levantamento da Secretaria de Saúde. O restante foi por meio de cesariana. O índice de partos normais no SUS da capital paranaense é seis vezes maior do que na rede particular.

Segundo o secretário municipal de Saúde, Cesar Monte Serrat Titton, o bom desempenho está associado a uma combinação de fatores que otimizam e diferenciam o atendimento. “Em Curitiba priorizamos o histórico de organização do pré-natal aliado às frentes pelas boas práticas preconizadas pela Rede Cegonha, iniciativa do Ministério da Saúde, além de possuímos um aporte técnico muito interessante”, explica. ▶

FÓRMULA DE SUCESSO

Desde que assumiu a gestão da Maternidade do Bairro Novo, a Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba - Feaes mudou a forma de atendimento. Com abordagem completamente humanizada, a contratação, em 2013, de enfermeiras obstetras, somada às iniciativas como presença do acompanhante, plano de parto, inclusão de massagens, banhos terapêuticos, exercícios respiratórios e na bola, escalda-pés e caminhadas contribuiu para que o trabalho da Maternidade Bairro Novo fosse referência no SUS em todo País, sendo premiada em Belém, no Pará, pelo trabalho realizado em Curitiba. “Procuramos oferecer atendimento integral à mulher e ao bebê, com total enfoque nas boas práticas sugeridas pela política nacional de saúde da mulher. Investimos na capacitação profissional e inserimos a enfermeira obstétrica no atendimento, para dar esse respaldo. Adicionalmente, há equipe de médicos obstetras de plantão para realizar procedimentos ou interferirem, quando necessário, ou quando a decisão da mãe for receber esse tipo de atendimento. Há plantonistas atuando em turno de 12 em 12h, assistidos por um médico horizontal”, explica o coordenador do programa Mãe Curitiba/Rede Cegonha, da Secretaria Municipal de Saúde, Wagner Dias. Trata-se de mais um profissional para qualificar a assistência à saúde em hospitais e Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, em todo o município. A designação é dada aos médicos que atuam durante a semana para acompanhar a evolução do quadro clínico das pacientes que estão na observação e na emergência. O profissional possui todas as informações clínicas de cada uma delas e tem capacidade de tomar decisões a partir de uma visão geral dos diagnósticos.

O programa Mãe Curitiba foi criado em 1999, com o objetivo de melhorar o acesso e a qualidade do atendimento à gestante e à criança, promovendo a saúde das mães e de seus bebês, reduzindo a mortalidade materna e infantil. Ainda, segundo Dias, a forma de atendimento híbrido tem inspiração no modelo europeu, sobretudo britânico. Além da equipe médica e de enfermagem, a maternidade municipal dispõe de doulas comunitárias, que desempenham importante papel ao oferecer suporte físico, emocional e afetivo às gestantes e seus acompanhantes, durante o parto e no pós-parto.

O primeiro contato da mulher com a maternidade ocorre, entretanto, durante a visita da gestante, ocasionalmente entre a 28ª e 30ª semana de gestação. A equipe de enfermagem inicia as orientações sobre a fisiologia da gravidez e os processos do parto. Nesta visita, a gestante é convidada a participar do ‘Aconchego’, uma oficina com a psicóloga, para que a mulher, em di-



FOTO: PMC/SMCS

César Monte Serrat Titton

nâmicas de grupo, possa expressar suas percepções e expectativas em relação à sua gravidez, nascimento da criança e os mitos em torno dela. Por fim, a mulher é conduzida ao alojamento conjunto com a finalidade de conhecer algumas das técnicas humanizadas realizadas na maternidade. Pode, por exemplo, assistir a um banho de recém-nascido, realizado no balde (ofurô), com o intuito de preparar o bebê a se adaptar à vida extrauterina. “É de fundamental importância que a gestante forme vínculo com a instituição e com seus colaboradores. Essas dinâmicas possibilitam a aproximação e configuram um espaço que proporciona escuta e compreensão de suas ansiedades e expectativas, contribuindo com o processo de empoderamento da gestante”, destaca o secretário de Saúde, Titton.

A unidade do Bairro Novo disponibilizou também a consulta com a enfermeira obstétrica na 37ª semana de gestação, na qual é feito um reconhecimento físico do hospital e são dirimidas as principais dúvidas. “É nesta abordagem que é feito o acolhimento obstétrico, momento em que aproveitamos para divulgar a importância do pai presente e incentivamos o acompanhamento integral à gestante, dando ao pai ou acompanhante o esclarecimento de que podem assistir a todo o processo e permanecer ao lado da parturiente durante toda a internação”, esclarece Dias.

REDESCOBRINDO O PARTO

Cristiane – que teve um primeiro parto traumático – pesquisou a respeito das maternidades e escolheu ganhar seu segundo filho, Fabrício, hoje com 10 meses, na unidade Bairro Novo. “Durante o trabalho de parto solicitei a presença de uma doula, que teve papel fundamental na sensação de segurança da escolha que fiz. Ela esteve o tempo todo ao nosso lado (meu e do meu marido), ensinou técnicas de respiração, ensinou ele a aplicar massagens, fez esquentar os pés, foi realmente reconfortante”, lembra.

A enfermeira comemorou o contato pele a pele com o bebê, nos primeiros instantes de vida. “Ele nasceu e foi imediatamente colocado para sugar. Pude amamentar imediatamente meu filho. E, se no primeiro parto sofri com as dores da cesárea por mais de 15 dias, desta vez uma hora depois de dar à luz, caminhava tranquilamente pelos corredores do hospital”, festeja.

A psicóloga Caroline Smaniotto da Costa, de 30 anos, também foi vítima de imposição médica e indução violenta em sua primeira gestação. “Sempre sonhei em ter parto normal. Conhecia os benefícios para a mãe e para o bebê. Mas, ao ganhar meu primeiro filho, Benjamin, de 3 anos, sofri o que mais tarde vim a conhecer como violência obstétrica. Sem que me dessem o direito de escolha, ou ao menos me explicassem o que estava acontecendo, induziram o meu parto, estouraram a bolsa e meu filho nasceu a ferro, por fórceps (instrumento cirúrgico para extração de bebê, do útero). Foi muito traumático. Costumo dizer que meu primeiro parto foi ‘anormal’”, relata.

Na segunda gestação, não teve dúvidas. Mesmo possuindo plano de saúde, abriu mão do atendimento na rede particular e escolheu ganhar sua filha Valentina, hoje com três meses, na única maternidade especializada em parto normal e natural de Curitiba, no Bairro Novo. “Minha filha nasceu de 41 semanas, sem qualquer intervenção externa ou indução, de forma absolutamente natural. Escolhi ser acompanhada pela enfermeira obstétrica. Fui monitorada por médicos, que estavam a postos, caso houvesse alguma intercorrência. Mas não interferiram em momento algum. Desde o pré-natal, a enfermeira explicou os meus direitos e deveres, me deixando à vontade para escolher meu plano de parto”, esclarece.

Segundo Caroline, a abordagem oferecida na maternidade proporcionou a real experiência de trazer uma vida ao mundo. “Pude perceber que no parto normal existe dor, sim. Mas não sofrimento. A dor é atenuada pelo acolhimento obstétrico, pelas terapias oferecidas. Mas, livre de sofrimento, pude ser mãe. Pude amamentar, sentir minha filha no meu peito nos primeiros instantes de vida, experiência que me foi negada na minha primeira gestação”, emociona-se.

Para a enfermeira obstétrica da Maternidade



FOTO: PMC/SMCS

Bairro Novo, Karin Godarth, é importante destacar que cesárea não é parto, mas um ato cirúrgico. “Parto é um evento fisiológico da natureza, que ocorre de modo imprevisto. Não há como agendar um parto normal”, explica. “E a cesárea, que hoje é vista como regra quando o assunto é dar à luz, deveria ser exceção”, explica, fazendo referência à margem de que apenas 15% das mulheres não podem, de fato, ganhar seus bebês pelo método normal. A profissional defende que as maternidades suprimiram o debate acerca dos riscos a que são submetidos os bebês e gestantes ao optarem pelo procedimento cirúrgico. “Há um aumento expressivo no risco de contrair infecções, agravamento de problemas respiratórios em bebês, a perda do vínculo imediato, que é tão importante para o acolhimento do bebê”, justifica.

Além disso, Karin destaca a importância do parto normal para a qualidade de vida de mães e bebês. “É preciso respeitar o tempo de maturação do bebê - de 38 a 42 semanas de gestação - para que, ao nascer, ele esteja com todos os órgãos vitais amadurecidos. É preciso também fazer o contato pele a pele para criar vínculo entre parturiente e bebê. Quando o recém-nascido mama, são produzidas contrações que auxiliam na recuperação do útero, por exemplo”, exemplifica. A enfermeira defende que a rede particular hoje trata o parto como uma linha de produção, com o intuito exclusivo de agendar partos para facilitar a rotina médica e deixar o bebê lindo, sem levar em conta o processo natural e seguro de vida extra-uterina. “Os bebês nascem sem sequer entrar em trabalho de parto. As contrações preparam o bebê para deixar o útero. Logo que saem da barriga são aspirados, removem toda a camada protetora da pele, numa limpeza excessiva. Apartam o bebê da mamãe, que só terá contato horas depois, sem criação de vínculo imediato, fundamental para o acolhimento desta nova vida”, lamenta. ▶

Violência obstétrica: o lado invisível do parto

Curitiba inovou no atendimento humanizado à gestante, com expressivo aumento de partos normais, e trouxe outro importante respaldo às grávidas do município. O prefeito, Gustavo Fruet, sancionou a Lei nº 14.598, que trata da implantação de medidas de informação e proteção das gestantes, contra a violência obstétrica. No Brasil, segundo levantamento do Ministério da Saúde, uma em cada quatro mulheres é vítima de desrespeito, abuso, maus tratos e até negligência no parto.

A nova regra determina a divulgação da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, por meio de cartazes informativos ou cartilhas, nos hospitais, maternidades, unidades de saúde e consultórios médicos especializados em obstetrícia de Curitiba. A legislação entra em vigor no mês de abril. A medida visa a garantir o acesso ao atendimento humanizado e de qualidade a todas as parturientes e recém-nascidos que procurem as unidades hospitalares; respeitar o direito da mulher à privacidade no local do parto; garantir a presença de pediatra ou de profissional capacitado para prestar os cuidados necessários ao recém-nascido; oferecer métodos não invasivos e não farmacológicos para alívio da dor, como massagens, banhos e técnicas de relaxamento.

De acordo com a nova lei municipal, considera-se violência obstétrica quaisquer atos praticados por profissionais da saúde que ofendam, de forma verbal ou física, a mulher gestante, em trabalho de parto ou no período de puerpério. “Esclarecer para as mães e gestantes quais são seus direitos, especialmente em uma situação em que elas estão mais vulneráveis, como durante o parto, é um grande avanço no empoderamento das mulheres na decisão de como parir”, acredita o coordenador do Programa Mãe Curitibana, Wagner Dias.

REDE CEGONHA

A maternidade Bairro Novo, especialista em partos de baixo risco, trabalha em linha com as estratégias traçadas pelo Ministério da Saúde, por meio do programa Rede Cegonha, lançada em 2011, que visa à implementação de uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.

A diretriz tem a finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País e está sendo implantada, gradativamente, em todo o território nacional, priorizando as regiões segundo o critério epidemiológico, taxa de mortalidade infantil e razão da mortalidade materna e densidade populacional. Neste formato, assiste à gestante em quatro momentos: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e atenção integral à saúde da criança, e sistema logístico (transporte sanitário e regulação). A pasta distribui para as gestantes que fazem pré-natal no SUS, a Caderneta da Gestante. A publicação traz informações para a futura mãe e a família, com os riscos de uma cesárea desnecessária e dicas para uma boa vivência do parto. Além disso, atua para desconstruir o mito de que é mais seguro fazer cesárea e que o parto normal é sempre marcado por dor e sofrimento.

Entre as ações do Ministério da Saúde está a implantação de Centros de Parto Normal - CPNs, onde a mulher é acompanhada por uma enfermeira obstetra ou obstetrix, num ambiente preparado para que possa exercer suas escolhas, como se movimentar livremente e ter acesso a métodos não farmacológicos de alívio da dor. Um dos objetivos desses centros é reduzir cada vez mais a taxa de mortalidade materna e neonatal e as ocorrências de cesarianas desnecessárias na rede pública de saúde. Os CPNs funcionam em conjunto com as maternidades para humanizar o parto, oferecendo às gestantes, ambiente mais adequado, privativo e atendimento centrado na mulher e na família. ▶



FOTO: SMCS/VALDECIR GALOR

Modalidades de adesão à Rede Cegonha:

Adesão Regional:

para o Distrito Federal e o conjunto de municípios da região de saúde priorizada na CIB, conforme critérios da Portaria GM/MS nº 2.351/2011.

Adesão Facilitada:

para os municípios que NÃO pertencem à região de saúde priorizada na CIB e que NÃO aderiram ao Programa da Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ);

Adesão Integrada:

para os municípios com adesão ao Programa da Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ) que estão previstos ou não na adesão regional.





Na prática

- Partos normais com atendimento humanizado na Rede Municipal de Curitiba, no Paraná
- Prefeitura de Curitiba - Paraná
- Por meio do programa Mãe Curitibana e em linha com as estratégias traçadas pela Rede Cegonha, do Ministério da Saúde, a Maternidade Bairro Novo atingiu o patamar de 75% de partos normais ao longo de 2015
- Criou espaços para validar informações com a sociedade, por meio de Fóruns itinerantes, com a participação da população, sociedade científica e instituições de saúde, abordando temas ligados aos direitos reprodutivos e contracepção, contato pele a pele, direito ao acompanhante e debates que contribuem para uma mudança cultural
- Constituiu Câmara Técnica nas Maternidades, com espaço de gestão participativa para melhorar o retorno
- Ampliou o diálogo entre poder público e comunidade
- Tornou as maternidades espaço de implementação e experimentação de boas práticas da gestação, com base na Rede Cegonha
- Trabalhou a mudança de cultura em relação à adesão ao parto normal humanizado, com os profissionais da área e a população, de forma gradativa, para não haver rupturas
- Inseriu as metas do programa Rede Cegonha nas contratualizações das maternidades e acompanhou a evolução dos dados, criando série histórica de comparação de desempenho, com dados sistemáticos.

Mais informações:

<http://www.curitiba.pr.gov.br/>
Fone: (41) 3350-8484

Saiba mais:

A Prefeitura de Curitiba sancionou a Lei nº 14.598, que trata da implantação de medidas de informação e proteção das gestantes contra a violência obstétrica. A regra determina a divulgação da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, por meio de cartazes informativos ou cartilhas, nos hospitais, maternidades, unidades de saúde e consultórios médicos especializados em obstetria de Curitiba

Em São Paulo foi sancionada a Lei 15.759/2015, de 26 de março de 2015, aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa de São Paulo. Chamada Lei do Parto Humanizado, a norma estabelece regras claras para o cumprimento e garantia dos direitos básicos da gestante, do bebê e do pai, durante toda a gravidez até o pós-parto, em toda a rede pública do Estado de São Paulo.

FOTO: PMC/SMCS



INCENTIVOS

O Ministério da Saúde também repassa incentivos aos municípios para implantação das Casas da Gestante, Bebê e Puérpera, um espaço intermediário para aquelas mulheres e bebês que precisam de cuidados especiais, necessitando estar próximo ao hospital, mas não internadas. Outra medida incentivada é a ampliação e qualificação de leitos para gestantes de alto risco, UTI e UCI neonatal. Por meio dessa estratégia, foram ampliados e qualificados 9.624 leitos nessas modalidades. Ainda pela Rede Cegonha, o Ministério oferta cursos de especialização e aprimoramento para enfermeiras obstétricas formadas.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS também atua para promover o parto normal e reduzir o número de cesáreas desnecessárias, na rede privada. A Resolução 368, por exemplo, determina a entrega do Cartão da Gestante, baseado no modelo de Caderneta da Gestante, distribuída pelo Ministério da Saúde, para informar as mulheres sobre seus direitos. Há, ainda, o Acordo de Cooperação Técnica com o hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo e o Institute for Healthcare Improvement, nos Estados Unidos, para induzir à redução de cesáreas desnecessárias no País. Projeto piloto foi desenvolvido para promover o parto normal e qualificar os serviços da saúde suplementar.

O Ministério da Saúde desenvolve também uma série de ações voltadas para a formação e capacitação de profissionais de Saúde, como médicos, enfermeiras obstétricas e obstetrias. Segundo o órgão, a ideia não é excluir a cesárea, mas que seja uma opção adequada e emergencial, uma vez que, bem aplicada, salva vidas de mães e bebês.



JOGO RÁPIDO

FOTOS: CESAR BRUSTOLIN/SMCS

Revista República – O que faz de Curitiba referência no parto humanizado no Brasil?

Cesar Monte Serrat Tilton - Começamos um trabalho muito sério de mudança de cultura, que vai desde o atendimento e acolhimento das gestantes à concepção do parto normal e de sua importância para a saúde e bem-estar do bebê. Essas práticas refletem uma profunda mudança estrutural, que está em linha com o atual governo, na busca por uma Curitiba mais Humana. Assim, a combinação de fatores somada a um aporte técnico muito interessante, nos serviu de norte para organizar o histórico de pré-natais e implantar as boas práticas preconizadas pela Rede Cegonha, do Ministério da Saúde.

Como estimular a mudança de cultura e política de atendimento na Rede Municipal?

Entendemos que a mudança de cultura dos profissionais e da comunidade deve ser trabalhada de maneira gradativa, para que se mantenha consistente e não apresente rupturas ao longo do processo. Para isso, criamos espaços para aproximar a sociedade da classe científica e validar essas práticas. São realizados fóruns com as instituições envolvidas, maternidades, sociedade científica e de mobilização. São ações itinerantes para dar visibilidade aos direitos reprodutivos e de contracepção, além de temas como a importância do contato pele a pele e do pai presente, que incentiva o acompanhamento da gestante durante toda a gestação, o parto e pós-parto.

Do ponto de vista administrativo e gerencial, como desenvolver um projeto como o Mãe Curitibaana em outras cidades brasileiras?

Acredito que o bom desempenho de Curitiba está atrelado à nossa visão de gestão participativa para melhorar o retorno das maternidades e estreitar o relacionamento entre paciente e instituição. É necessário constituir Câmara Técnica nas maternidades, enquanto espaço de implementação e experimentação das boas práticas de gestação. Além disso, é fundamental inserir as metas do programa federal Rede Cegonha nas contratualizações das maternidades e desenvolver indicadores que tragam dados históricos sistemáticos, que possam auxiliar no resgate e acompanhamento evolutivo dos partos.

Qual medida contribuiu especialmente para atrair mais pacientes a optarem pelo parto normal?

A inclusão da enfermeira obstétrica na organização gerencial da maternidade trouxe fôlego extra para a divulgação e adesão às boas práticas na maternidade. Todas as mães passam por uma importante consulta com esta profissional na 37ª semana gestacional, na qual é possível dirimir dúvidas, reduzir a ansiedade natural dos momentos que antecedem o parto. Neste momento, cria-se o plano de parto. As grávidas são conscientizadas e orientadas acerca de seus direitos, empoderadas da decisão de como dar à luz. Neste momento, entendem os riscos e benefícios de cada tipo de procedimento, dicas de alimentação, além de estimular o combate à violência obstétrica, por meio do esclarecimento e incentivo à denúncia. Além disso, a maternidade Bairro Novo oferece técnicas terapêuticas que atenuam possíveis desconfortos, como acupuntura, escalda-pés, oficinas de touquinhas de bebê, pintura em barrigas e barrigas de gesso. Um ambiente seguro para acolher a mãe e o bebê. ■

ENVELHECER É CONSEQUÊNCIA E QUALIDADE É DIREITO

Políticas de atenção integral ao idoso têm garantido vida mais longa e feliz em cidades paulistas

• Veneza Macauba

O Brasil está envelhecendo, é o que aponta pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. No decorrer dos últimos 20 anos, o número de pessoas com 60 anos mais que dobrou. Em 2001, o País tinha cerca de 15,5 milhões de idosos e, em 2011, já ultrapassavam 23 milhões pessoas. O fenômeno global reflete a baixa taxa de natalidade e fecundidade da humanidade. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, 11,5% da população mundial é idosa, e estima-se que em 2050 haverá mais idosos do que crianças abaixo de 15 anos.

Para acompanhar as mudanças, países no longo dos anos vêm se adaptando, a fim de garantir qualidade de vida à população idosa. Foram criados instrumentos legais que asseguram a proteção social, além de ampliar os direitos sociais, assim, como à saúde, segurança, autonomia, mobilidade e serviços.

Muitos são os progressos que marcam a evolução da cidadania. No Brasil, marcos legais nacionais foram conquistados, como, por exemplo, a lei nº8.842- Política Nacional do Idoso, estabelecida em 1990, que serve de respaldo para gestores de todo o País. Com base no Plano de Ação Internacional para o envelhecimento, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso em 2002, e no ano seguinte a publicação do Estatuto do Idoso, sancionado pela lei 10.741/2003, que regulamenta os direitos sociais do indivíduo a partir

dos 60 anos. Outra conquista foi o Pacto pela Vida, regulamentado pela portaria nº 399/2006, ferramenta que dá diretrizes para o Sistema Único da Saúde - SUS. Nos casos dos direitos violados foi implantando o Módulo Idoso do Disque Direitos Humanos, em 2011.

INOVAÇÃO EM SANTOS

Segundo pesquisas, Santos, na Baixada Santista, é a segunda melhor cidade para se viver, após a aposentadoria. O município litorâneo de São Paulo, com quase 420 mil habitantes - conforme dados do IBGE, de 2010 -, tem 21% de sua população com 60 anos ou mais, parte nascida na região e outra que escolheu o clima praiano para aproveitar a melhor idade. A maior cidade do litoral paulista reúne os mais diversos serviços e atendimentos para idosos. Mas, o fato é que ações inovadoras têm garantido aos santistas viverem mais e melhor.

O atual prefeito, Paulo Alexandre Barbosa, entendeu a necessidade de o município ter uma pasta específica para administrar a política municipal da pessoa idosa, devido ao número que estes municípios representam. A Coordenadoria de Políticas da Pessoa Idosa- COOPI trouxe a discussão entre secretarias e Conselho do Idoso e, juntos, criaram o plano de Política Municipal de Atenção Integral à Pessoa Idosa de Santos, instrumento que norteia os gestores para coordenação da ações e na implantação de novos projetos na saúde, bem-estar, segurança, entretenimento, e direitos sociais, além de incluir o idoso de forma participativa na sociedade. "Esta Coordenadoria surgiu conjuntamente com os demais órgãos da Prefeitura para realizar uma leitura específica da pessoa idosa em nosso município, articulando as demais secretarias para fomentar e executar políticas públicas voltadas ao segmento. É uma importante aproximação do Poder Público com a sociedade, visando a agilizar as



Ilha Criativa

FOTO: CAROL FARIAH

ações frente às necessidades apresentadas tanto pelo Conselho, como por entidades da sociedade civil e população em geral”, resume Nicola Margiotta Junior, chefe do Departamento de Cidadania.

NA SAÚDE E BEM-ESTAR

- A cidade disponibiliza dois laboratórios especializados em Geriatria, localizados na Unidade Básica de Saúde - UBS e Unidade de Saúde da Família - USF.

- Atendimento domiciliar - equipe multidisciplinar que atende pacientes acamados ou que tenham algum tipo de complexidade para se locomover até às unidades de atendimento. Atualmente são atendidos 900 pacientes pelo programa.

- Movimente-se com a música e com a dança – atividades desenvolvidas para a reabilitação funcional de pacientes, promovendo o estímulo à mobilidade, coordenação motora e à segurança no domínio do corpo.

- Atividades Física nas Unidades de Atenção Básica – são atividades físicas com grupos de pessoas cadastradas no programa HIPERDIA – pessoas com doenças de hipertensão e diabetes. As atividades são realizadas na própria unidade de Saúde ou em espaços próximos da comunidade.

Terapia Comunitária - coordenada pela Secretaria Municipal da Saúde, traz o conceito “Quando a boca cala, o corpo sofre, quando a boca fala, o corpo sara”. São rodas de conversas entre a comunidade e profissionais da Saúde, com encontros que acontecem nas unidades de Saúde com o objetivo de partilhar sentimentos que causam sofrimentos.

TELE VIDA

Uma grande conquista da gestão pública de Santos, trata-se de um serviço de monitoramento para idosos que moram sozinhos ou passam a maior parte do tempo a sós. Programa único no Brasil, foi implantado em 2014 por iniciativa da COOPI e tem a finalidade de oferecer ajuda em casos de emergência. O atendimento é realizado por meio de um dispositivo que pode ser usado no braço, como pulseira, ou no pescoço, como cordão. O equipamento contém um botão grande que, acionado, faz contato com uma equipe qualificada em prestar atendimento. O dispositivo interligado à linha telefônica fixa ou móvel dispõe de um software com banco de dados dos pacientes cadastrados: nome, idade, patologia, além da rede de contatos com familiares. De acordo com o tipo de emergência, é feita a intervenção com familiares, Samu, Corpo de Bombeiros ou Polícia Militar.

O projeto piloto teve a participação de 50 idosos e, sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, passou a fazer parte da grade de serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, desde agosto de 2015, após a assinatura de contrato com a empresa TeleHelp, que ganhou licitação para implantar o programa.

De acordo com o coordenador de atendimento domiciliar, Devanir Paz, o programa está apto a atender 250 pessoas, - atualmente são 150 pessoas cadastradas. “Apesar de ser um projeto empírico, eu o considero um sucesso, pois já apresentou resultados relevantes como, por exemplo, redução de acidentes domésticos. É um serviço que abrange além da saúde, também a segurança ▶



Atividades em grupo

FOTOS: ISABELA CARRARI

de vidas”, diz Devanir, contando que recentemente houve um caso em que o idoso acionou o Tele Vida após perceber que meliantes tentavam invadir sua residência. “Os operadores intermediaram o contato com 190, que deu atendimento à vítima no local”, relata o coordenador.

Critérios para o cadastro no programa:

- Ter idade igual ou superior a 60 anos
- Ser morador da cidade de Santos
- Morar sozinho, ou passar a maior parte do dia só.
- Estar cadastrado no SUS há no mínimo seis meses e ser diagnosticado com doenças cardiovasculares ou diabetes.

O acesso ao programa pode ser feito pelo próprio idoso ou parente/responsável, nas Unidades Básicas de Saúde, sendo obrigatório o preenchimento de formulário com questões sobre a saúde do paciente, sua rede de contatos - de familiares e vizinhos, até o porteiro do prédio. A rede de relacionamento é fundamental para o funcionamento do Tele Vida, pois são eles os primeiros a ser contatados em caso de emergência. O questionário é encaminhado à Secretária Municipal de Saúde e analisado, podendo ser deferido ou não.

O coordenador do programa ressalta ainda a importância do Programa, por ser uma ferramenta econômica. “Cada cidadão participante representa para o município um custo de R\$ 2,16 por dia, valor relativamente baixo”, confessa. Segundo ele, a criação do programa foi inspirada na ideia do atual deputado federal, Marco Telbadi, que em 2008, quando ainda prefeito da cidade de Joinville - Santa Catarina lançou o projeto-teste na Secretaria Municipal de Cidadania com duração de alguns meses. Devido aos resultados positivos, Telbadi levou o Programa para Brasília, com a proposta de o aplicativo ser uma ferramenta do SUS em todo território nacional.

Devanir Paz, responsável pelo programa em Santos, esteve no Congresso apresentando o projeto Tele Vida do município litorâneo. Aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 11 de agosto de 2015, segue em trâmite no senado.

INCLUSÃO E TECNOLOGIA SOCIAL

A Prefeitura tem investido também na inclusão social dos idosos, por meio de programas que possibilitam aos mais velhos contribuir na educação de crianças, no turismo, cultura e até no desenvolvimento social do município.

Vovô Sabe Tudo é um exemplo de sucesso há 17 anos. Criado em 1998, foi sancionado e promulgado pelo atual prefeito, em lei municipal nº 2904/2013. Destinado a pessoas com mais de 60 anos e renda de até cinco salários mínimos, o objetivo é transmitir conhecimentos especialmente para crianças e adolescentes. O programa venceu o prêmio de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil, como o melhor programa da região Sudeste em inclusão social para idosos, no ano de 2009. Coordenado pela Secretaria Municipal de Inclusão Social, o programa é realizado em parceria com as secretarias do Turismo, Educação, Esportes e Cidadania, que inserem o idoso em programas de cidadania, aproveitando a aptidão de cada um.

Conforme o artigo 4º da Lei, os idosos selecionados para participar da Tecnologia Social “Vovô Sabe Tudo” receberão treinamento específico para a transmissão das suas habilidades e terão auxílio monetário equivalente a um salário mínimo mensal, referente a 20 horas semanais de ensinamentos prestados. Portanto, a Lei não caracteriza remuneração nem vínculo empregatício da Prefeitura, com o participante.



Rádio 60.0

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Centros de Convivência de Idosos - serviços referenciados aos Centros de Referência de Assistência Social - CRASS, pautados no processo de envelhecimento saudável, asseguram espaços de conveniência por meio de oficinas de convivência, fomentam a participação em apresentações artísticas, cinemas, caminhada temáticas e encontros regionais da 3ª Idade. Estão disponíveis para população, em três endereços.

Casa Dia Recanto Mãezinha Joana - serviço referenciado ao Centro de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS, oferece atendimento especializado a famílias de idosos com algum grau de dependência. Tem a finalidade de promover autonomia e inclusão social, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.

O plano de política de atenção integral a pessoas idosas assegura ainda àqueles de baixa renda e sem respaldo familiar em razão de vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, o direito de convivência comunitária subsidiada pelas repúblicas Bem

Viver, Vitória e Renascer.

Estão disponíveis também no programa assistência judiciária integral e gratuita ao idoso, os serviços são prestados pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo OAB-SP / Santos.

Envelhecer em Santos é agradável. São dozes locais, incluindo centros esportivos, quadras e setor náutico, que

oferecem diariamente atividades esportivas, além de oito academias ao ar livre e da ginástica na praia, em quatro pontos da orla. As atrações culturais gratuitas também garantem o entretenimento da população mais velha, como o Aquário Municipal, Cine Arte Posto 4 e Orquidário Municipal.

Outras opções oferecem

50% ou mais de descontos nos passeios de escunas, Memorial das Conquistas do Santos Futebol Clube, Bonde Turístico, Museu de Arte Sacra e Museu do Café.

De acordo com Paulo Henrique Montenegro Lopes, todas as ações apresentam resultados de sucesso. "Percebemos que contribuimos efetivamente para que o idoso mude seu olhar em relação à velhice, aumentando sua expectativa de vida", resume o coordenador. ■

a Lei não caracteriza remuneração nem vínculo empregatício



Na prática

- Desenvolvimento do plano Política Municipal de Atenção Integral à Pessoa Idosa, instrumento com finalidade de coordenar e implementar ações voltadas aos idosos

- Prefeitura de Santos - São Paulo, por meio da Coordenadoria de Políticas da Pessoa Idosa - COOPI

- Projetos com a participação das secretarias de Saúde, Assistência Social, Saúde, Educação, Turismo, Esporte e Lazer

- Implantação do Sistema de Monitoramento: Tele Vida, por meio de licitação contratual.

Mais informações:

<http://www.santos.sp.gov.br>
Tel: (13) 3201-5000

Saiba Mais:

Leis que norteiam a política para idosos

- Política Nacional do Idoso - Lei nº8.842

- Estatuto do Idoso, sancionado pela lei 10.741/2003

- Pacto pela Vida - Portaria nº 399/2006

UM OLHAR PARA A LIBERDADE

Detentos da Penitenciária Estadual de Maringá produzem material didático para deficientes visuais, ampliam seu próprio conhecimento cultural e contribuem para o aprendizado de alunos cegos em todo o País

• Fernanda Bertoncini

“Tirei um dia a menos ou um dia a mais, sei lá... Tanto faz, os dias são iguais. Acendo um cigarro, vejo o dia passar. Mato o tempo pra ele não me matar”. O trecho da música Diário de um Detento, do grupo Racionais Mc’s, retrata a realidade de cerca de 608 mil presos brasileiros, que fazem do País a quarta maior população carcerária do mundo, segundo dados divulgados em junho de 2015 pelo Ministério da Justiça, em amostragem referente ao primeiro semestre de 2014.

Em números absolutos, o Brasil ficou atrás apenas da Rússia, com 673.800 presos, China, com 1,6 milhão, e Estados Unidos, com 2,2 milhões. Quando se compara o número de detentos com o total da população, o País também está em quarto lugar, atrás da Tailândia, em terceiro, Rússia, em segundo, e Estados Unidos, em primeiro.

Neste cenário, se a taxa de reclusões continuar a crescer no mesmo ritmo, daqui a 50 anos um em cada 10 brasileiros estará atrás das grades. Ainda, de acordo com o levantamento, a população carcerária nacional aumentou 80%, saltando de 336.400 presos para 607.700.

Os números chamam atenção e colocam em cheque programas de recuperação e reintegração social de detentos. Na contramão da inércia que atinge o sistema prisional brasileiro, o município de Maringá, no Estado do Paraná, criou o projeto “Visão de Liberdade”, que reinsere o preso na sociedade, por meio do trabalho em benefício de deficientes visuais, com a produção de materiais didáticos específicos.

Para o diretor da Penitenciária Estadual de Maringá, Vaine Gomes, o processo obedece a três etapas. “Os presos fornecem a mão de obra para a confecção dos livros em braille, que seguem para a revisão, impressão e distribuição, sob a coordenação do Centro de Apoio Pedagógico municipal - CAP. São também confeccionados materiais em relevo, como jogos interativos e alfabetos”, ressalta. Já para a produção dos audiolivros, os detentos passam por capacitação e conduzem toda narração, arranjos e sonoplastia. “O trabalho faz com que transcendam além das celas e dos muros do presídio, ao ampliarem seus próprios conhecimentos e sua cultura, a partir do contato com inúmeras obras literárias, das quais não tinham qualquer conhecimento ou acesso”, explica o diretor.

CONHECIMENTO QUE LIBERTA

O modelo de trabalho foi criado pelo governo do Estado do Paraná, por meio das secretarias de Segurança Pública e Educação, em atenção à necessidade do CAP de Maringá de produzir material para a alfabetização de deficientes visuais. “Os presidiários demonstram, inicialmente, o desejo de trabalhar para garantirem remissão da pena (redução), mas, quando percebem o caráter do projeto, acabam se encantando, se envolvendo. É uma analogia interessante, afinal são detentos que cumprem regime de reclusão, mas que passam a ser “os olhos” de alunos que não enxergam. Por suas intervenções, os presos dão liberdade à imaginação e ao conhecimento dessas crianças”, conceitua Gomes. O diretor salienta que o projeto tem importância reconhecida, porque vai além de punir o transgressor. “Trata-se de uma retribuição social da pessoa que está reclusa, cumprindo pena. O trabalho deles contribui para reduzir o tempo de cárcere, além de acumular uma renda que é guardada e a ajudará a recomeçarem suas vidas, quando postos em liberdade. Mas, o sentimento de utilidade, de prestação de serviço social, esse realmente pode mudar um detento”, assegura, lembrando que é fácil um preso sair igual ou pior do que entrou, ao ser condenado; “porém, despertar o desejo de mudar de vida, de recomeçar com opções melhores é um desafio, sobretudo para o sistema prisional brasileiro”, defende.

Os cerca de 20 presidiários que participam do programa são beneficiados com a redução de pena, a qual para cada três dias trabalhados, exclui um dia no total da sentença. Há, ainda, pagamento de R\$ 30 por mês – montante que é acumulado e entregue ao detento, quando posto em liberdade.

Se por um lado há o incentivo palpável de redução de pena e retribuição financeira, por outro o preso se redescobre socialmente e recupera sua dignidade por meio de boas práticas, muitas vezes ofuscada por sua conduta anterior, que o levou ao confinamento. “A forma que encontramos de valorizar o trabalho que os reclusos desempenham, de dimensionar o impacto dessas ações, foi trazer um grupo de deficientes visuais para uma partida amistosa de futebol com os participantes do projeto.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Todos foram vendidos e interagiram, de igual para igual, numa integração inédita”, relata Gomes.

A aproximação dos grupos possibilitou que os presos experimentassem a limitação de viver sem visão. “Há muitas formas de liberdade. E enxergar é uma delas. O trabalho dos presidiários liberta, de certa forma, a imaginação de mais de 500 deficientes visuais atendidos pelo “Visão de Liberdade”. E o conhecimento adquirido com a produção do material também liberta e redime o preso, transportando-o além da cela, além dos muros do cárcere”, pontua.

RECONHECIMENTO

A iniciativa ganhou real atenção e foi alvo de importantes prêmios de visibilidade nacional e internacional. Em 2011, recebeu o Prêmio Cidadania Herbert de Souza, da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, e o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. A condecoração rendeu benefício de R\$ 80 mil reais, revertidos para a manutenção do projeto.

Em 2014 foi reverenciado, em decisão unânime, com o Prêmio Objetivos do Milênio Brasil – ODM em reconhecimento ao trabalho de ressocialização de detentos, por meio de qualificação profissional e assistência humanizada, em iniciativa que promove a inclusão social de deficientes visuais.

MAGNITUDE

O material pedagógico confeccionado pelos presos de Maringá é distribuído para 119 municípios atendidos pelo Centro de Apoio Pedagógico e encaminhado para 104 entidades, divididas em 25 estados brasileiros, além da Biblioteca Nacional de Lisboa, em Portugal.

Atualmente, o programa atende cerca de 450 alunos dos ensinos fundamental e médio. Desde a implantação, já foram produzidas 60 mil unidades de material, em 58,5 mil trabalhos didáticos em relevo, 379 livros e 48 apostilas em braille, além de 118 livros e 16 apostilas faladas – com 150 cópias cada – enviadas para diversas unidades de ensino especial no Brasil. ■



Na prática

- Projeto Visão de Liberdade - reinserção e socialização de detentos da Penitenciária Estadual de Maringá, no Paraná, por meio de mão de obra para fabricação de material didático para deficientes visuais de várias cidades do País e de Lisboa, em Portugal

- Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, em parceria com o CAP - Centro Apoio Pedagógico de Maringá

- O modelo de trabalho foi desenvolvido pelo governo do Estado, com o intuito de promover a reinserção de detentos na sociedade, por meio de qualificação profissional e valorização de suas atividades

- Foram fechadas parcerias com a iniciativa pública e privada para custear investimentos na construção de estúdios e na capacitação dos presos

- Foram identificadas demandas sociais nas quais a mão de obra de detentos possa ser útil e fazer a diferença.

Mais informações:
Penitenciária Estadual de Maringá
Tel. (44)3293-9202

Saiba mais:
A partir da identificação destas demandas, é possível criar modelo de trabalho sustentável e que motive a adesão dos detentos, por meio de políticas de remição de pena por meio do trabalho

A Lei 12.433, de 29 de junho de 2011, artigo 126 determina que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.





DEMOCRACIA DA ACESSIBILIDADE

População de Uberlândia vive em uma das cidades mais democráticas e acessíveis do País



Gilmar Machado

FOTO: SECOM/PMU

• MariannaFanti

Como é possível uma cidade com 654.681 habitantes, a 524 km de Belo Horizonte ter conseguido zerar o problema da mobilidade em seu território? Simples: há 20 anos, os movimentos sociais locais de Uberlândia começaram a lutar pelos direitos de inclusão social.

Gilmar Machado, educador, vice-presidente da Comissão de Recursos Hídricos da FNP - Frente Nacional de Prefeitos, e atual prefeito, conta que participou desses movimentos desde o início, que, a princípio enfrentaram resistência por parte da população. Porém, com o passar do tempo, e após um processo de reeducação municipal, hoje todos vivem em uma das cidades mais democráticas e acessíveis do País. “Acreditamos que investir em pessoas não é onerar o município”, afirma o gestor.

Hoje, Uberlândia orgulha-se de estar entre as cidades do interior do Brasil com o maior índice de acessibilidade, apresentando grau de desenvolvimento em áreas como escolas, transporte público - 100% acessível - e com elevadores ou vans e unidades de saúde.

Mas, infelizmente, o número de intervenções já realizadas, e em curso pelo País, ainda é reduzido face ao universo das necessidades dos deficientes, pois, em meio à população, ainda existe certo desconhecimento sobre as necessidades de pessoas com necessidades especiais, persistindo a ideia de que obras públicas adaptadas favorecem apenas os

cidadãos com deficiência. A boa notícia é que aos poucos esta ideia vem caindo por terra, dando lugar ao entendimento de que todas as pessoas, independentemente da sua idade, estatura, capacidades, deficiências ou outras características, devem ser beneficiadas por estas mudanças.

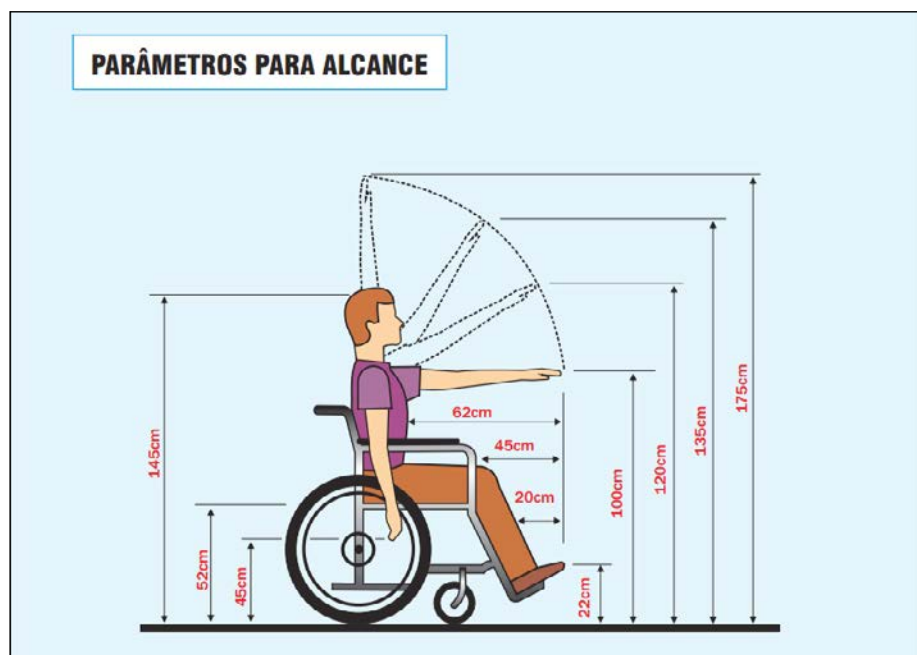
Ainda no que diz respeito aos espaços públicos das cidades, verifica-se que de modo geral, não são acessíveis. Existe uma elevada percentagem de edifícios públicos - centros de saúde, escolas, museus, tribunais, repartições de finanças, etc, e privados - hotéis, cinemas, restaurantes, lojas, que são total ou parcialmente inacessíveis a pessoas com necessidades especiais.

TRANSPORTE

Atendendo aos quesitos previstos na lei federal de acessibilidade, decreto nº 5296/2004, Uberlândia possui 100% da frota - 425 ônibus, adaptados para oferecer transporte de qualidade aos deficientes físicos. Apenas participam de licitações, empresas concessionárias que tenham todos os carros adaptados, atendendo aos dispositivos da lei. À medida em que a frota é renovada, novas tecnologias e itens de conforto são introduzidos nos novos ônibus. Recentemente, a cidade adquiriu 16 ônibus, com espaço para dois cadeirantes em cada ônibus, em vez de um, como normalmente existe. Os novos carros contam ainda com equipamentos sonoros e luminosos, e aos poucos irão substituir toda frota antiga que circula pela cidade. O terminal central também é adaptado para deficientes físicos e visuais, com avisos sonoros e luminosos nas áreas de travessias internas e do entorno, além de piso tátil, rampas e ônibus com elevador.

TRANSPORTE ACESSÍVEL

O Porta a Porta é um programa municipal que faz parte das políticas de inclusão social e acessibilidade do município. Ele visa a atender pessoas portadoras de deficiência, que estejam impossibilitadas de fazer uso do sistema e transporte convencional. São 50 veículos (vans), disponíveis de segunda a sexta-feira, das 8h às 18 horas, totalmente adaptados para transportar usuários de cadeiras de rodas com conforto e segurança ao ensino formal, profissionalizante, habilitação e reabilitação, saúde, cultura e lazer. Este programa foi implantado por meio do decreto municipal nº 8.701, criado em 2002, que institui o serviço de Transporte Acessível Porta-a-Porta destinado a atender pessoas portadoras de deficiência. Para fazer uso deste benefício, o requerente - ou seu responsável legal - deve preencher uma ficha solicitando o benefício, munido de um comprovante de conta de água, luz, telefone e rendimentos - contracheque ou carteira de trabalho. Após o cadastramento, o Serviço Social agendará visita técnica domiciliar para avaliação dos critérios legais do sistema pleiteado.



CENTRAL DE INTÉRPRETE DE LÍNGUAS

Uberlândia foi a primeira cidade do interior do Estado a ter uma Central de Intérprete de Línguas, criada em 2014. O atendimento às pessoas surdas é feito com ajuda de quatro intérpretes, que acompanham os deficientes até postos de serviços públicos, como saúde, judiciário, etc. A Central - fruto de parceria entre governo do Estado e Prefeitura Municipal - funciona na Superintendência para Pessoa com Deficiência, vinculada à Secretaria de Governo.

CARTILHA DE ACESSIBILIDADE PARA ORIENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Outra premissa deste governo, especificamente na área de construção civil, é não autorizar a entrega de nenhuma obra no município – seja pública ou privada -, que não cumpra as normas de acessibilidade previstas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Por este motivo, a cidade criou em 2015 uma cartilha de acessibilidade para nortear qualquer obra que seja construída. O material prevê, entre outros itens, parâmetros para portas, barras de apoio, apoio para louças e metais, atendimento, sala de espera, dormitórios, corredores, corrimão e guarda-corpo, rampas, rampas de esquinas, rampa em calçada, travessia elevada, calçada, portão basculante, estacionamentos, piso tátil, sinalização tátil, e símbolos internacionais.

Educação

A rede municipal de ensino atende 1.710 alunos com deficiência: 266 com deficiência física, 156 com deficiência múltipla, 99 deficientes visuais – baixa visão e cegueira -, 187 autistas, 81 com surdez, 921 com deficiência intelectual, e 106 das 118 EMEIs – Escola Municipal de Educação Infantil - têm acessibilidade. As escolas que não têm atendimento é porque não possuem demanda. O município ainda oferece sala de aula com intérprete para alunos com deficiência visual – são 27 intérpretes; carteiras adaptadas para alunos cadeirantes; aulas de educação física adaptada - lembrando que Uberlândia teve 15 atletas medalhistas no mais recente ParaPan -; e acesso à Faculdade da Criança, onde se realizam atendimentos especializados aos alunos com deficiência intelectual e motora severa. Além disso, todos os estudantes e professores da rede municipal recebem noções básicas de Libras, para poderem se comunicar com os colegas com deficiência. Também são disponibilizados materiais em braille, além de máquinas de escrever.

Recentemente, a Prefeitura fechou acordo com o governo do Estado, para a reforma e adequação de 56 escolas estaduais. ▶



FOTO: DIVULGAÇÃO

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Foi criada em 2013, a lei municipal nº 11.444, que institui A Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e Aprender no Município. Entre outras coisas, esta lei prevê:

- Favorecer a construção da cultura de cooperação, acompanhamento, avaliação das ações relativas ao enfrentamento das múltiplas causas do baixo rendimento e da evasão escolar.
- Ampliar as possibilidades de construção coletiva de programas e serviços que atuem no enfrentamento das dificuldades de escolarização de cada aluno e na melhoria dos índices de desenvolvimento educacional.
- Colaborar para o desenvolvimento de uma educação livre de quaisquer tipos de preconceito e discriminação, orientada para o exercício da cidadania ativa e construção de relações entre pessoas e instituições de pacificação social e fomentar a atuação conjunta para resolver problemas educacionais e colaborar para a mudança de lógica e formas predominantes de atuação das instituições do estado.

Esta lei consiste em uma forma de atuação conjunta de instituições públicas e privadas que desenvolvam atividades relacionadas à Educação, capazes de agir em conjunto com a escola para que, em interesse comum, contribuam para garantir o direito aos alunos à educação pública

de qualidade e qualificada socialmente, visando à superação das dificuldades de acesso, permanência e conclusão dos estudos dos estudantes.

SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ACESSIBILIDADE

Em julho de 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no 13.146, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Porém em 2007, o Conselho de Ministros havia criado a resolução nº 9/2007, instituindo o PNPA - Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade, um instrumento estruturante das medidas que visam à melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos e, em especial, a realização dos direitos de cidadania das pessoas com necessidades especiais. Ele sistematiza um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldades sensoriais, a autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos. Essas barreiras promovem a exclusão social, acentuam preconceitos e favorecem práticas discriminatórias, prejudicando, nomeadamente, as pessoas com deficiência e os mais idosos. ■



Na prática

- Lei Municipal nº 11.444, que institui A Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e Aprender no Município

- Prefeitura Municipal de Uberlândia - Minas Gerais

- Este projeto pode ser implementado em qualquer prefeitura do país, basta que o gestor responsável demonstre interesse, e crie políticas públicas compatíveis com o tema em seu município. Para tanto, basta seguir medidas como as adotadas em Uberlândia

- Implementou medidas baseadas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146/2015

- Criou uma legislação municipal de acessibilidade, nº 11.444/2013

- Criou um decreto municipal nº 8.701/2002, que institui o serviço de Transporte Acessível Porta-a-Porta, destinado a atender pessoas portadoras de deficiência

- Instituiu uma Central de Intérprete de línguas que atenda pessoas com deficiência auditiva, por meio do acompanhamento de intérpretes

- Criou uma cartilha de acessibilidade para nortear obras no ramo de construção civil. Objetivando zerar o problema da mobilidade em seu território, Uberlândia orgulha-se de estar entre as cidades do interior do Brasil com o maior índice de acessibilidade, apresentando graus de desenvolvimento em áreas como escolas, transporte público - 100% acessível - e com elevadores ou vans e unidades de saúde.

Mais informações:

<http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/>
Tel. (34)3239-2444

CAVALHEIRISMO À PROVA

Lei municipal torna preferencial todos os assentos de ônibus em Manaus; de caráter educativo, medida beneficia idosos, gestantes, mulheres com crianças de colo e pessoas com necessidades especiais

• Fernanda Bertoncini

O artigo 3º da Lei federal nº 10.048/2000 é claro: “As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo”.

No entanto, a realidade encontrada por quem precisa recorrer ao transporte público em todo o País é outra. Mesmo com o respaldo da Lei, com os assentos prioritários destacados em cores diferentes dos demais, dos inúmeros cartazes espalhados pelos coletivos e das chamadas sonoras em transportes como trens e metrô, a prioridade é completamente ignorada por boa parcela dos usuários. Não é raro se deparar com idosos tentando se equilibrar, grávidas em pé, mães com crianças de colo fazendo malabarismo para segurar a criança e manterem-se firmes durante seu trajeto, enquanto pessoas sem atender às necessidades específicas na lei violam seus direitos e sentam-se no lugar reservado aos mais vulneráveis.

Pois, a Prefeitura de Manaus, capital do Amazonas, resolveu dar um basta à situação. Agora é lei. Todos os assentos do transporte coletivo na cidade são prioritários, ou seja, é obrigatório ceder lugar nos coletivos. A Administração sancionou a nova legislação nº 2.094, de 22 de janeiro de 2016, que beneficia imediatamente gestantes, idosos, mulheres com crianças de colo, obesos e pessoas com deficiência, que usufruem dos 1407 ônibus municipais em operação.

A dona de casa Celina Fernandes, de 72 anos, comemora a iniciativa. “Perdi as contas de quantas vezes viajei em pé, no coletivo, porque os assentos preferenciais estavam ocupados por jovens, que ‘enfiam’ a cara no celular, para fingir que os idosos não existem. Se com os lugares preferenciais já funciona assim, imagina no resto do ônibus”, se indigna, fazendo referência à cota prevista na lei federal, que prevê a destinação de

20% dos assentos ao público prioritário.

MEDIDA EDUCATIVA

De caráter educativo, a medida não prevê punição. “O ônus consiste apenas na desocupação do lugar e no constrangimento de ser acionado e obrigado a deixar o assento. A solicitação de desocupação pode ser feita por qualquer passageiro, mas os motoristas e cobradores podem intervir, se necessário, para garantir o cumprimento da medida”, assegura o superintendente da Secretaria de Transportes Urbanos da cidade, Pedro Carvalho. Segundo ele, o próximo passo será realizar treinamentos com os fiscais da Superintendência, para que eles possam orientar as pessoas nos terminais de integração e dentro dos ônibus. A lei se estende tanto para os coletivos como para os alternativos.

Outra importante medida é a divulgação de uma campanha conscientizadora. “Queremos despertar na população a boa educação e os bons modos. Antigamente, não era necessário criar uma lei para obrigar as pessoas a cederem lugares às pessoas vulneráveis. Ser cortês e cavalheiro era uma orientação que recebíamos em casa. Agora, vamos trabalhar para mudar a cultura das pessoas e para despertar a plena noção de cidadania”, sustenta.



FOTO: KARLA VIEIRA

Para a empregada doméstica, Cilene Silva, de 23 anos, a iniciativa faz toda a diferença. “Sou usuária de ônibus e tenho um bebê de três meses. É sempre muito complicado e constrangedor embarcar com meu filho. A gente precisa contar com a bondade das pessoas, que nem sempre se solidarizam. Com a lei, espero que passem a olhar com mais atenção para quem realmente precisa do assento. Cansado, todo mundo está. Mas, alguns precisam mesmo se sentar, até para evitar acidentes. Já pensou se eu caio ou derrubo meu filho durante o percurso?”, questiona com indignação.

Carvalho explica ainda, que



Todos os assentos são prioritários



Na prática

- Criação da Lei nº 2.094, de 22 de janeiro de 2016, que beneficia imediatamente gestantes, idosos, mulheres com crianças de colo, obesos e portadores de deficiência, que usufruem dos 1407 ônibus municipais em operação

- Prefeitura de Manaus - Amazonas, por meio da Secretaria Municipal de Transportes Urbanos

- Iniciativa busca conscientizar a população a ceder lugares ao público preferencial no transporte coletivo municipal, sem que a obrigação esteja restrita à cota de 20% dos assentos designados às pessoas que se encaixam à categoria

- Medida educativa quer promover mudança de cultura comportamental, baseada nas boas práticas e boa educação, contribuindo para um transporte público de qualidade

Lei nº 2.094, de 22 de janeiro de 2016

Art. 1º Torna obrigatório, por parte dos usuários de transporte coletivo, a cedência de qualquer assento aos passageiros com prioridades. Parágrafo único. Entende-se por prioridades, grávidas, mulheres com crianças de colo, obesos, idosos e pessoas com deficiência física.

Art. 2º Esta Lei é de caráter educacional, punindo os infratores apenas com a desocupação do assento, podendo haver interferência do motorista do ônibus, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Outras leis

Em Manaus outras legislações também colocaram regras na convivência nos ônibus da cidade, como o Decreto Municipal 1.779/2013, que proibiu o comércio e a mendicância feita dentro dos coletivos, além da Resolução nº 025/2012, que coibiu o uso de som alto nos ônibus, obrigando os passageiros a usarem fones de ouvido.

Mais informações:

Prefeitura Municipal de Manaus
<http://www.manaus.am.gov.br/>

uma série de medidas deverão ser tomadas nos próximos meses para melhorar o acesso e fluxo do público preferencial, além da fixação de cartazes divulgando a medida. “Vamos cadastrar os idosos para que tenham uma espécie de carteirinha e possam passar pela catraca e acessar qualquer assento do coletivo”, em alusão ao modelo anterior de embarque, o qual era feito apenas pela porta dianteira do coletivo, onde estavam também localizados os lugares preferenciais.

AUTORIA DO PROJETO

A Lei nº 2.094 originalmente foi criada pela vereadora Pastora Luciana, na Câmara Municipal de Manaus. O objetivo inicial era resguardar as mulheres usuárias do transporte público de assédios dentro dos ônibus, com o incentivo da cortesia e do cavalheirismo, por parte dos homens. Mas, por prever que os assentos preferenciais fossem estendidos a todas as mulheres (independente de idade), além de obesos, pessoas com deficiência e idosos, o Projeto de Lei (PL) foi vetado na íntegra.

Com o texto completamente revisto, o vereador Plínio Valério, apresentou outra proposição em novembro do ano passado. Objetivando ampliar o público de enfoque e “forçar” os passageiros a cederem os assentos às pessoas que possuem prioridade no transporte, a nova legislação foi sancionada e publicada no Diário Oficial do Município-DOM, pelo prefeito em exercício, Wilker Barreto. ■

Infância Genial

Secretaria de Educação de Curitiba oferece atendimento educacional especializado em altas habilidades e identifica alunos superdotados na rede municipal

• Marianna Fanti

Você sabia que, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS, 3,5 a 5% da população brasileira é composta de superdotados? Mas, como identificar essas crianças e, sobretudo, como lidar com elas?

A Secretaria de Educação da prefeitura de Curitiba, capital do Paraná, criou a Coordenação de Educação Especial - departamento destinado a cuidar dos casos de inclusão social dos alunos com deficiência ou altas habilidades. Especificamente para o segundo caso, foi criado um atendimento educacional especializado em altas habilidades/superdotação, no município.

Dos 193 mil alunos que compõem a Rede Municipal de Educação - 90 mil no Fundamental I, sete mil no Fundamental II, e 42 mil na Educação Infantil, dois mil alunos fazem parte da rede inclusiva - composta de deficiências físicas e mentais. A Rede dispõe 184 escolas municipais, sendo três delas escolas de educação especial, e as demais regulares. Vale ressaltar ainda que, em Curitiba, a matrícula dos alunos com deficiência é compulsória, ou seja, imediata. "Temos um lema de que não deve existir criança fora da escola, em Curitiba", afirma Roberlayne de Oliveira Borges Roballo, secretária de Educação.

Destes, 196 estudantes foram diagnosticados com altas habilidades e recebem atendimento especializado; 95 alunos recebem atendimentos nas Salas de Recursos, enquanto os outros 101 são acompanhados pela equipe de apoio à inclusão, da Secretaria Municipal da Educação.

CMAES

A crescente demanda de crianças e estudantes identificados com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) nas escolas de ensino comum, justifica a necessidade de oferta de atendimentos que possibilite o uso do seu potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor, artístico e criativo.

Para o atendimento às necessidades específicas desses estudantes, o que se propõe é a oferta do atendimento educacional especializado nos Centros Municipais de Atendimento Especializa-

do - CMAES, que funcionam no contraturno das escolas regulares. Cada centro possui um grupo formado por psicólogos e professores e oferece serviços, como reeducação visual, auditiva, pedagógica e psicológica, para alunos com deficiência e altas habilidades/superdotação.

Cabe ao professor da Rede verificar a necessidade de determinado aluno passar por atendimento especializado, que, a partir deste momento, será encaminhado para avaliação com psicólogo. Cinco das oito unidades possuem salas para atendimento específico de alunos com altas habilidades e superdotação. Nestes casos, os centros oferecem atividades que desafiam e instigam o intelecto, como projetos de robótica, teatro, musicalização e ainda atividades exploratórias como passeios, atividades culturais, pesquisas e projetos. "Promover a inclusão é um trabalho permanente da prefeitura de Curitiba, que acredita no poder transformador da educação e o compreende como uma iniciativa que terá seus resultados em médio e longo prazos. Por isso, apenas nessa área, além da atenção aos alunos com altas habilidades já oferecida nos CMAEs, implantamos o Projeto Equidade, que envolve estratégias pedagógicas diferenciadas para cada realidade escolar, além de salas multifuncionais para alunos com deficiência e transtornos de desenvolvimento. Dessa forma, estamos avançando a cada dia e transformando Curitiba numa cidade mais humana, inclusiva e que atenda a todos", explica Gustavo Fruet, prefeito de Curitiba.

CURSOS/OFICINAS PLANEJADOS AOS ESTUDANTES

O serviço de atendimento especializado em Altas Habilidades/Superdotação é oferecido por meio do aprimoramento em cursos, de atividades exploratórias e de aprofundamento. "São atividades que acontecem no turno contrário à escolarização, incluindo acompanhamento aos educandos, orientação às equipes das unidades educacionais e às famílias", diz a secretária. A proposta do trabalho é valorizar o potencial e habilidade dos estudantes, respeitando as características de aprendizagem e as necessidades socioemocionais de cada um, por meio de projetos de robótica que trabalham o raciocínio lógico-matemático, a programação e resolução de situações-problema e valores inter e intrapessoais, necessários nas relações sociais; jogos teatrais, que trabalham a representação simbólica, improviso, ensaios e encenações; musicalização que trabalha a rítmica e a prática instrumental; além dos cursos ofertados aos pais, que são grupo de discussão orientada sobre altas habilidade/superdotação, e trabalham temáticas, como a concepção, características e identificação; inteligência e criatividade; importância dos relacionamentos; questões emocionais/reações afetivas e comportamentais; a importância da famí-



FOTO: GABRIEL ROSA

lia e da escola como contexto de desenvolvimento para o indivíduo superdotado e a relação família e escola.

COMO DETECTAR UM ALUNO COM ALTAS HABILIDADES

Embora não exista um padrão comportamental homogêneo entre os indivíduos superdotados, há um conjunto de características que podem servir como indicativos na avaliação da superdotação, que normalmente pode ser feita a partir dos seis anos de idade. Vale ressaltar que os superdotados podem apresentar diversas dessas características, mas não necessariamente todas elas. Alguns traços observados, são: a criança engatinha, anda e fala mais cedo do que o esperado, com vocabulário avançado para a idade; ótima capacidade de memória com elevada e rápida capacidade de aprendizagem; persistência e motivação para a resolução de problemas; aquisição precoce da leitura; habilidade acima da média com números e aritmética; curiosidade incomum, desejo de aprender e capacidade de elaborar questionamentos de forma ilimitada; interesses em áreas específicas, podendo tornar-se especialista no assunto; criatividade; sensibilidade elevada, podendo apresentar fortes reações em relação à parte sensorial (ruídos, odores, dores), e especialmente à frustração; energia elevada, o que pode ser confundido com hiperatividade, especialmente quando não estimuladas adequadamente; tendência ao perfeccionismo; entre outras.

Um psicólogo treinado pode detectar pessoas altamente habilidosas por meio de avaliações específicas. No caso de crianças, orientar suas famílias e professores, e encaminhá-las a escolas que possam suprir a necessidade de estimulação, enviando relatórios das avaliações feitas nas diferentes áreas.

DESAFIOS

Normalmente, os professores têm dificuldades de se relacionar com o conhecimento dessas crianças, que por conta das altas habilidades não organizam tão bem seu caderno ou respondem objetivamente às questões das provas. É necessário ter objetividade e sensibilidade no trabalho com essas crianças, que precisam de desafios maiores e que os demais alunos.

Consciente da responsabilidade e importância deste trabalho, a Secretaria de Educação adotou um trabalho em conjunto, unificando o trabalho dos professores da rede, com o trabalho especializado de psicólogas e pedagogas. "É fundamental manter esse trabalho de acompanhamento com alunos e familiares durante toda permanência da escola, pois os pais são elos importantíssimos nesse processo", garante a secretária. ■



Na prática

- Criação da Coordenação de Educação Especial - departamento destinado a cuidar dos casos de inclusão social dos alunos com deficiência ou altas habilidades, subordinado à Secretaria de Educação
- Secretaria de Educação da Prefeitura de Curitiba - Paraná
- Criou uma coordenação de educação especial - departamento subordinado à Secretaria de Educação destinado a cuidar dos casos de inclusão social dos alunos com deficiência ou altas habilidades
- Implantou no contraturno das aulas, Centros Municipais de Atendimento Especializado, que ofereçam serviços como reeducação visual, auditivo, pedagógico e psicológico, para alunos com deficiência e superdotação ou altas habilidades
- Contratou professores capacitados e habilitados para identificar e lidar com alunos com superdotação em sala de aula. Fez essa interface entre escola e família
- Com o objetivo de cuidar dos casos de inclusão social dos alunos superdotados ou com altas habilidades, foi criado um atendimento educacional especializado no município.

Mais informações:

<http://www.curitiba.pr.gov.br/>
Tel. (41)3350-8484

Saiba mais:

Embora não haja nenhuma lei municipal específica, o gestor pode basear-se na Lei 9.394/96, que no Capítulo V, Artigo 59, incisos I e IV, faz menção aos alunos "superdotados e habilidosos" e prevê garantias para esses educandos.

À frente do seu tempo

Campo Bom investe no ensino do inglês como ferramenta para o futuro

• Fábio Silva Gomes

Era início de dezembro quando cerca de 200 alunos subiram ao palco do teatro Marlise Saueressig, no Complexo Cultural CEI, na cidade gaúcha de Campo Bom. Estudantes do 9º ano, de oito turmas, estavam ali para mostrar tudo aquilo que aprenderam durante 12 meses e apresentar, em forma de música, diálogos, esquetes e coreografias, sua intimidade com o inglês, idioma imprescindível no mundo de hoje.

A iniciativa da Prefeitura já beneficiou cerca de 2000 alunos e acontece desde 2010. O curso é denominado Campo Bom Ahead of Time (algo como “Campo Bom à frente do seu tempo”) e faz parte do Programa Acolher - Lei Municipal 4.122-, que possui também outras frentes voltadas, principalmente, à educação, ao lazer e à cidadania. Para o prefeito Faisal Karam, tal ação “traz imensa satisfação pelo que oportuniza aos alunos que serão o futuro da cidade, da região e do País”.

As aulas de inglês fazem parte de um programa que tem duração de um ano, com aulas semanais de duas horas, somando 80 horas/aula, que envolvem técnicas de conversação, gramática, leituras e brincadeiras, além da música e do teatro. A ideia da Mostra, que acontece todo fim de ano, é apresentar aos familiares e comunidade em geral o ren-

dimento dos estudantes, de forma artística e criativa, para animá-los a apoiar a continuidade do estudo da língua. A titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Eliane dos Reis, aponta: “A importância do Projeto está no empoderamento que é dado a todos os alunos ao dominarem a língua inglesa, considerada universal. O curso prepara os estudantes para o ingresso no mercado de trabalho, cada vez mais exigente quanto ao domínio de idiomas e minimiza suas fronteiras enquanto cidadãos do mundo. O projeto visa a fomentar o desenvolvimento da cidade, uma vez que incentivamos o estudo do idioma, mas, também, a formação de pessoas capazes de viver e atuar em qualquer lugar do mundo”.

Para maior organização do conteúdo, as aulas de inglês não são ministradas no período letivo comum. Elas acontecem no que a cidade chama de “contraturno” (se a criança estuda de manhã, faz inglês à tarde, e vice-versa). A coordenadora Marilene Bauer, professora da rede municipal de Campo Bom há 15 anos, viu o projeto nascer e é uma das grandes entusiastas. Para ela, um dos fatores mais importantes é a questão de futuro. “Outra coisa a se frisar é a qualidade do material e do conteúdo: o livro de inglês é importado e as

crianças ganham do município. Os alunos do 9º ano de 2014 no turno regular e que também participaram do contraturno com a minha coordenação, criaram um jornal em inglês online, que rendeu um prêmio da Microsoft chamado ‘Professores inovadores que utilizam a tecnologia em sala de aula’. Fui representar a única escola pública do Brasil em maio do ano passado, em Seattle”, conta, com orgulho.

Os estudantes também se sentem prestigiados com a iniciativa da rede municipal, que nada fica a dever se comparada a cursos de inglês em instituições privadas. Ketlin Ekhardt, 15 anos, aluna da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas, conta: “O curso é uma excelente oportunidade para aprendermos algo a mais do que o inglês da sala de aula, com diversas atividades diferenciadas, mas tudo voltado ao inglês, além de uma excelente professora, que nos ensinou tudo da melhor forma possível. A formatura foi a chance de todas as escolas do

FOTOS: DIVULGAÇÃO/PMCB





município mostrarem o que aprenderam. Fizemos um pot-pourri de músicas em inglês e depois fizemos uma dança”. Já Jeson André dos Santos, também de 15 anos e da mesma escola, caracterizou o curso como bastante “positivo e divertido”, um grande diferencial para a educação nos dias de hoje.

As apresentações no final do ano encantaram as famílias e aqueles que assistiram. Milena Streit se formou no ensino fundamental em 2015. Ela estava na plateia e conta: “Eu achei lindo! Foi um momento onde os alunos puderam mostrar seu conhecimento de uma forma divertida e interativa. Eu conheço pessoas que participaram e são sempre esses relatos: eles realmente passam com fidelidade a qualidade daquilo que aprenderam. E o que falar sobre os talentos? Acho boa essa oportunidade de poderem se apresentar, ainda mais quando nós também podemos aprender com eles”, destaca. Milena não se apresentou, mas também fez o curso. E ela é um dos destaques: participou da ISEF - Feira Internacional de Ciências e Engenharia (considerada a maior feira do gênero, no mundo), em 2015, nos Estados Unidos, e esteve na competição científica pré-universitária como reconhecimento à sua performance em in-

glês, no projeto Águas da Minha Cidade, da rede municipal.

A escolha do inglês para “segunda língua” dos alunos de Campo Bom não foi meramente por acaso: a cidade, localizada no Vale do Rio dos Sinos, abriga empresas que atendem e atuam estrategicamente com diferentes países, que demandam funcionários que dominem línguas estrangeiras. Essa vocação empreendedora do pequeno município, de apenas 60 km² de área, já é antiga, e não é à toa que recebe a alcunha de “pequeno gigante do Vale”. Para se ter ideia da grandiosidade do projeto, são 43 escolas municipais em Campo Bom, entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Destas, oito escolas de Ensino Fundamental participam do curso (aquelas que possuem o 9º ano), segundo a assessoria de comunicação da Prefeitura.

E “estar à frente do seu tempo” vai muito além do curso de inglês: no ano de 2009, Campo Bom foi a cidade pioneira no País a oferecer internet sem fio gratuita para 100% da população, através do W-CampoBom. No ano seguinte, 2010, conquistou o título de terceira melhor cidade do Rio Grande do Sul em desenvolvimento social, referenciando a qualidade de vida, o lazer e a educação no Estado. ■



Na prática

- Lei Municipal 4.122 - Programa Acolher

- Prefeitura de Campo Bom - Rio Grande do Sul

- São beneficiados estudantes do 9º ano de oito de 43 Escolas Municipais do município, que têm a oportunidade de aprender uma “segunda língua”

- O objetivo é preparar os alunos para que, mais tarde, possam ter melhores oportunidades de trabalho. Localizada no Vale do Rio dos Sinos, a cidade abriga empresas que atendem e atuam estrategicamente com diferentes países, que demandam funcionários que dominem línguas estrangeiras.

Mais informações
www.campobom.rs.gov.br



Na prática

- Decreto municipal nº 7.343/2016 instituiu a Prova Santos

- Prefeitura de Santos - São Paulo

- Este projeto pode ser implementado em qualquer prefeitura do País, basta que o gestor responsável demonstre interesse, e crie políticas públicas compatíveis com o tema em seu município. Para tanto, basta seguir medidas como as adotadas em Santos

- Criou teste que deverá ser aplicado entre os alunos do 1º ao 9º ano, contendo vinte questões entre Língua Portuguesa e Matemática

- Por decreto municipal – no caso de Santos, decreto de nº 7.343, que instituiu o teste, bem como sua aplicação semestral para todos os alunos – do 1º ao 9º ano, da rede de ensino

- A prova é aplicada pelos próprios professores das escolas municipais

O objetivo é comparar o avanço dos alunos e observar pontos que precisam de intervenções pedagógicas na formação dos professores, que contribuam para a melhoria da educação e aprendizagem do aluno.

Mais informações:
www.santos.sp.gov.br
Tel. (13)3228-1818

Prova Santos

Por meio de decreto, prefeitura santista regulamenta teste que avalia qualidade do ensino da rede municipal

• Marianna Fanti

Há tempos, a Educação vem sendo tema de duras críticas tecidas pela população brasileira, na maior parte das vezes figurando entre os três temas mais polêmicos debatidos quando o assunto é Política Pública, além de Saúde e Segurança.

O principal balizador no quesito educação municipal é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, em 2007. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep. Para auxiliar na avaliação do sistema de ensino da rede pública municipal, a Secretaria de Educação de Santos, na Baixada Santista-SP, criou em 2015 um teste que recebeu o nome de Prova Santos, para ser aplicada entre os alunos do 1º ao 9º ano, contendo vinte questões entre Língua Portuguesa e Matemática.

Esta avaliação é realizada duas vezes ao ano, em maio e setembro, a fim de comparar o avanço dos alunos, observar pontos que precisam de intervenções pedagógicas na formação dos professores e que contribuam para a melhoria da educação e aprendizagem do aluno. Tanto a elaboração da prova, quanto a avaliação dos resultados são feitos por uma equipe de dez educadores da Secretaria. São os próprios professores das escolas que aplicam a prova.

DECRETO MUNICIPAL

Por este motivo, em janeiro de 2016, o prefeito Paulo Alexandre Barbosa assinou o decreto municipal nº 7.343, que instituiu a Prova Santos, bem como sua aplicação semestral aos 19 mil alunos da rede de ensino. De acordo com o documento, a prova tem por objetivo “aferrir, relativamente aos alunos avaliados, o domínio das competên-



Maria Helena Marques

FOTOS: DIVULGAÇÃO

cias e habilidades básicas previstas para cada ano e consistirá na aplicação de provas de Língua Portuguesa e de Matemática”. O decreto ainda prevê que a regulamentação e aplicação da mesma fique sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. “A educação de excelência passa por uma série de fatores, passando por escolas bem estruturadas e reformadas, professores qualificados, por isso oferecemos mestrado e doutorado aos nossos servidores, incremento do número de alunos em período integral, e avaliação periódica da Rede, agora com a Prova Santos. Este é um importante instrumento para identificar os avanços e promover o aperfeiçoamento do ensino na cidade”, afirma o prefeito.

BENEFÍCIOS

A chefe do Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação, Maria Helena Marques, elenca os benefícios que esta avaliação traz para o município, passando pelo fortalecimento do grupo de professores; apoio da comunidade escolar; sobretudo dos pais, que avaliam o aprendizado dos filhos e a administração das escolas, e ainda um notório avanço dos alunos quanto ao raciocínio e compreensão das propostas elencadas na prova. “Apesar de errar algumas questões, os alunos avançaram no raciocínio lógico, e no entendimento da proposta”, explica Maria Helena.

Segundo ela, essa prova serve como base para instrumentalizar os professores com técnicas e metodologia diferenciadas, para que eles usem em sala de aula e alcancem o previsto no plano de curso proposto para aquele ano. “Esperamos que o resultado contribua também para a melhoria do Ideb do município, que hoje está em 5,6 no Fundamental I, e 4,1 no Fundamental II”, resume a gestora. ■

Ação nota 10

Empresário mineiro cria e doa aplicativo para prefeituras de Minas Gerais e Goiás e aproxima pais da vida escolar de seus filhos



Jardel Sebba

FOTO: DARC PRA

• Marianna Fanti

Com o ritmo de vida frenético que a maior parte das pessoas leva hoje em dia, quantos pais podem dar-se ao luxo de acompanhar a vida acadêmica de seus filhos? Algo que cá, pra nós, não é a tarefa mais fácil do mundo. São muitas atividades entre provas, trabalhos, informativos, lição de casa, atividades extracurriculares, e a lista só aumenta. Pois, para ajudar e incentivar os pais nessa tarefa, o empresário Eduardo Engel Cauhy, proprietário da Fine Tec, empresa de Uberlândia-MG, especializada em desenvolver aplicativos, criou em 2015 o Sala 10.

A 100 quilômetros de Uberlândia e a 250 quilômetros de Goiânia, a prefeitura de Catalão, município referência no estado de Goiás, pela qualidade da Educação, foi a primeira cidade brasileira a implantar o sistema, que permite aos pais o acompanhamento da vida acadêmica dos filhos. Com oito mil alunos na rede municipal - da creche ao 9º ano, o município teve uma das melhores notas no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - IDEB, de 2013 - 6,8 para os alunos do 5º ano, e 5,8 para alunos do 9º ano, superando a meta nacional prevista para 2022, de 6,0.

O aplicativo pode ser baixado em aparelhos Android e IOS, e faz a interface entre os pais e a escola. O Sala 10 passou a ser usado no início deste ano letivo, por 1.168 pais de alunos da rede municipal, graças a um contrato de direitos e deveres firmado entre a marca Sala 10 e a Prefeitura. Para o prefeito Jardel Sebba, Educação sempre foi prioridade. "Sou realizado por podermos melhorar a cada dia essa área e, agora, buscando uma ferramenta moderna para que as famílias participem diretamente de cada conquista nossa na rede municipal de ensino", diz.

COMO FUNCIONA

O funcionamento do software é de fácil manuseio, e as informações são alimentadas por diretores, professores e secretários da própria escola, e pela Secretaria de Educação, exclusivamente para publicar informações referentes à pasta.

Para ter acesso a todas informações da vida acadêmica das crianças - agenda, calendário escolar, datas de provas, conteúdo de trabalhos e aulas, etc -, basta que o pai baixe o aplicativo no celular e faça seu cadastro. "É bom para aqueles pais que têm dificuldade de acompanhar a vida escolar do filho por conta do trabalho", explica Arcilon de Souza Filho, secretário de Educação. "A aceitação dos pais tem sido muito boa", confirma o idealizador do aplicativo, Eduardo Engel Cauhy.

APLICATIVO

O Sala 10 já foi doado para a rede pública e privada de educação de mais de 17 prefeituras dos estado de Minas Gerais e Goiás, entre elas, Monte Alegre -MG, Tupaciguara-MG, Nova Ponte-MG, Ipameri-GO e Rio Verde-GO. "Não pensamos em vender o aplicativo", garante Eduardo, que já faz planos para o segundo momento do software, quando fará interface também com os alunos por meio de exercícios online e vídeo aulas. "O desenvolvimento do Sala 10 é constante e gratuito", ressalta o empresário, que também disponibilizou no aplicativo um chat (canal de conversa) entre os pais e a escola. "É uma espécie de linha direta privativa", explica. "Nosso objetivo é trazer o pai para o dia a dia da escola, pois está comprovado que quando o pai participa, o desempenho do aluno melhora", afirma Eduardo. ■



Na prática

- Implantação do aplicativo Sala 10 para toda a rede municipal de educação da Prefeitura Municipal de Catalão

- Secretaria de Educação de Catalão - Goiás

- Esta ação pode ser implementada em qualquer prefeitura do País, bastando a Prefeitura interessada entrar em contato com o idealizador do Sala 10, por meio do e-mail: eduardo@sala10.com.br, e estabelecer um convenio entre a administração e o aplicativo, por meio de um contrato gratuito de direitos e deveres

- O objetivo é aproximar os pais da vida escolar de seus filhos.

Mais informações:
www.catalao.go.gov.br
Tel. (64)3442-7873





Preservação ambiental apostilada

Plano Municipal para preservar as áreas naturais de João Pessoa é utilizado como material de apoio científico na rede de educação

• Veneza Macauba

Muitos são os atributos naturais de João Pessoa, capital da Paraíba, no Nordeste do Brasil. A privilegiada região é composta por grandes remanescentes vegetais, conectados pelos cursos e corpos d'água, entre manguezais espalhados pela vasta reserva da mata Atlântica, que funcionam como verdadeiros pulmões para o mundo. A cidade paraibana esbanja 24 quilômetros de área litorânea, com diversas peculiaridades e cobertura de vegetação de restingas. A rica natureza sofreu importantes degradações ao longo dos anos, decorrentes do acelerado crescimento e desenvolvimento urbano, colocando em risco a floresta tropical atlântica, no município.

Com a finalidade de minimizar a deterioração do ecossistema, a Prefeitura Municipal uniu forças com seus gestores, pela necessidade de estabelecer critérios e normas de conservação das propriedades naturais, associados ao desenvolvimento urbano. Nasceu então, o primeiro Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, instrumento norteador das diretrizes para a política ambiental de longo prazo para João Pessoa.

O plano, elaborado em conjunto pela Secretária Municipal do Meio Ambiente – SEMAM e Secretaria de Planejamento – SEPLAN, visa à preservação do ecossistema, minimizando a degradação ambiental. Determina ainda a implantação do conceito Cidade Legal, que envolve a conservação de parques municipais, espaços de lazer, áreas verdes, bem como os espaços inseridos na malha urbana. Integrando projetos e ações em concordância com as leis e códigos vigentes, o plano tem apoio da Fundação SOS Mata Atlântica, que é responsável pelo planejamento estratégico. O plano é respaldado na lei e decreto nacional - 11.428/2006 - a lei da Mata Atlântica, estabelecido como marco regulatório das ações ambientais no Brasil. Por municipalizar a preservação do bioma, a cidade tornou-se referência nacional.

Dos 3.420 municípios inseridos no bioma, João Pessoa foi a primeira cidade a ter o plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica aprovado pelo Conselho do Meio Ambiente, que aconteceu em outubro de 2010.

A LEI MUNICIPAL

Após a consolidação do plano pioneiro no Brasil, a Prefeitura aprovou a lei 12.101/11- Sistema Municipal de Áreas Protegidas de João Pessoa - SMAP, que define critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação da Natureza e dos Parques Municipais. A partir de um mapeamento macroespacial, gestores norteiam-se no desenvolvimento urbano sem comprometer as áreas estabelecidas como protegidas. Conforme previsto na lei, artigo 2º-Parágrafo IV - Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização ▶



Na prática

- Lei Municipal 12.0101/2001: Parágrafo Único
- Prefeitura de João Pessoa - Paraíba, por meio da Secretária do Meio Ambiente
- Desenvolveu o Plano Municipal de preservação das áreas protegidas, ferramenta para nortear gestores no desenvolvimento urbano, além de preservar a Mata Atlântica e áreas naturais
- Decorrente das degradações devido ao desenvolvimento urbano foi implantado o plano Municipal de Preservação das Áreas Protegidas
- O Sistema Municipal de Meio Ambiente - Sismuma, por sua vez, instituiu a política ambiental do Município, abrangendo o poder público e as comunidades locais, em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 029/02 - Código Municipal de Meio Ambiente
- São integrantes do Sismuma: Conselho Municipal de Meio Ambiente; Comam, órgão consultivo e deliberativo de composição paritária; Semam e as secretarias e autarquias afins do Governo Municipal, definidas em atos do Poder Executivo.

Mais informações

Secretária Municipal do Meio Ambiente: Centro Administrativo Municipal - Telefone: (83) 3218-9200 / Fax: (83) 3218-9200

Saiba mais:

Decreto nacional - 11.428/2006 - Lei da Mata Atlântica

sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer os serviços ambientais, as necessidades e aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência da biodiversidade. A lei prevê punições para pessoas físicas ou jurídicas que causem danos diretos e indiretos à flora, fauna e demais atributos naturais em áreas protegidas, ou que coloquem em risco qualquer espécie ameaçada em extinção.

O plano passou por uma pesquisa bibliográfica e cartográfica, quando foram avaliadas 86 áreas, totalizando 3.439,59 hectares de remanescentes vegetais. De acordo com a SEMAM, 114 foram identificadas como degradadas; após reconhecimento dos problemas e potencialidades de cada área foram priorizadas dez áreas verdes, que hoje fazem parte do projeto político local. São elas: 1) Mata do Buraquinho, 2) Áreas verdes de Mangabeira e Jacarapé, 3) Sítio da Graça, 4) Desembocadura do Cuiá, 5) Horto Florestal e Rio Cabelo, 6) Sítio Betel e Timbó, 7) Baixo curso do Rio Gramame, 8) Médio curso do Rio Gramame, 9) Margem do Rio Mumbaba e 10) confluência dos rios Cuiá e Laranjeiras, totalizando 2.120,61 hectares. Como norteador das diretrizes é realizado relatório técnico-científico, apresentado a cada dois anos. Com objetivo de visualizar as mudanças ambientais que estão em constante atualização, as áreas são monitoradas; assim como áreas verdes podem ser extintas, áreas degradadas podem ser recuperadas.

Sobre o conceito de Cidade Legal, a ideia é oferecer aos munícipes e visitantes uma cidade sustentável e boa qualidade de vida. Desta forma, a administração pública entendeu a necessidade de arborizar mais a região, além do cuidado com transporte, saneamento básico, educação e saúde.

Como pano de fundo, a educação ambiental foi inserida na sociedade, criando assim uma cidadania mais ativa, colaboradora e participativa nas ações de preservação e responsabilidade ambiental. A arborização e recuperação de áreas degradadas tem sido uma preocupação da Prefeitura que, em 2010, iniciou a plantação de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica. O programa Cidade Jardim tem tornado a região costeira da Paraíba mais verde após a distribuição de mudas de Imbiribeira, Ipês, Oitizeiros, Sibipiruna, Pau-brasil, Pau-for-

miga, Guapuruvu, Ipê-de-jardim, Urucum, jacarandá-mimoso e Algodão-da-praia. O Viveiro Municipal de Plantas Nativas, em 2011, contabilizou mais de 23 mil mudas plantadas.

No ano de 2015 foram distribuídas pela cidade 14.760 mudas de árvores. O plantio e paisagismo de canteiros nos mais diversos bairros de João Pessoa recebem cuidados diários por equipes de jardineiros. As plantas e árvores das praças do Centro Histórico são identificadas por um código alfanumérico e avaliadas quanto à condição fitossanitária (presença de doenças, fungos ou cupins, estabilidade do espécime,) mantendo assim a conservação desses espaços.

A secretária municipal do Meio Ambiente, Daniella de Almeida Bandeira, afirma que após a aprovação da Lei municipal a gestão é feita com mais qualidade. "As áreas protegidas garantem a manutenção dos serviços ambientais, ou seja, a existência das florestas, nascentes, rios e mangues possibilitam áreas de drenagem, qualidade do ar, manutenção de recursos hídricos para o abastecimento das cidades e áreas de lazer". Para a secretária, a gestão ambiental de João Pessoa pode ser aplicada em outros municípios, onde a preservação do meio ambiente se faz necessária para a sobrevivência do ecossistema. "A implantação do Sistema de Preservação e Recuperação de Áreas Protegidas só foi possível devido ao desdobramento político e parcerias. Para a elaboração do Plano, os gestores podem buscar parceiros - no caso de João Pessoa, foi a Fundação SOS Mata Atlântica - e concretizarem a ação, utilizando seus recursos de pessoal, mobilizando os técnicos envolvidos com a área ambiental". Ressaltando também a importância do planejamento das etapas, ela explica que foram feitas pesquisas, sobrevoo planejado do município, identificação das áreas de maior pressão urbana sobre os remanescentes de Mata Atlântica, correlação entre as bases cartográficas e ainda análise da relação entre a expansão urbana e a preservação ambiental do município, para propor as diretrizes.

A experiência exitosa do Plano foi lançada em forma de livro - impresso e online -, em 2012, recursos utilizados por pesquisadores, estudantes e professores, que queriam conhecer mais sobre a Mata Atlântica Municipal. Servem ainda de instrumento para gestores de outras cidades que pretendem avançar com práticas de sustentabilidade ambiental. ■

Orientação online

Guia ensina pequenos municípios a elaborar plano de resíduos

• Viviane Raymundi

O Ministério do Meio Ambiente - MMA disponibiliza um manual para orientar técnicos de pequenos municípios na elaboração de planos de gestão de resíduos sólidos. A publicação, que está na sua terceira edição, traz as mesmas sugestões metodológicas que norteiam desde 2013 o curso de Educação a Distância, promovido pelo Ministério, sobre o assunto.

O plano de gestão de resíduos sólidos é um dos principais instrumentos definidos pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, a Lei Federal 12.305, de 2 agosto de 2010. Instrumento de planejamento, ele é fundamental para nortear a política de resíduos de uma cidade, estado, microrregião ou região metropolitana, norteados os gestores públicos na tomada de decisões.

O conteúdo mínimo do plano de gestão de resíduos está definido no artigo 19 da Lei 12.305/2010. Com tal planejamento, é possível induzir a redução do consumo de recursos naturais e criar alternativas para a abertura de novos mercados, para geração de trabalho e renda e para a inclusão social. Por consequência, o plano pode levar à diminuição dos impactos ambientais por meio da destinação adequada dos resíduos.

O plano também não deve tratar apenas dos resíduos sólidos urbanos (domiciliares e limpeza urbana), mas, sim, de uma ampla variedade de resíduos, como os de limpeza urbana; de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; de serviços públicos de saneamento; industriais; de serviços de saúde; da construção civil; agrossilvopastoris; de serviços de transportes e de mineração.

Além disso, para os municípios, desde 2 de agosto de 2012, sua apresentação é condição indispensável para o acesso a recursos da União destinados a investimentos nas áreas de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Mas, segundo levantamento realizado pelo Departamento de Ambiente Urbano, em 2015, dos 3.842 municípios com menos de 20 mil habitantes, apenas 1.606 elaboraram seus planos

de gestão de resíduos (41,8%).

De acordo com PNRS, os municípios com menos de 20 mil habitantes (segundo censo mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE) podem apresentar seu plano municipal com um conteúdo simplificado. Tal condição, porém, não se aplica a cidades pequenas que integrem áreas de especial interesse turístico; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

Com o título Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PSGIRS, a publicação atualiza e expõe os entendimentos da equipe técnica do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente sobre a implementação da PNRS, incluindo exemplos e iniciativas inovadoras na gestão de resíduos, no País. "Sabemos que uma das principais dificuldades dos pequenos municípios é a disponibilidade de recursos. Esperamos que o manual possa guiá-los na elaboração de seus próprios planos de resíduos, juntamente com o aprendizado via Educação a Distância, evitando, assim, custos com contratação de um serviço que pode ser realizado dentro do próprio órgão", destaca Eduardo Rocha, gerente de Resíduos Sólidos do MMA.

Contendo 89 páginas, o manual é dividido em quatro capítulos, que agrupam o conteúdo mínimo exigido, como diagnóstico e prognóstico, programas indicadores e metas. Tem, também, orientações sobre cálculo para taxa de resíduos sólidos, custos, fontes para obtenção de recursos, responsabilidades e especificações e técnicas. Segundo Eduardo, as orientações também podem ser utilizadas por municípios maiores.

De acordo com o MMA, ainda este ano o Departamento de Ambiente Urbano pretende oferecer a quarta edição do curso de Educação a Distância, que deu origem ao manual.

Para saber mais sobre o curso, acompanhe o site do Ministério do Meio Ambiente. ■



Na prática

• O manual pode ser baixado diretamente do site mma.gov.br

- Após entrar no site, clique no botão "Cidades Sustentáveis", siga para "Resíduos Sólidos" e vá para o link "Instrumentos da Política de Resíduos Sólidos"

- Também estão disponíveis os links "Planilha de Cálculo para Estimativa Populacional" e "Planilha de Cálculo para Taxa de Resíduos Sólidos".





Jardim da casa dos Batista e Silva

Imóveis que preservam o verde

Em Recife, áreas particulares enquadradas como IPAVs têm de manter no lote 70% do verde para amenizar o clima local e servir de refúgio para aves; município já possui 98 endereços nesta categoria

• Mariangela Devienne

Para preservar as áreas verdes do Recife localizadas em lotes particulares – ou seja, fora de vias e espaços públicos – a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura da capital pernambucana mantém os chamados Imóveis de Proteção de Área Verde - IPAV, que fazem parte do Sistema Municipal de Unidades Protegidas.

A secretária de Meio Ambiente do município, Cida Pedrosa, explica que o IPAV foi criado “para preservar significativos bolsões de vegetação em imóveis, em sua maioria privados e dispersos no território da cidade, tendo como

ponto de partida as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc”. A partir do momento que o imóvel é enquadrado como IPAV, não pode mais sofrer redução na área verde existente. “No processo de urbanização do Recife, os maciços verdes ficaram nos lotes e não nas vias e espaços públicos. Por isso, era tão importante ter um instrumento que assegurasse a integridade desses quintais”, conta Cida. Atualmente, Recife possui 98 imóveis nesta categoria. Entre as funções cumpridas por estes imó-

veis estão a amenização climática local e a formação de refúgio para as espécies de aves. Segundo Cida, por não representar áreas extensas, não seria razoável enquadrá-los em uma categoria mais restritiva, como Unidades de Conservação.

Os IPAVs precisam conservar 70% da vegetação existente no ato das leis que os criaram (veja quais são no box). Nos outros 30%, o proprietário poderá construir benfeitorias: casa, área de lazer, imóvel comercial etc., sendo que as construções terão que obedecer aos parâmetros urbanísticos da área ou zona na qual está inserida. Apesar de estarem em sua maioria dentro de terrenos particulares, os proprietários não recebem pagamento pela proteção ambiental, isto porque em 1996, quando foi concebido, ainda não existia o conceito de pagamento por serviços ambientais.

De acordo com a secretária Cida Pedrosa, justamente para atualizar a política ambiental do Recife, foi dado início no começo de março deste ano a um amplo processo de consulta pública para revisar e elaborar um novo Código de Meio Ambiente e Equilíbrio Ecológico no município. A consulta pública envolverá debates com representantes da sociedade civil, ONGs, instituições de ensino, moradores, conselheiros e gestores públicos municipais, estaduais e federais. “A nossa expectativa é que, entre as propostas apresentadas, esteja a inclusão de pagamentos por serviços ambientais”, antecipa a gestora.

Como a manutenção dos imóveis fica a cargo dos proprietários, a fiscalização que garante a integridade das áreas verdes se dá de diferentes maneiras: por meio da atualização cadastral feita

periodicamente por uma equipe técnica da Prefeitura, após vistoria dos imóveis; por fiscais da Secretaria mediante denúncia e no próprio processo de licenciamento de construções, quando são verificados os parâmetros. “Qualquer pessoa pode solicitar a criação de um IPAV, desde que apresente um memorial técnico justificativo à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade”, explica a secretária. O documento passará pela análise de técnicos do órgão e pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Também é possível criar novos IPAVs, por meio de iniciativa do poder legislativo e da Prefeitura. Mediante estudos técnicos, um IPAV poderá mudar de categoria. Neste caso, deverá ser feito um projeto de lei para aprovação na Câmara de Vereadores.

O modelo dos IPAVs já gerou visitas ao Recife de outras cidades do Nordeste e foi apresentado em diferentes eventos Brasil a fora. Para a secretária de Meio Ambiente, os IPAVs deveriam inspirar outros gestores a “realizar uma criteriosa pesquisa para identificar esses pequenos tesouros verdes nas cidades e assegurem a sua preservação”. Cida Pedrosa destaca que, frente à realidade imposta pelas mudanças climáticas, alternativas como a de Recife se tornam ainda mais urgentes. “Devemos preservar os nossos “quintais verdes” não só pelos serviços ambientais e a melhoria da qualidade de vida que proporcionam, mas também porque estas áreas contribuem fortemente para a captura de carbono e aumentam a resiliência da cidade, proporcionando redução de alagamentos e melhorias da temperatura”, resume. ■



Na prática

- Artigo 101 Lei Municipal 16.176/1996 - Imóveis de Proteção de Área Verde - IPAV

- Prefeitura de Recife - Pernambuco

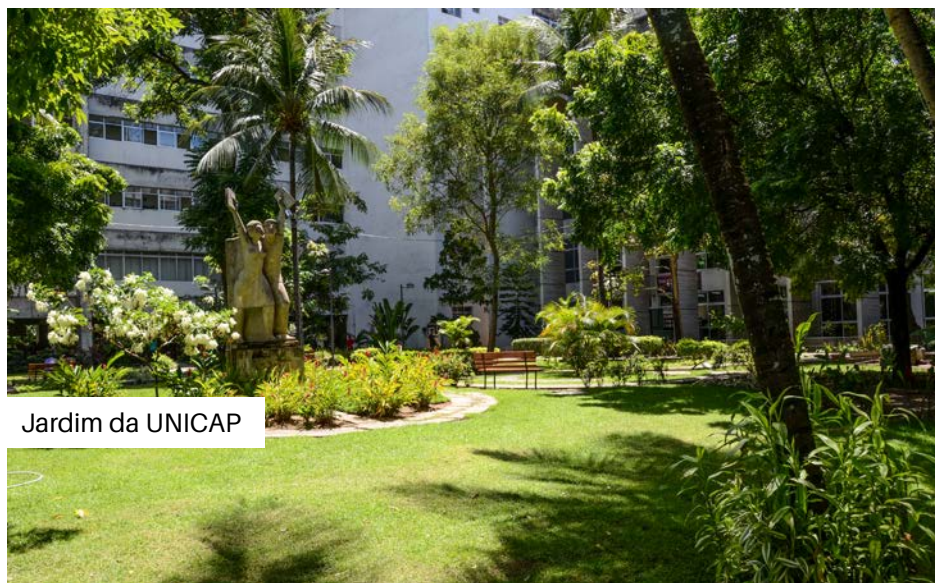
- Criação: 1996. Atualmente, uma consulta pública vai elaborar novo Código de Meio Ambiente e Equilíbrio Ecológico, que deve modernizar o IPAV.

Mais informações:

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife:
<https://meioambienterecife.wordpress.com>
Tel. (81) 3355.5817

Saiba mais:

Legislação pertinente: Três leis dão sustentação jurídica aos IPAVs. A primeira é a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife (Lei Municipal nº 16.176/1996), responsável por criar esse instrumento de proteção. Depois, o Plano Diretor da Cidade convalidou e inseriu os IPAVs como Unidades de Equilíbrio Ambiental (Lei Municipal nº 17.511/2008), regulamentada em lei específica do Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP) em 2014



Jardim da UNICAP

A esperança de um rio

Projeto ambiental da Secretaria Estadual de São Paulo revive as margens do rio

• Ivi Piotto

Imagine viver numa cidade em que morar perto do rio seja motivo de orgulho e sinônimo de qualidade de vida. É esse o sentimento que o projeto Pomar Urbano inspira no paulistano e em sua relação com o famoso rio Pinheiros, localizado na capital do estado.

Por meio do Pomar Urbano, antes chamado Projeto Pomar, empresas adotam trechos das margens do rio e, com a supervisão da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo -SMA, ficam responsáveis pela revitalização do espaço.

Desde sua criação já foram recuperados 26 km de ambos os lados do rio, com a plantação de cerca de 500 mil mudas de 250 espécies diferentes, inclusive a Palmeira Jerivá, símbolo do projeto e planta nativa da região. Ainda, árvores frutíferas, como pitangueiras e amoreiras, atraem pássaros e outros animais. Aos poucos, é possível ver a natureza voltando à vida, no entorno do rio. Maritacas, capivaras, preás e 35 espécies de pássaros já foram identificadas na região. “São Paulo é uma selva de pedras, então passar por um lugar como o Pomar, cheio de vegetação, faz uma diferença no nosso dia a dia. É tudo uma questão de qualidade de vida”, declara o diretor do parque, Alex Maia.

A sede do projeto também abriga um viveiro que produz mudas a partir das próprias plantas, uma usina de tratamento de água, cujos recursos hídricos são usados para a sua irrigação e um centro de educação ambiental, que recebe visitantes, diariamente. “Nós recebemos muitas escolas, mas a visitação está aberta ao público em geral, que quiser acompanhar e entender nosso trabalho”, explica Alex.

Localizado na Zona Sul da cidade de São Paulo, as visitas podem ser agendadas através do telefone (11) 5852-4010.

O PROJETO

O Pomar Urbano nasceu em 1999, criado pelo então governador do Estado, Mário Covas, com o objetivo de “devolver a vida às margens do rio”, aliando a isso a promoção de educação ambiental e a ampliação de áreas urbanas voltadas às práticas de lazer. O programa consiste na parceria entre poder público - que coordena e administra as ações a serem implantadas - e iniciativa privada - que garante os recursos por meio de doações e parcerias estabelecidas em troca de divulgação. Ele aposta na recuperação da margem do rio, de sua fauna e flora, para reestabelecer o sentimento de orgulho e respeito entre sociedade e natureza. A proposta de não contar com recursos públicos para sua manutenção, além de viabilizar o projeto, visa a garantir sua continuidade e depender o menos possível de verbas públicas e decisões políticas.

O projeto já teve 24 parceiros e nunca foi interrompido. Em sua maioria, são empresas que têm sua base na Marginal Pinheiros. “Atualmente estamos reatando as parcerias com os antigos atores primeiramente, que são Pinheiro Neto, Hese Empreendimentos, Estadão, Telefônica, entre outros. E também prospectando novos parceiros”, revela a SMA.

Além do benefício da divulgação, as empresas e seus funcionários contam com a vantagem de acompanhar a recuperação diante de seus olhos, testemunhando a revitalização que colore cada vez mais a área urbana antes deteriorada.

Durante seus primeiros anos, o projeto também funcionou como uma escola e uma frente de trabalho. Cerca de 1,5 mil pessoas foram capacitadas no ofício de jardinagem enquanto trabalhavam e recebiam bolsa do Estado, sendo que algumas delas continuam

trabalhando no Pomar, contratadas por empresas parceiras.

O PINHEIROS

Como consequência de muitos anos de iniciativas visando ao progresso e à manutenção do crescimento da capital financeira do País, o rio Pinheiros passou de palco de lazer e diversão, no começo do século XX, a ícone da poluição da cidade nos dias de hoje. Depois de muitas transformações, as margens do rio foram devastadas e ele, classificado como morto, foi aos poucos ficando de lado até ser abandonado completamente pela população e poder público.

Felizmente, esse velho amigo desamparado está sendo trazido de volta ao convívio social graças ao Pomar Urbano, concebido em parceria com institutos e coordenadorias ambientais.

É fato que quando a população abraça uma causa, ela se torna defensora dela. Ao abraçar de volta o rio Pinheiros, a esperança é que tanto suas margens, como suas águas, sejam tratadas com mais consideração e apreço por todos, colaborando para sua total recuperação no futuro.

COPIE ESSA IDEIA

Segundo a Secretaria do Meio Ambiente “como o objetivo do programa é transformar as margens dos rios em espaços de lazer para os cidadãos e promover a educação ambiental, a ideia é, sim, expandir para outras cidades que tenham interesse no projeto”.

Em 8 de julho de 2015 o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria do Meio Ambiente, renovou o convênio com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, responsável legal pelas áreas dos parques, visando à sua manutenção e expansão. ■

26km

de ambos os
lados do rio
já foram
recuperados



FOTO: EVANDROMONTEIRO



Na prática

- No momento, a iniciativa só existe na cidade de São Paulo - São Paulo

- Desde 2014, por meio da resolução 74, de 10/09/2014, o programa tem ampliado seus horizontes e poderá ser replicado em qualquer região do Estado de São Paulo.

- A ideia pode ser reproduzida. Basta o gestor público enviar um ofício de solicitação à Secretaria Estadual do Meio Ambiente

- Será dado todo o apoio técnico para o município durante a implantação

- Os interessados devem fazer o projeto, que será analisado pela SMA.

Mais informações:

www.ambiente.sp.gov.br
Tel. (11)3133-3000



FOTO: QUINZINHO

Cidade 'pequena' dá 'grande' passo pela redução da mortalidade infantil

Programas de Saúde Pública focam orientação da mãe e identificação precoce da gravidez

• Robson Gisoldi

A Organização Mundial da Saúde - OMS decretou no início de fevereiro passado, Estado de Emergência Sanitária Mundial por conta da ameaça do chamado zika vírus, transmitido por insetos, como o mosquito *aedes aegypti*.

A declaração, dada apenas em casos de ameaças globais, representa o maior nível de alerta da Organização. A determinação surge, principalmente, em função da provável ligação entre o vírus e a microcefalia, que tem aumentado expressivamente no Brasil.

No meio dessa preocupação mundial, bons exemplos de cidades brasileiras que conseguiram resultados positivos na redução da mortalidade infantil passam a significar uma 'luz no fim do túnel', em meio a

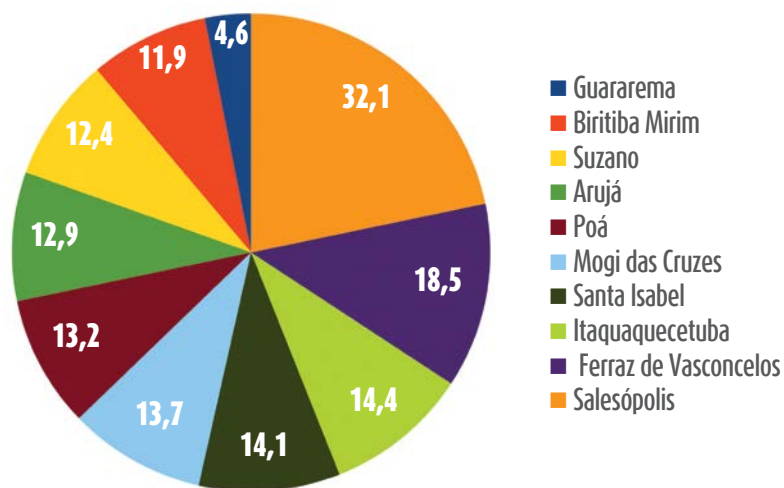
tantas notícias tristes.

As Políticas Públicas de Saúde desenvolvidas em Guararema-SP levaram o município a alcançar o menor índice de mortalidade infantil (até um ano de idade), em toda região da Grande São Paulo, que abrange 39 municípios, e, conseqüentemente, na região do Alto Tietê. O indicador da saúde pública apresenta dados relativos ao ano de 2014, divulgados pela Fundação Seade, em janeiro de 2016. Com o índice de 4,6 (por mil nascidos), Guararema ocupa a vigésima posição no Estado de São Paulo, ficando bem abaixo da média estadual, registrada em 11,4 mortes para cada mil nascimentos.

De acordo com a assessoria de imprensa da prefeitura da cidade, a Secretaria Municipal de Saúde de

Guararema, por meio do Setor Materno-infantil, trabalhou em diversas alternativas com o objetivo de promover a saúde integral das gestantes e dos bebês. O setor foi criado em 2011 e desde então apresenta uma melhoria contínua nos serviços prestados por meio de programas como o "Nascer com Saúde", "Saúde da Criança" e "Planejamento Familiar". "Esses programas incluem ações como consultas médicas periódicas, visitas domiciliares, acompanhamento na referência externa, assistência com equipe multidisciplinar e participação de reuniões educativas com grupo de mães", destaca o prefeito da cidade, Adriano Leite. Neste ano, o índice de mortalidade infantil registrado no município é o menor dos últimos cinco anos.

RANKING MORTALIDADE INFANTIL ALTO TIETÊ 2014



FONTE: FUNDAÇÃO SEADE

PROCEDIMENTOS

O trabalho da Secretaria Municipal de Saúde inicia-se com o incentivo da identificação precoce da gravidez, a qual disponibiliza testes rápidos em todas as unidades de saúde do município. Se constatada a gravidez, a gestante tem imediatamente agendados os exames de laboratório, ultrassonografia, além da primeira consulta obstétrica. Mantém um protocolo para garantir a assistência integral a todas e, na ocorrência de pré-natal de alto risco, faz o encaminhamento para serviços com estrutura de maior complexidade. Todo esse processo é acompanhado de perto pelo Setor Materno-infantil, sendo realizadas visitas domiciliares quando verificada a necessidade. “Acreditamos que podemos ser referência para municípios pelo trabalho que é desenvolvido continuamente. Foi feito um estudo para identificar as políticas públicas necessárias para a saúde das mães e dos bebês. A partir daí, desenvolvemos os programas de acompanhamento. A sensibilidade e a criatividade de toda equipe envolvida foram essenciais para elaboração dos programas que possibilitaram o resultado satisfatório neste ano”, complementa Adriano Leite.

GRAVIDEZ DE RISCO

Eleni Jesus Dias, de 28 anos, sabe bem como funcionam os programas. À espera do segundo filho, Eleni, que tem gestação de risco por conta de hipertensão, faz o pré-natal contando novamente com o apoio e acompanhamento de perto do Setor Materno-infantil, incluindo consultas

médicas periódicas, visitas domiciliares, acompanhamento na referência externa, assistência com equipe multidisciplinar e participação de reuniões educativas com grupo de mães. “É a minha segunda gravidez e novamente eu tenho o apoio e carinho de todos os profissionais que me acompanham e me orientam como se fossem parte da minha família”.

Além de Eleni, atualmente outras 270 gestantes têm acompanhamento de pré-natal do programa Nascer com Saúde; no caso de bebês recém-nascidos, atualmente são 340 atendidos pelo programa Saúde da Criança.

O prefeito conclui, destacando e avaliando que a queda no índice a cada ano é um resultado satisfatório e destaca, além dos atendimentos realizados pelo Setor Materno-infantil, a evolução do quadro de profissionais da área, que estão descentralizados nas unidades de saúde do município. “A Saúde é prioridade em nosso município, haja vista que são investidos em média 30% do orçamento anual na área. O acompanhamento do pré-natal é incessante e contínuo em Guararema; com a evolução no número de profissionais da Saúde conseguimos alcançar este importante índice, que é um dos principais parâmetros para medir a qualidade de Saúde dos municípios”, encerra.

A Prefeitura, inclusive, se coloca à disposição de outros municípios do País que queiram conhecer os projetos na área de saúde na cidade. Para entrar em contato, basta acessar o portal da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Guararema. www.guararema.sp.gov.br. ■



Na prática

- Projeto de acompanhamento pré-natal

- Prefeitura de Guararema - São Paulo

- Realizou estudo para identificar as políticas públicas necessárias para a saúde das mães e dos bebês

- Com base nos dados desenvolveu programas de acompanhamento, com foco na sensibilidade e criatividade de toda equipe envolvida

- Implementou os programas por meio da Secretaria de Saúde, incentivando a identificação precoce da gravidez, a qual disponibiliza testes rápidos em todas as unidades de saúde do município. Se constatada a gravidez, a gestante tem imediatamente agendados os exames de laboratório, ultrassonografia, além da primeira consulta obstétrica

- Mantém protocolo para garantir a assistência integral a todas e, na ocorrência de pré-natal de alto risco, faz o encaminhamento para serviços com estrutura de maior complexidade

- Todo esse processo é monitorado pela Secretaria, sendo realizadas visitas domiciliares quando verificada a necessidade.

Mais informações:

Prefeitura Municipal de Guararema.
Telefone: (11) 4693-8000

Saiba mais:

A Lei Federal 8.142/1990 determina no Art. 4º: “Para receberem os recursos de que trata o art. 3º desta Lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com: I - Fundo de saúde; II - Conselho de Saúde, com composição paritária...”
<http://www.fns.saude.gov.br>

Resende respira cultura

Criada há mais de 20 anos, lei municipal de incentivo à cultura revigora produção cultural do município

• Marianna Fanti

Na vanguarda dos municípios do interior do estado do Rio de Janeiro quanto à criação de políticas públicas de incentivo à cultura, em 1950 Resende fundou o Museu de Arte Moderna; em 1989 criou a Fundação Casa da Cultura Macedo Miranda – leva este nome em homenagem ao escritor resendense; em 1993 criou a lei municipal de incentivo à cultura nº 1.805 e, até o final deste ano, envia os projetos do Sistema Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura, para aprovação da Câmara Municipal.

Criada com o intuito de incentivar a produção cultural do município, a lei municipal prevê incentivos fiscais para projetos culturais ou de memória da cidade. Trata-se de uma lei de renúncia fiscal, ou seja, a Administração abre mão de receber esses impostos, para que sejam revertidos para o município. Hoje, os patrocinadores - em sua maioria empresas - podem destinar 50% da arrecadação dos impostos municipais (ISS e IPTU) para projetos culturais. Em contrapartida, as empresas terão uma dedução de 100% desse valor no imposto de renda.

CAMINHO A SEGUIR

O processo para que o produtor cultural seja beneficiado pelo recurso previsto pela lei começa com a apresentação do projeto ao Conselho Municipal de Cultura - formado paritariamente por membros do governo, nomeados pelo prefeito e outros sete produtores culturais do município, eleitos pela sociedade civil e atuantes em sete áreas: música, artes plásticas, audiovisual, literatura, teatro, dança e cultura popular. Este Conselho tem a função de analisar a documentação dos projetos apresentados e, se a mesma estiver em dia, distribui-los para três conselheiros, que farão análise prévia do projeto, que será encaminhado posteriormente para o colegiado - composto pelos conselheiros tutelares, que o aprovam ou não. Uma vez aprovado, o produtor cultural recebe um certificado de captação de recurso. Com este certificado em mãos, ele (produtor cultural) pode começar a captação com empresas que tenham interesse em patrocinar o projeto. A empresa que aceitar deverá recolher uma guia no Departamento de Arrecadação de Tributos Municipais, na Secretaria da Fazenda, e,

em seguida, fazer o depósito na conta do projeto. Depois de executado o projeto, o produtor tem um prazo de dez dias para prestar contas para a Controladoria Geral do Município, sobre a forma como esse valor foi investido. Importante destacar que os produtores também podem buscar incentivos diretos, ou em outras leis de incentivo à cultura.

PROBLEMÁTICA E SOLUÇÃO

É fato que esta lei precisa de apoio do empresário para acontecer; porém, a maior parte do empresariado não tem visão de política pública, ou seja, seleciona os projetos que darão mais visibilidade à sua empresa. Com o passar dos anos, essa dinâmica de mercado tende a privilegiar alguns projetos em detrimento de outros, ou seja, projetos menores, porém de igual qualidade, acabam não saindo do papel.

Segundo o prefeito José Rechuan, a solução que Resende encontrou para essa problemática foi aprimorar a lei de incentivo à cultura, visando a diminuir o impacto dessa dinâmica de mercado. Para isso foi criada uma regulamentação em junho de 2013 que, entre outros pontos, definiu três novas diretrizes para os projetos culturais: 10% do valor do projeto será/passou a ser destinado à produção local, ou seja, um festival que consiga o incentivo deve destinar 10% do valor investido em seu projeto para o produtor local, contratando artistas locais, técnicos de som da cidade, e assim por diante; anualmente, a Secretaria da Fazenda informa o montante que será destinado para esta lei. O município instituiu o teto de 10% desse valor para cada projeto, e isso contribuiu para a democratização da distribui-

• **Apenas em 2014, a
Secretaria da Fazenda
investiu R\$ um milhão
e meio em projetos
culturais no município**



Casa de Cultura

FOTOS: MARCIO FABIAN



José Rechuan



Angelo Tramezzino

FOTO: JORGE TRINDADE

ção do recurso; dessa forma, mais produtores culturais saem beneficiados. “Antes dessa regulamentação aprovávamos cerca de 10 projetos por ano. A partir de 2013 passamos a aprovar 15 projetos por ano. Acontecia de termos muitos projetos de pequena expressividade, ou poucos projetos muito grandes. Com essa resolução conseguimos equilibrar essa questão”, explica Angelo Tramezzino, secretário de Cultura. “A FLIR – Feira Literária de Resende foi um dos projetos de maior impacto no município, financiado por intermédio dessa lei. Trouxemos nomes de expressão da literatura nacional, além de muitos artistas locais”, conta o secretário.

DADOS

Apenas em 2014, a Secretaria da Fazenda investiu R\$ um milhão e meio em projetos culturais no município. No ano passado foi investido um milhão. Enquanto em 2014, 60% dos projetos aprovados conseguiram captar recursos, em 2015 90% conseguiram verba para sua realização. “Nos últimos anos temos assistido a uma queda no número de empresas patrocinadoras, somado a um aumento do número de projetos que conseguiram captar recursos. Atribuímos isso ao panorama econômico fragilizado do País, mas percebemos que os produtores culturais estão aproveitando melhor as oportunidades. Trata-se de uma ferramenta simples e ágil, mas deve ser usada com muita transparência, respeito e controle, pois se trata de recurso público”, resume o gestor. ■



Na prática

- Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Resende nº 1.805/1993

- Prefeitura Municipal de Resende-Rio de Janeiro

- Essa lei pode ser implementada em qualquer município que tenha interesse em adotar uma política pública similar, bastando para tanto que o mesmo

- demonstre interesse e faça uma pesquisa prévia sobre as leis de incentivos culturais existentes no País;

- sancione uma lei municipal de incentivo fiscal - similar à lei nº 1.805/1993 de Resende.

Com o objetivo de incentivar a produção cultural do município, a lei municipal prevê incentivos fiscais para projetos culturais ou de memória da cidade. Trata-se de uma lei de renúncia fiscal, ou seja, a Administração abre mão de receber esses impostos, para que sejam revertidos para o município.

Mais informações:

<http://www.resende.rj.gov.br/home/>
Tel. (24) 3354.6000

O esporte como ferramenta de inclusão social

Parceria entre prefeituras e SESI preenche o tempo livre de crianças e adolescentes com prática esportiva; nas aulas também são trabalhados valores como ética, coletividade, superação, respeito, autoestima e saúde

• Felipe Menezes

Existem aquelas que preferem brincar com a bola nos pés, outras gostam mais de jogar com as mãos. Há também algumas que se encantam mais com corrida, saltos, piruetas ou natação. Mas uma coisa é certa: toda criança gosta de se movimentar e gastar energia, seja como diversão ou com o sonho de um futuro melhor, por meio do esporte.

Para atender o anseio esportivo de suas crianças e adolescentes, a prefeitura da cidade de Gurupi, no Tocantins e o Serviço Social da Indústria - SESI estão colocando em prática o Programa Atleta do Futuro, ação que emprega o esporte na promoção da educação e da inclusão social. Com 100 mil habitantes, a cidade tocantinense atenderá, inicialmente, 130 crianças e adolescentes entre seis e 19 anos, divididas em quatro modalidades: futebol, voleibol, futsal e handebol.

Segundo o secretário de Juventude e Esporte de Gurupi, Sérgio Soró, “o objetivo maior é ocupar o tempo ocioso das crianças e jovens no período em que não estão em salas de aula”. Para ele, antes de pensar em conquistas e medalhas, é preciso focar na formação social dos beneficiados pelo projeto. “Se não descobriremos nem formarmos talentos para o esporte, com certeza não formaremos cidadãos melhores”, afirma.

As atividades serão realizadas no Centro Olímpico Municipal Edilberto Moreira Aguiar, com previsão de início ainda no primeiro semestre de 2016. Além do espaço, a Prefeitura oferece todo o material para a prática esportiva, como bolas e redes. Já o SESI disponibiliza os professores e a metodologia.

NO INTERIOR DE SÃO PAULO

O convênio entre a Prefeitura de Jaú e o SESI já existe desde 2013. O projeto foi iniciado com cerca de 400 vagas. Hoje, o Programa Atleta do Futuro beneficia 1.545 alunos em nove modalidades: xadrez, caratê, natação, futsal, judô, capoeira, basquete, atletismo e handebol.

Em Igarapu do Tietê são 320 alunos nas modalidades de futebol, basquete e futsal. São 380 os alunos contemplados em Pederneiras, com futsal, judô, caratê e futebol. Handebol é a modalidade oferecida em Agudos, para 40 alunos. Em Borebi, 150 alunos praticam futsal. Os 250 alunos beneficiados em Macatuba poderão praticar basquete, futebol, voleibol e futsal. A cidade de Bauru terá 760 alunos atendidos, com a prática de futsal, natação e judô.

PRÁTICA ESPORTIVA MELHORA RENDIMENTO ESCOLAR

O investimento em programas públicos de iniciação esportiva pode influenciar nos resultados em sala de aula. Alunos que participam desses programas obtiveram melhor rendimento escolar. É o que mostra pesquisa de mestrado que avaliou a relação dos gastos envolvidos nesse tipo de ação e seus resultados, apresentada no Programa de Pós-graduação Interunidades em Nutrição Humana Aplicada da Universidade de São Paulo - USP, publicada no primeiro semestre de 2015.

O estudo mostra a razão custo-efetividade da inserção esportiva, ou seja, quanto foi necessário gastar com recreação esportiva com cada criança para o aumento das notas. Em média, cada ponto de melhora no rendimento escolar nas notas de português foi associado a um custo de R\$133,05 por criança, a cada trimestre. No caso das notas de matemática, o valor foi de R\$134,07.

Para chegar a esses números, a economista e autora da pesquisa, Julia Guimarães Aranha, acompanhou, durante três meses, alunos de oito a dez anos de escolas de Indaiatuba, interior de São Paulo, que participavam de um programa voltado à inserção social e introdução de crianças em atividades esportivas fora da sala de aula. O resultado mostrou que os alunos que participavam do programa melhoraram suas notas de português e matemática, em média, 0,790 e 0,784, respectivamente. A partir desses valores, também foi realizada análise de custo-efetividade, avaliação econômica utilizada para programas públicos em diversas áreas.



Esporte desde a infância



SOBRE O ATLETA DO FUTURO

O Programa Atleta do Futuro é uma iniciativa do SESI em todo o Brasil, que utiliza o esporte para promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes. Nas aulas de iniciação motora e prática esportiva também são trabalhados valores como ética, trabalho em equipe, superação, respeito, autoestima e saúde.

De acordo com o SESI, o Programa oferece diversos benefícios para os seus participantes, desde o estímulo à prática de atividades físicas até a promoção de valores ligados ao esporte e de formação pessoal. O Programa oferece um acompanhamento completo, desde a implantação até o monitoramento sistemático e avaliação dos resultados das atividades.

Em todo o Brasil, são quase 200 mil jovens e crianças envolvidos, em 851 núcleos, com 36 modalidades esportivas diferentes. Todos os Estados, incluindo Distrito Federal, são atendidos por quase dois mil profissionais. ■

Benefícios do Programa

- Propicia a prática esportiva e suas diversas formas de manifestação, tendo como finalidade a criação da cultura e dos hábitos esportivos.
- Promove o desenvolvimento físico, pessoal e social dos participantes.
- Estimula o desenvolvimento de valores.
- Promove um ambiente esportivo com função educativa e participativa, estimulando o desenvolvimento motor e a formação de cidadãos, bem como acesso à cultura de atividade física e movimento.
- Estimula a prática esportiva como lazer.
- Destaca a importância da prática de esporte, lazer e atividade física.



Na prática

- Programa Atleta do Futuro

- Prefeitura de Gurupi - Tocantins e SESI

- Primeiramente, a Prefeitura de Gurupi procurou a unidade do SESI na cidade, para propor a parceria

- Em seguida, as duas partes mapearam possíveis locais, quantificaram e qualificaram os recursos disponíveis

- O terceiro passo foi a implantação, seguida do desenvolvimento das atividades

O Programa tem o objetivo de ocupar o tempo em que as crianças e adolescentes estão fora da escola, utilizando o esporte para promover a educação e a inclusão social, ao trabalhar valores como ética, trabalho em equipe, superação, respeito, autoestima e saúde.

Mais informações:

Prefeitura de Gurupi - Secretaria de Juventude e Esportes
Tel. (63) 3301-4314

Tarifas Zero ajudam no desenvolvimento econômico

Em tempos de mobilizações contra o aumento das passagens de ônibus, quatro municípios mostram como é possível cobrar nada ou muito pouco para o serviço de transporte público

• Gil Mendes

O ano de 2016 começou e junto com ele uma onda de protestos por diferentes locais do País devido ao aumento da tarifa no transporte público de passageiros, em pelos menos 21 cidades. Tendo em vista que moradores de áreas urbanas usam 15% da sua renda mensal pagando por deslocamentos e que 54% dos municípios brasileiros possuem mais da metade dos trabalhadores na informalidade, os preços cobrados nas passagens de ônibus, trens e metrô têm impacto direto nas economias locais.

Em setembro de 2015 foi promulgada a proposta de emenda à Constituição que inclui o transporte público entre os direitos constitucionais contidos no Artigo 6º da Constituição Federal do qual fazem parte educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, proteção à infância e assistência aos desamparados. Com isso, o cidadão que se sentir violado em seu direito de acesso ao transporte público pode recorrer à Justiça e ao Ministério Público. A PEC é de autoria da deputada paulista Luiza Erundina e foi apresentada no Congresso Nacional em 2011, sendo aprovada somente após as primeiras manifestações ocorridas em julho de 2013. A parlamentar, quando foi prefeita da cidade de São Paulo no início da década de 1990, enviou proposta à Câmara de Vereadores do município propondo aumento na taxa de IPTU de grandes imóveis para subsidiar o transporte, que passaria a ser gratuito para boa parte dos contribuintes. À época o projeto não passou na casa legislativa, mas serviu de inspiração para futuras gestões espalhadas pelo País.

Hoje, pelo menos quatro municípios brasileiros têm passe livre nas catracas de ônibus ou cobram um valor simbólico para seus usuários, algo que é feito em cidades ao redor do mundo, como Sidney, na Austrália; Baltimore, nos Estados Unidos; Changning, na China. No Brasil, a população da cidade paulista de Agudos não paga para andar nos ônibus há mais de dez anos; nas fluminenses Maricá e Porto Real, a população também desfruta da gratuidade no transporte público. Já em Macaé,

também no Rio de Janeiro, com apenas uma moeda o cidadão pode se locomover pela cidade, nos coletivos oferecidos pela Prefeitura.

13 ANOS DE PASSAGENS GRÁTIS

Em 2003, o ex-prefeito de Agudos (distante 318 quilômetros da capital paulista), Carlos Octaviani, fez as contas e viu que era possível disponibilizar, de forma gratuita, um transporte público de qualidade para a população de 34.524 habitantes do município. A verba, que antes era gasta com uma empresa particular para o transporte dos estudantes para escola, recebeu um maior aporte e passou a ser destinado para todos os moradores, passando para a gestão pública a responsabilidade de administrar o serviço e operação dos ônibus. Passados 13 anos, o atual prefeito da cidade, Everton Octaviani, reconhece os benefícios trazidos com a decisão tomada há mais de uma década. “O alcance social é muito significativo, já que a economia proporciona que o cidadão possa investir mais em educação, vestuário e alimentação”, diz. Além das vantagens individuais, para o município também há ganhos em vários aspectos. “Após essa medida, o comércio da cidade cresceu muito, já que as pessoas têm mais facilidade para se deslocar, e também atraiu mais investimentos. Algumas indústrias se instalaram em Agudos por diversos fatores, entre eles a gratuidade do transporte, que diminuiu alguns encargos trabalhistas”, explica.

Até 2014 o serviço de transportes públicos de Agudos era unicamente de responsabilidade da prefeitura, através da Secretaria Municipal de Vias Públicas. Depois desse período, a administração pública terceirizou a gestão, criando, segundo o prefeito, uma melhor qualidade no serviço. “Com o mesmo valor que investíamos em uma frota própria, pudemos contratar uma empresa especializada em transporte que melhorou o atendimento ao público, que continua sem pagar a tarifa”.

A cidade do interior paulista conta com uma



FOTO: FERNANDO SILVA

frota de 10 ônibus, que compõem seis linhas regulares, atendendo 10 mil pessoas por dia. A gestão municipal aplica R\$ 120 mil mensais para garantir a gratuidade do serviço, o que, por ano, representa de 2% a 3% do orçamento da cidade. “É uma despesa que eu prefiro chamar de investimento e que vale muito a pena, porque traz um retorno significativo na qualidade de vida das famílias, além de gerar um ciclo virtuoso da economia local, já que as pessoas não gastam com transporte e podem usar esse dinheiro para comprar no comércio local”, analisa Éverton Octaviani.

O prefeito de Agudos avalia que é possível outras cidades também adotarem a gratuidade no sistema do transporte público, mesmo aquelas com população maior. “Eu acho que as capitais e as metrópoles poderiam começar um trabalho de incentivo, que inicialmente não fosse a tarifa zero; um custeio parcial já auxiliaria muito os usuários. É uma questão de vontade política”, resume.

Cidade jovem, ideias modernas

Porto Real (distante 122 quilômetros da capital fluminense) é uma das cidades mais jovens do País. Com apenas 19 anos de existência, o município, de 18.266 habitantes, já tem políticas públicas inovadoras que beneficiam a população. Uma delas é gratuidade no serviço público de transporte, que facilita o deslocamento dos cidadãos entre os distritos e também uma forma de atrair investimentos para a cidade. “O objetivo do município quando custeia o transporte é aumentar a empregabilidade nas indústrias locais, barateando o custo da mão de obra para o empregador e também gerar o fomento do comércio local”, explica Augusto Sifiotis, secretário de governo de Porto Real.

O modelo de transporte onde não há cobrança de tarifa ao usuário foi implantado na cidade em 2011, com a criação do setor de Transporte Público Gratuito, sendo o primeiro município do Rio de Janeiro a tomar tal medida. Oito ônibus e dezesseis motoristas dão conta do serviço, que atende cerca de cinco mil pessoas por dia, com linhas que atendem todos os bairros por quase 24 horas, totalizando 4.160 viagens por mês.

A prefeitura de Porto Real tem um custo de quase R\$ 200 mil para manter a gratuidade do serviço. Caso fosse cobrado o valor da tarifa dos moradores da cidade, o usuário teria que gastar de R\$ 1,20 a R\$ 1,50 por viagem. Segundo o secretário de governo, a resposta da população diante do benefício é muito positiva. “Por ser uma cidade pequena fica fácil medir o grau de satisfação no próprio local de atendimento. Quando ocorre uma eventualidade de um ônibus quebrar, percebemos o quanto isso faz falta à população”, avalia.

Segundo Sifiotis, o modelo de gestão da cidade do interior fluminense pode ser copiado, já que o valor das despesas com o transporte público é um investimento que dá retorno aos cofres municipais. “Basta que o gestor faça a população utilizar o serviço, porque a despesa a gente consegue reverter com a melhoria da economia municipal”. ▶



FOTOS: PREFEITURA DE AGUDOS

BRIGAS NA JUSTIÇA PARA MANTER A TARIFA ZERO

Em dezembro de 2014, a população de Maricá, município localizado no litoral do Rio de Janeiro, ganhava uma nova opção de transporte público na cidade. Além dos ônibus habituais, que já atuavam no local há mais de quarenta anos, a prefeitura da cidade criou uma nova empresa rodoviária que atenderia outros trajetos e não cobraria tarifa. Devido à cor predominante nos veículos, os novos coletivos ganharam o apelido de ‘vermelhinhos’. Conforme dados da prefeitura de Maricá, o novo serviço, comandado pela gestão pública, transportou dois milhões de passageiros em apenas um ano de funcionamento. Esse número só não foi maior por conta de liminar da Justiça que, a pedido das concessionárias de ônibus da região e de sindicatos, obrigou os coletivos, onde não era cobrada a tarifa, a sair de circulação. O serviço foi restabelecido depois de 21 dias, quando a prefeitura do município recorreu da decisão judicial.

As principais diferenças entre a frota privada e a pública é que a primeira circula durante as 24 horas do dia e abrange áreas que antes não eram contempladas com o serviço de transporte público. “O transporte público sempre foi um problema crítico em Maricá, dado às dimensões do município (362 km²) e às condições do próprio sistema, baseado em concessões que atendem apenas aos interesses das duas empresas que

dominam o setor”, explica o presidente da Empresa Pública de Transporte do município (EPT), Flávio Cid. A implementação da tarifa zero em Maricá é feita por meio de financiamento indireto, como acontece com outros tipos de serviços oferecidos, como saúde, educação e segurança pública, que contam na receita do poder municipal. “Diante do quadro de operação atual temos um custo mensal de aproximadamente R\$ 700 mil; no entanto, com a perspectiva de ampliação dos serviços para atendimento à população, nossa projeção de custo é de R\$ 1 milhão”, assegura Cid.

Dentre as melhorias para 2016 estão o preenchimento de 128 vagas na EPT, que realizou concurso público no ano passado com mais de 18 mil inscritos, e inclusão de dez novos micro-ônibus, o que aumentará a frota, somando-se aos 13 ônibus que já circulam regularmente. Além dos benefícios que a isenção de tarifa nos ônibus traz à população, Flávio Cid destaca que assegurar o serviço é um dever dos municípios. “A Tarifa Zero implementada é de grande importância social por garantir, de fato, o direito de ir e vir de toda população na cidade e o acesso pleno aos bens, serviços e direitos presentes no espaço urbano. Dispõe artigo 30, V, da Constituição Federal, que o transporte coletivo é de competência do município e tem caráter essencial. Cabe então à municipalidade a prestação do serviço de transporte e a decisão sobre sua forma de financiamento”.



Tarifa quase zero

Ao contrário das outras cidades citadas nesta matéria, o município de Macaé (distante 157 quilômetros do Rio de Janeiro) não oferece gratuidade no serviço de transporte público, mas pode se orgulhar por ter a tarifa de ônibus mais barata do Brasil. Desde 2013, é cobrado o valor de R\$ 1 aos usuários dos coletivos na cidade. Esse valor só é cobrado devido a uma política de subsídios aplicada pela gestão municipal.

Com a implantação da tarifa reduzida, a demanda pelo serviço cresceu 25%, fazendo com que cerca de 120 mil pessoas utilizem as 56 linhas e 278 ônibus ofertados na cidade. "Não existe mágica. Existe respeito pelo dinheiro do trabalhador, da dona de casa, do jovem que precisa ir a um cursinho. Em todo o País estamos vendo a redução do poder de compra do cidadão. Manter a passagem a R\$1, mesmo em um cenário econômico desfavorável, é oferecer um ganho significativo no final do mês para quem precisa. Isso se faz com boa utilização dos recursos públicos, sabendo reconhecer e priorizar as necessidades da população", afirma o prefeito da cidade, Aluísio dos Santos.

Atualmente, o custo de uma passagem única em Macaé é de R\$ 3,07, sendo que a prefeitura arca com R\$ 2,07 de cada uma delas, compensando os tributos e encargos municipais, como 5% do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e a suspensão da cobrança à concessionária, dos 3% de tarifa para a modernização, manutenção e fiscalização do sistema de transporte.

Para 2016, a cidade planeja o Sistema Rápido de Transporte (SRT), que privilegiará a circulação de ônibus por meio de uso de faixa preferencial e estações, com padronização de abrigos, além da inclusão de veículos que atendam à demanda de cada localidade da região. Segundo o prefeito, a cobrança da tarifa por um baixo custo causa um forte impacto sobre a economia local. "Enquanto o trabalhador economiza com o transporte, ele pode gastar com serviços e no comércio local e isso volta como imposto para o governo", resume. ■



Na prática

- A PEC 90/11 da deputada Luíza Erundina colocou o transporte no grupo de direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal

- Em Agudos - SP a Prefeitura investe R\$ 120 mil por mês para garantir a gratuidade no transporte público

- Em Porto Real - RJ o investimento é de R\$ 200 mil

Saiba mais:

A Lei Complementar nº 244 do município de Maricá-RJ criou a Empresa Pública de Transporte, que não cobra tarifas em suas viagens. O custo mensal para manter o serviço é de aproximadamente R\$ 700 mil.

Carros elétricos vão 'tomar' Fortaleza

Sem nenhum ônus para a Prefeitura, o novo sistema deverá estar disponível aos usuários em cerca de dois meses após a assinatura do Termo de Autorização

• Robson Gisoldi

O que os escritores Raquel de Queiroz, José de Alencar e Patativa do Assaré têm em comum com os humoristas Chico Anysio, Tom Cavalcante, Renato Aragão e Tiririca? Todos são cearenses. Sem falar em músicos e artistas famosos, como José Wilker, Luiza Tomé e Raimundo Fagner. Esse Estado nordestino, que não cansa de inovar em sua criatividade, chega mais uma vez, por meio de sua capital Fortaleza, oulando em suas iniciativas públicas. A aposta agora é a criação de um sistema de carros elétricos compartilhados.

A prefeitura de Fortaleza lançou em 21 de janeiro um edital de chamada pública para escolher a empresa responsável pela ação, que deve começar a funcionar em abril próximo. De acordo com o secretário-executivo de Conservação e Serviços Públicos - SCSP, Luiz Alberto Sabóia, que também é coordenador do Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito de Fortaleza - PAITT, a cidade buscou inspiração em outras regiões, para investir na medida. "Existente em países da Europa e nos Estados Unidos, o sistema dá exemplos de implantação e operação bem-sucedidas em Paris, Milão, Londres e In-

dianápolis, por exemplo", explica.

O projeto não trará nenhum ônus para a administração municipal, devendo estar disponível aos usuários em cerca de dois meses após a assinatura do Termo de Autorização.

Coordenado pela Secretaria por meio do plano de ações, o projeto, pioneiro no Brasil, vai ampliar as ações para uma mobilidade mais sustentável com um novo modo de transporte em Fortaleza, além de incentivar a carona amiga e reduzir a quantidade de veículos na cidade.

Conforme a assessoria de imprensa da prefeitura de Fortaleza, o escopo do projeto está alinhado às condições, especificações e normas exigidas pela Lei Federal nº 9.503/1997 do Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações, além da Lei Federal nº 12.587/2012 da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O modelo de car-sharing, ou com-

partilhamento de veículos, visa à integração com os demais modos já existentes e em expansão na capital cearense, ou seja, com as bicicletas compartilhadas e os ônibus, que estão em crescente desenvolvimento de suas infraestruturas, como ciclovias, ciclofaixas e faixas exclusivas de ônibus durante a atual gestão municipal.

COMO VAI FUNCIONAR

A Prefeitura informa que o projeto piloto prevê o funcionamento de 15 carros e de dez estações. Os usuários que aderirem ao sistema vão pagar uma taxa de R\$ 40 que será convertida em créditos para utilizar nos veículos. Trinta minutos de uso custarão R\$ 20 e os excedentes serão cobrados avulsos e de forma inversamente proporcional: quanto mais tempo com o carro, menor o valor do minuto. Outros benefícios do sistema são a pos-

Benefícios principais do novo sistema



- 1 Meio ambiente**
 - Incentiva energias limpas e renováveis
 - Emissão zero de gases poluentes
 - Emissão zero de poluição sonora.
- 2 Sociedade**
 - Reduz a quantidade de veículos
 - Incentiva o sistema de carona
 - Fornece vagas exclusivas
 - Promove o consumo colaborativo.
- 3 Individual**
 - Veículos em excelente estado de conservação
 - Custo zero de aquisição
 - Custo zero de manutenção.



Na prática

- Projeto de implementação de taxis elétricos

- Prefeitura de Fortaleza - Ceará

- Iniciou um programa de criação de faixas exclusivas, com priorização do transporte

- Criou o Programa de Expansão da Malha Cicloviária, que alcançou um total de 137,5 km de infraestrutura implantada, sendo 80,5 km de ciclovias e 57 km de ciclofaixas

- Implementou o Bicicletar, programa que completou um ano de funcionamento e encerrou 2015 com 60 estações e 600 bicicletas compartilhadas em funcionamento, superando a meta do plano de 40 estações e 400 bicicletas

- Investiu em Binários. Com a entrega, em dezembro de 2015, do binário da Praia de Iracema, já somam seis implantados, na cidade

- Após essas medidas, lançou em janeiro de 2016 o edital de lançamento de carros elétricos compartilhados

O projeto já existe em países da Europa e nos Estados Unidos. Medida surgiu como alternativa para estimular a sustentabilidade e turismo local.

Mais informações:

Prefeitura Municipal de Fortaleza
- Secretaria de Administração -
Departamento de Imprensa Oficial
Tel. (85) 3452-1746

Saiba mais:

O Governo Federal deu o primeiro passo para criar um mercado interno de carros elétricos e híbridos em 27 de outubro de 2015, com a publicação da Resolução nº 97/2015 que reduz o Imposto de Importação (II) de veículos equipados com estas tecnologias. A alíquota, que era de 35% até então, passou a variar entre zero e 7%.



Luiz Alberto Sabóia

FOTO: PREFEITURA DE FORTALEZA

sibilidade de dividir os custos com um carona e de estacionar em vagas da Zona Azul, gratuitamente.

O prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, destacou o pioneirismo da iniciativa. “Esse é um projeto que começa com um piloto, mas à medida que houver a adesão do cidadão, vamos ampliar o número de estações e veículos, devendo contar com 30 estações até 2017”, diz.

Embora o edital não especifique a marca do veículo, a Prefeitura destaca que há apenas um modelo licenciado pelo Conselho Nacional de Trânsito - Contran. Trata-se de um BMW 100% elétrico, que utiliza vários materiais reciclados na sua estrutura, inclusive pneus. Com carga total, o veículo tem autonomia para rodar 200 quilômetros. Nas estações, a previsão é que os carros fiquem com a carga completa em três horas. O edital de chamada pública prevê que a empresa vencedora apresente carta de patrocínio e explore a publicidade no sistema.

O secretário de Conservação e Ser-

viços Públicos, João Pupo, explica que a expectativa é que seja reduzida a participação dos transportes na emissão de gases de efeito estufa, assim como a poluição sonora, em benefício do meio ambiente. “A expectativa é que o novo sistema possibilite o uso equitativo da cidade e de todos os seus equipamentos e infraestruturas por todos. Dessa forma, vai oferecer uma alternativa inovadora para o deslocamento na cidade, promovendo também benefícios econômicos, sociais e ambientais”.

Para realizar o cadastro online, em plataforma a ser lançada em breve, o usuário deverá apresentar carteira de habilitação (CNH), comprovante de residência e pagar a taxa de adesão. Em plataforma online com aplicativo, o usuário poderá reservar qualquer veículo disponível em qualquer uma das estações e retirá-lo dentro de 15 minutos, podendo ainda oferecer e solicitar carona. A tarifação de uso será de um valor fixo acrescido de valor adicional por minuto de viagem. O usuário do sistema poderá dirigir pelo tempo que quiser. ■



Abrigos ecológicos

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Mais do que uma bela vista

Maceió pensa na sustentabilidade e inova com a instalação de abrigos ecológicos no lugar de pontos de ônibus convencionais

• Marianna Fanti

Capital do estado de Alagoas, no Nordeste do País, Maceió é internacionalmente conhecida pela beleza de suas praias e pela vastidão de áreas verdes, que permeiam toda extensão de sua orla. Mas, o que poucos sabem é que há anos a Administração vem adotando medidas e ações com vistas à sustentabilidade, contemplando especialmente o conforto dos usuários do transporte público municipal.

Entre as ações destacam-se a reforma de 20 dos 26 terminais existentes no município; no começo deste ano 20% da frota municipal – composta por 700 veículos – foi substituída por veículos zero km, por meio de processo licitatório, e ainda a integração temporal, ou seja, dentro do período de uma hora e meia os munícipes podem transitar entre ônibus das linhas que circulam

pela cidade pagando uma única passagem, esta no valor de R\$ 3,15.

Também o planejamento cicloviário da cidade foi beneficiado, levando-se em conta propostas de projetos urbanos de ciclovias e ciclofaixas, bem como a interligação de rotas cicloviárias entre bairros e a implantação de paraciclos – equipamento para estacionar bicicletas em terminais de ônibus, praças e orla da cidade, para incentivar o uso de transporte não motorizado.

Neste contexto, fruto de parceria entre as empresas de ônibus e a Plantar Empreendimentos e Produtos Florestais, surgiram os abrigos ecológicos, instalados em quase toda extensão da orla de Maceió, ocupando o lugar dos antigos pontos de ônibus, até então com estruturas de ferro. Além de ser inteiramente sustentável – constru-



Paraciclos na Praça Centenário

ido com eucalipto de reflorestamento -, os benefícios que essas novas estruturas trazem para os usuários de transporte público são muitos, tais como maior durabilidade; menos publicidade - nesses novos abrigos a publicidade é apresentada apenas no elemento lateral -; maior visibilidade da paisagem ao fundo - suas costas são formadas por brises, elementos que permitem a passagem da luz e da ventilação, garantindo o conforto dos usuários; impermeabilidade maior - mais resistente à maresia; manutenção baixa; maior proteção contra a chuva - devido sua proteção lateral ser maior do que os convencionais e mais confortáveis. “A aceitação da população tem sido tão boa, que tivemos que estudar sua implantação em outros pontos da cidade”, explica a superintendente de Transporte e Trânsito, e coordenadora de projetos de transporte.

Até o momento, a Prefeitura investiu R\$ 45 mil reais na compra de cinco abrigos, embora a ideia seja instalá-los em toda extensão da orla por onde circulam os ônibus - cerca de 30 abrigos ao longo

de cinco quilômetros. “A prefeitura de Maceió atua na busca de práticas sustentáveis e a instalação de abrigos ecológicos faz parte dessa preocupação”, salienta o prefeito Rui Palmeira.

DIA MUNDIAL SEM CARRO

Outra medida da Prefeitura é a campanha “Dia Mundial Sem Carro”, realizada há três anos em parceria com o Detran-AL; movimentos de ciclistas e Organizações Não Governamentais. Durante este evento, uma importante avenida de Maceió é parcialmente fechada para o trânsito de veículos motorizados; vagas destinadas para automóveis são ocupadas por atividades diversas; escolas da rede estadual levam seus alunos para um dia de brincadeiras, com temas relacionados ao Dia Mundial sem Carro; é realizado o Fórum Alagoano de Sustentabilidade; e a campanha das ‘vagas vivas’ do dia mundial sem carro, que tem exatamente o objetivo de dialogar com a população da capital, um novo uso para os estacionamentos em vias de grande tráfego. ■



Na prática

- Instalação de abrigos ecológicos no lugar de pontos de ônibus convencionais

- Prefeitura de Maceió - Alagoas

- Este projeto pode ser implementado em qualquer prefeitura do País, principalmente em áreas litorâneas, por meio de políticas públicas compatíveis com o tema em seu município. Para tanto, basta seguir medidas como as adotadas em Maceió

- Criou uma série de medidas que visam à melhoria do transporte público municipal e maior sustentabilidade

- Entre essas medidas está a implantação de abrigos ecológicos no lugar dos tradicionais pontos de ônibus, em toda extensão da orla

- O objetivo é proporcionar conforto aos usuários e melhorias no transporte público municipal, por meio de ações sustentáveis.

Mais informações:

www.maceio.al.gov.br
Tel. (82) 3315-3571

Saiba Mais:

Embora não haja nenhuma lei municipal específica, o gestor pode basear-se na Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Federal nº 6.938/1981

Vá de bike

Rio Branco, capital do Acre, é a cidade brasileira com maior proporção de ciclovias em relação à malha viária, de 9,7%, e 110 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas em funcionamento

• Fernanda Bertoncini

O debate sobre implantação de opções de mobilidade urbana para o bem-estar social e ambiental em várias cidades do Brasil vem ganhando espaço e destaque no planejamento de infraestrutura das administrações públicas. Com o crescente aumento do número de carros trafegando nas ruas e avenidas do País, o impacto ambiental provocado pela emissão de gases poluentes afeta o cotidiano de milhares de pessoas diariamente, além de provocar alterações dramáticas no ecossistema, como o aquecimento global.

Gestores públicos despertaram, nos últimos anos, para a necessidade de incluir as bicicletas como alternativa de locomoção, destinando espaços seguros para a mobilidade da população que adota este meio de transporte.

Em linha com os benefícios imediatos associados ao uso da bicicleta, Rio Branco, capital do Acre, vem despontando como modelo entre as cidades que incentivam o tráfego seguro, a partir de investimentos direcionados ao planejamento cicloviário. Desde 2006, a prefeitura da capital acriana começou a implantação de 60 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas, como teste para a criação de vias exclusivas para o uso da bicicleta.

A iniciativa fez com que o município se tornasse atualmente a cidade brasileira com maior proporção de ciclovias em relação à malha viária (9,7%) e ao número de habitantes 6.003 habitantes/quilômetros. Com cerca de 160 quilômetros de vias cicláveis projetadas e mais de 110 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas já em funcionamento para um total de 350 mil habitantes, a previsão,

segundo a administração municipal, é que até 2017, a cidade totalize uma malha cicloviária de 113 km, incluindo os trechos das rodovias.

Especialistas e adeptos reconhecem que o uso de bicicletas vem ganhando espaço e chamando a atenção de gestores públicos em todo o País. “Mobilidade urbana sustentável é a integração inteligente de vários modos de transporte urbano, com a maior eficiência e conforto possível para os passageiros, e o menor impacto ambiental para os espaços urbanos”, explica Ricky Ribeiro, diretor executivo do Mobilize Brasil, o primeiro portal brasileiro destinado a discutir o tema. Entretanto, eles apontam que a introdução das bikes como meio de transporte ainda esbarra em fatores como coragem política para enfrentar o “senso comum”. “Os gestores e parlamentares precisam entender que a bicicleta é um modal viável, socialmente inclusivo, sustentável e benéfico às cidades e aos cidadãos. A aplicação de recursos em infraestrutura cicloviária deve deixar de ser vista como “despesa” e “desperdício” e passar a ser entendida como investimento”, pontua Willian Cruz, editor do portal Vá de Bike, que aponta para grandes cidades do mundo que aplicam esse modelo e já percebem que o investimento retorna de diversas formas. “Desde o aumento na qualidade de vida até a redução de acidentes de trânsito, do congestionamento e suas consequências econômicas, do custo de manutenção do viário e dos gastos com saúde pública”, adiciona Cruz, que cita Rio Branco como destaque pela abrangência da malha, razoavelmente interligada, em relação ao tamanho da cidade. ▶



até **2017**
a cidade
totalizará
malha
ciclovária
de 113 km

METODOLOGIA

O diretor de Trânsito da RBTRANS - Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Rio Branco, Marcos Lourenço, diz que em 2007, o Plano Diretor de Transporte e Trânsito - PDTT de Rio Branco buscou requalificar as vias existentes segundo novos critérios de segurança ao ciclista, considerou a implantação de mais 100 quilômetros de vias cicláveis e melhorou as calçadas da cidade, além de ampliar a malha viária e padronizar a sinalização no sistema.

Criado a partir de um diagnóstico da situação da mobilidade na cidade, da modelagem dos transportes e da elaboração e avaliação de diferentes cenários de demanda e oferta, o projeto realizou um estudo prévio de toda a dinâmica urbana e das características físicas e legais do sistema viário e de trânsito. Incluiu também análise do sistema de transporte público e do transporte não motorizado, além das características socioeconômicas da população e do contexto do uso do solo na cidade.

Assim, o plano buscava tratar o transporte não só como indutor de urbanização, mas, principalmente, como homogeneizador do espaço. Dessa forma, foram propostas diferentes intervenções, que abrangeram todos os modais existentes: não motorizados (pedestres e ciclistas) e motorizados (individual - automóveis e motocicletas - e coletivo - ônibus). “Há diversos grupos de esportistas e amantes do modal que utilizam desta infraestrutura, bem como os usuários de fim de semana, que “ciclaram” por lazer. Contudo, a maior demanda de pessoas utilizando bicicletas é o da classe trabalhadora, sobretudo operários da construção civil e de pequenas indústrias, posto que a maior parte das ciclovias está disposta nas regiões periféricas, onde está a população mais carente, que geralmente opta pela bicicleta para economizar nos gastos com transporte público”, estima Lourenço.

•
•
•
•
•
•
•
•
•
•

O ciclismo tem baixo impacto no meio ambiente, transmite bem-estar e ainda evita os engarrafamentos

INVESTIMENTO E INFRAESTRUTURA

O diretor da RBTRANS destaca o fato de o município iniciar os investimentos em infraestrutura para transporte não motorizado antes de ter problemas com mobilidade, ao contrário das cidades referências em malha cicloviária e utilização de bicicletas. “Desde 1994, o poder público municipal e estadual tem viabilizado com grande ênfase a implantação de ciclovias ou ciclofaixas nos projetos de sistema. A Via Chico Mendes, importante avenida da cidade, teve seu canteiro central transformado em uma ciclovias iluminada, sinalizada e ajardinada, que segue até as rodovias que ligam a cidade ao interior, à Bolívia e ao Peru”, exemplifica.

Em Rio Branco, todo o sistema viário segue uma lógica de distribuição, permitindo aos ciclistas trafegarem nas vias menos transitadas por veículos, possibilitando o acesso aos principais pontos de interesse da população, a exemplo da área central da cidade, universidades e terminais de transporte coletivo. Desde então, a Superintendência de Transporte e Trânsito enfatiza e dá prosseguimento aos projetos de ampliação e manutenção da sinalização da malha cicloviária, com planejamento de investimento direcionado ao transporte não motorizado em todas as obras de infraestrutura viária.

Para Willian Cruz, do site Vá de Bike, a construção de infraestrutura específica, como ciclovias, ciclofaixas e bicicletários é extremamente importante. “O ideal é que essa estrutura seja o mais espalhada possível, formando uma malha que forneça segurança em toda a cidade, com especial atenção às avenidas com tráfego mais rápido ou pesado”, pontua.

O especialista destaca, ainda, a importância das administrações públicas desenvolverem campanhas de conscientização para esclarecer a quem dirige que a bicicleta é um veículo, tem direito ao uso da via e que as pessoas que as utilizam precisam ser protegidas por quem está num veículo maior. “É fundamental esclarecer, também, a quem pedala, quais as condutas mais adequadas e seguras para o uso da bicicleta nas ruas. O próximo passo é fiscalizar e punir quem colocar em risco a integridade física das pessoas que circulam em bicicletas - algo que é feito em São Paulo desde 2012”, destaca.

O uso de bicicletas, além de representar menos emissão de poluentes, menos congestionamentos e menos mortes no trânsito, oferece benefícios à saúde e sensação de bem-estar ao ciclista. “O ciclismo tem baixo impacto no meio ambiente, transmite bem-estar e você ainda evita os engarrafamentos, podendo aproveitar ao máximo as paisagens da cidade”, contextualiza Lourenço, além de destacar outros benefícios como a melhora da frequência cardíaca, aceleração do metabolismo, auxilia na redução do colesterol e na perda de peso, além de configurar uma atividade social, que pode ser praticada com amigos e familiares.



FOTO: PMRB/ASSIS LIMA

O BE-A-BÁ DAS CICLOVIAS E CICLOFAIXAS EM RIO BRANCO

Foram realizadas intervenções para abranger todos os modais existentes na cidade:

*Calçadas: passaram por manutenção e melhorias, priorizando o entorno dos principais corredores de ônibus e áreas comerciais de forma a consolidar as áreas mais densas, inclusive com instalação de iluminação noturna.

*Programa de acessibilidade de pedestres: modificou o foco da cidade para o pedestre e o ciclista, priorizando intervenções nos eixos viários, nas áreas comerciais e no entorno dos terminais, onde se concentram a maior parte do deslocamento de pedestres. Também foram propostas e instaladas “ruas de convivência”, onde a circulação de pedestres e automóveis é de baixa intensidade. Além disso, outra proposta inovadora para a cidade envolvia a adaptação de alguns cruzamentos com elevação da via à altura da calçada, obrigando o motorista a reduzir a velocidade e proporcionando maior segurança aos pedestres, como se a rua acabasse e a calçada continuasse nos cruzamentos.

*“Ruas de convivência”: o conceito objetiva a criação de espaços de convivência compartilhada e harmoniosa, com integração entre os modos de locomoção e transporte, nas vias secundárias da cidade. O conceito é para que a

via seja de um só nível, aumentando a área útil do espaço. Nelas, a delimitação dos usos (estacionamento, área de lazer), é determinada pelos próprios equipamentos urbanos (faixas, postes, árvores e bancos).

*Bicicleta: um dos objetivos é propiciar a circulação cicloviária com conforto e segurança em toda a cidade, prevendo o acesso por bicicleta aos principais centros de serviços da cidade e possibilitando os deslocamentos entre as principais atividades rotineiras (casa-trabalho e casa-escola).

*Transporte coletivo: Rio Branco é a menor cidade do Brasil com sistema de bilhetagem eletrônica. Foram propostos oito terminais e três pontos de conexão em localidades estratégicas da cidade, de forma a conectar diferentes linhas (troncais/estruturais e alimentadoras/locais) e eliminar a concentração do transporte em um ponto único da cidade (no centro).

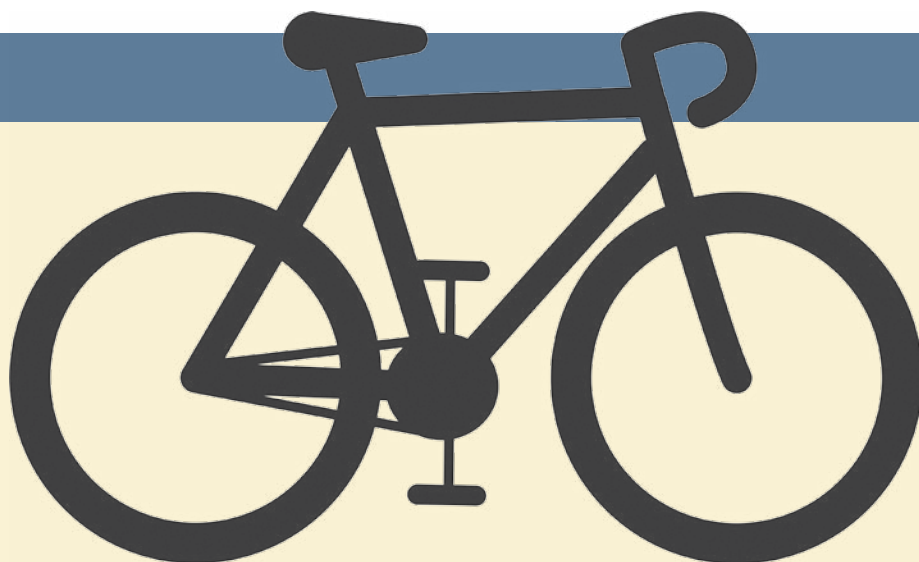
*Na cidade, existe uma ponte estaiada para travessia exclusiva de pedestres e ciclistas.

*O Parque da Maternidade, criado de forma estratégica como um parque linear no centro da cidade, possui ciclovias em toda sua extensão e dele saem outros parques lineares, que se encontram com novas ciclovias e ciclofaixas, proporcionando uma alternativa ao ciclista para evitar as grandes avenidas. ▶

12 bons motivos para ir de bicicleta

O site Vá de Bike (<http://vadebike.org/>) – referência sobre o uso da bicicleta como transporte, esporte, lazer e cicloturismo – lista uma série de razões para você adotar o uso de bicicleta. Confira:

- 1** Economia de tempo: Levo sempre 30 minutos no trajeto do trabalho até em casa, tendo trânsito ou não, com chuva ou com sol, em qualquer horário. De carro, esse tempo chegava a uma hora e meia, nos piores dias. Cheguei até a levar duas horas de carro nesse mesmo trajeto, em um dia de chuva! Os Desafios Intermodais realizados em várias cidades do País comprovam que a bicicleta é bem mais rápida que o carro nas grandes cidades nos horários de pico.
- 2** Economia de dinheiro: Combustível, estacionamento, flanelinha, seguro, IPVA, troca de óleo, balanceamento, mecânico, funilaria, retoque na pintura... Tudo isso fica para trás. E as peças e eventuais reparos de uma bicicleta têm custo muito baixo, principalmente se comparados com os de um automóvel. O investimento para adquirir o veículo também é muitíssimo menor.
- 3** Menos estresse no trajeto: Um sinal que abre e fecha três vezes, vinte metros à sua frente, permitindo a passagem de menos de meia dúzia de carros, não há Cristo que agente...
- 4** Mudança no humor: Além da diminuição do estresse relacionado ao trânsito, as endorfinas liberadas pelo exercício contribuem para um relaxamento muscular e mental que faz os praticantes de atividade física regular verem a vida com outros olhos. O humor melhora tanto no trabalho como em casa. E um relacionamento melhor com os colegas proporciona um ambiente de trabalho mais agradável para todos.
- 5** Produtividade no trabalho: A produtividade no trabalho aumenta, em decorrência do melhor humor e da diminuição do estresse. A cabeça tranquila permite um melhor julgamento em situações críticas.
- 6** Menor preocupação com assaltos: Por incrível que possa parecer, ficamos muito mais tranquilos na bicicleta do que dentro de um carro em relação a assaltos. Se você vir uma pessoa com atitude suspeita perto de onde parou para esperar o sinal abrir, estando de carro só é possível rezar; na bicicleta, há uma visão muito abrangente do que está em volta, o que permite identificar rapidamente alguém com atitude suspeita, evitando o confronto. Além do mais, não dá para fazer sequestro-relâmpago com ciclista.
- 7** Não coloca vidas em risco: Uma pessoa tem que ser muito criativa para conseguir matar outra com uma bicicleta. Já com os carros, basta tentar acender um cigarro, atender o celular, mudar a estação do rádio, pegar um batom no porta-luvas ou mesmo olhar para o lado errado na hora errada e pronto, já existe a chance de ceifar a vida de alguém que está na calçada esperando um ônibus. Os veículos automotores causam 43 mil mortes e 153 mil internações no SUS por ano no Brasil (2011). São números comparáveis aos das guerras. Para se ter uma ideia, no ataque às torres gêmeas de 11 de setembro de 2001 morreram cerca de 3 mil pessoas – ou seja, temos mais de um World Trade Center por mês no nosso quintal, sem ninguém se comover além das famílias das vítimas.
- 8** Não polui o ar que nossas crianças respiram: Em São Paulo, a poluição mata indiretamente vinte pessoas por dia, agravando e acelerando problemas como infarto, acidente vascular cerebral, pneumonia, asma e câncer de pulmão. E 90% das emissões de poluentes em São Paulo é causada pelos veículos automotores. Cálculos rápidos: 90% de 20 mortes diárias significa que o uso de veículos motorizados causa 18 mortes por dia nessa cidade.



E 85% da frota da capital paulista (setembro/2012) é composta de motos e carros, resultando em mais de 15 óbitos por dia decorrentes da escolha que as pessoas fazem na hora de se locomover. Não quero ser conivente com essas mortes.

9 Respira-se um ar menos poluído: E não é só por não gerar poluição! Ao contrário do que se pensa, o ar dentro dos veículos é mais poluído do que o ar do lado de fora. E quem diz isso não sou eu, é a Cetesb! E não só eles: o Instituto do Coração comprovou e a "Associação da Qualidade do Ar em Interiores dos Estados Unidos" também afirma isso. Entenda aqui por que ciclistas respiram menos poluição do que quem está nos carros.

10 Saúde e vida mais longa: A atividade física regular previne doenças cardíacas e AVCs, hipertensão, ajuda a controlar o diabetes, aumenta a resistência aeróbica, reduz a obesidade, ativa a musculatura de todo o corpo, diminui a ocorrência de doenças crônicas, faz bem para a saúde do idoso e aumenta o tempo de vida. Adotar a bicicleta em seus deslocamentos é uma maneira simples (e barata) de encaixar essa atividade física no seu dia a dia.

11 Os resultados físicos são visíveis: Há aumento de massa muscular, queima de calorias e melhoria da capacidade respiratória. É uma academia ao ar livre, mais prazerosa e sem a sensação que muitas pessoas têm em relação a atividades físicas, quando elas são realizadas apenas com o objetivo de perder peso ou melhorar a aparência. Nesses casos, o exercício passa a ser encarado como uma obrigação e não um prazer, o que causa uma taxa de desistência muito grande (não é à toa que as academias hoje em dia obrigam a pagar algumas mensalidades antecipadamente na inscrição). A utilização da bicicleta como meio de transporte não é um compromisso a mais para encaixar na agenda: passa a fazer parte da sua rotina, ocupando um tempo que antes era improdutivo e estressante.

12 Sensação de liberdade: Não há nada que pague passar tranquilamente de bicicleta por aquela fila de carros parados no congestionamento, não se sentir imobilizado no trânsito, ter 360° de visão, poder olhar o chão e o céu, notar casas, pessoas, cheiros, sons, árvores e pássaros, sentir o sol na pele, o vento no rosto... Precisa mais? ■



Na prática

- Implantação de ciclovias e ciclofaixas

- Prefeitura de Rio Branco - Acre

- Implantou 60 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas

- A RBTRANS, por meio do Plano Diretor de Transporte e Trânsito, buscou requalificar as vias existentes segundo novos critérios de segurança ao ciclista, considerou a implantação de mais 100 quilômetros de vias cicláveis e melhorou as calçadas da cidade, além de ampliar a malha viária e padronizar a sinalização no sistema

- Levantamento da RBTRANS apontou para o uso de bicicleta como alternativa ambiental na redução de emissão de poluentes, menos congestionamentos e menos mortes no trânsito, além de benefícios à saúde e sensação de bem-estar ao ciclista.

Mais informações:

<http://www.riobranco.ac.gov.br/>
Tel. (68) 3212-7040

Saiba mais:

- Lei Federal 12.587, de 03 de janeiro de 2013, trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana, a qual prevê que os modos não motorizados tem prioridade sobre motorizados, além da integração sobre os modos e serviços de transportes. Municípios com mais de 20 mil habitantes devem ter um Plano de Mobilidade Urbana para a criação de ciclovias e ciclofaixas

- Foi criado em 2007, pelo Ministério das Cidades, o Caderno de Referências para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades, com o intuito de auxiliar os municípios que desejam implantar um Plano Cicloviário.

Um game para o bem do meio ambiente

Aplicativo curitibano tem como missão divertir e conscientizar sobre a separação de resíduos. A estrela do jogo é uma capivara; ícone da cidade nas redes sociais

• Felipe Menezes

Você sabe como fazer uma capivara feliz? É simples: percebendo que atitudes simples do dia a dia são fundamentais para a preservação do meio ambiente. Separe os resíduos produzidos por você diariamente da maneira certa e sua missão estará cumprida. E o melhor: a capivara não é a única a se alegrar com tais atitudes, mas, também, todos os demais seres vivos do nosso planeta. Incluindo eu e você!

É esta a lição transmitida por um jogo que vai muito além de mera brincadeira. O recém-criado Clean City Curitiba busca, simultaneamente, divertir o usuário e difundir também importantíssimas lições ambientais. O game é fruto de parceria entre a prefeitura de Curitiba, capital do Paraná, a Racional Games - produtora de games curitibana focada em soluções educacionais e corporativas - e o Instituto Socioambiental Pró-Cidadania.

Segundo o diretor de Mídias Sociais e Internet da prefeitura de Curitiba, Álvaro Borba, o que impulsionou o projeto foi a possibilidade de desenvolver um jogo que apresentasse

os conceitos simples da reciclagem. “Com o Clean City, o receptor não precisa estar especificamente dedicado a conhecer sobre separação de materiais. Ele aprende de maneira lúdica, como efeito colateral”, avalia.

A cidade é referência em soluções para o meio ambiente e pioneira na separação do lixo. Além disso, tem feito um trabalho inovador na relação com o cidadão conectado à internet. “O jogo está totalmente ligado à nossa política de uso das mídias digitais, em que buscamos facilitar a recepção das mensagens pela população. Não é o cidadão que tem que se esforçar para entender as mensagens do Poder Público e, sim, o contrário. Isso justifica a implementação do game”, completa Borba.

O aplicativo, lançado na primeira quinzena de fevereiro, está aberto ao público e também foi replicado como ferramenta de educação ambiental em 27 organizações de ensino beneficiadas pelo Instituto Pró-Cidadania. O projeto não trouxe custos para a administração municipal, já que foi desenvolvido de maneira voluntária pela empresa de games.

FOTOS: DIVULGAÇÃO



COMO FUNCIONA

O Clean City Curitiba leva o jogador a distinguir em qual lixeira cada tipo de resíduo deve ser descartado. Quanto mais o usuário acerta, maiores são a pontuação e a prática adquirida na distribuição dos materiais em seus destinos adequados. “Nós unimos um problema real com a filosofia de que a gamificação é capaz de ampliar a consciência do cidadão de forma efetiva, educando através do entretenimento ao colocá-lo como o agente da ação”, explica o diretor técnico da Racional Games, Danilo Olympio.

A trilha sonora é inspirada no tema do SimCity, um verdadeiro clássico dos jogos eletrônicos há quase 30 anos. A capivara, personagem principal do aplicativo, comemora quando o jogador acerta a lixeira. E, ao final do jogo, o mascote aparece caracterizado como personagens icônicos do mundo dos games, como Super Mario, Ryu (Street Fighter), Sonic e Mega Man. As funções do jogo, como gráficos, jogabilidade e trilha sonora, foram idealizados para agradar, além do usuário eventual, ao usuário frequente de games.

Ao final, o usuário pode compartilhar a pontuação e convidar seus amigos para o jogo, que é gratuito e está disponível online no Facebook da Prefeitura de Curitiba (<https://www.facebook.com/PrefsCuritiba>). ■



Benefícios dos videogames na educação

- 1 Melhora a memória
- 2 Diminui o estresse
- 3 Ensina a buscar objetivos
- 4 Melhora o desempenho escolar e profissional



FONTE: UNIVERSIA BRASIL



Na prática

- Clean City Curitiba
- Prefeitura de Curitiba - Paraná
Racional Games
Instituto Pró-Cidadania
- Primeiramente, a Racional Games apresentou a ideia à Prefeitura de Curitiba
- Em seguida, o projeto foi encaminhado ao Instituto Pró-Cidadania, onde foi incluído em um programa de preservação ambiental
- O terceiro passo foi o desenvolvimento do projeto, realizado pela produtora de games, com acompanhamento da Prefeitura
- Na sequência, o jogo, já finalizado, foi levado a instituições de ensino, aplicado como ferramenta de conscientização para mais de duas mil crianças
- Após um período de 90 dias, o game foi disponibilizado ao público em geral por meio do Facebook da Prefeitura de Curitiba. Durante todo o processo não houve custos para a Prefeitura curitibana, pois foi realizado de maneira voluntária pela produtora de games

• A ação corresponde à necessidade de facilitar e ampliar a possibilidade de conscientizar as pessoas sobre nossa relação com o meio ambiente, multiplicando conhecimentos sobre a reciclagem de materiais.

Mais informações:
 Prefeitura Municipal de Curitiba - Secretaria Municipal de Comunicação Social - Departamento de Mídias e Internet
 Tel. (41)3350-8161
 Email: smcs@smcs.curitiba.pr.gov.br

Tecnologia de zeladoria urbana

O ZUP é um software livre que pode ser adotado por qualquer município que tiver interesse em gerir seus serviços públicos de forma mais eficiente

• Robson Gisoldi

Entender a tecnologia como uma aliada à gestão é uma vertente cada vez mais frequente entre as administrações públicas. Aplicativos de gerenciamento de projetos, monitoramento de performance e ações de interlocução com a sociedade ganham espaço e dão novo “fôlego” ao processo de inovação das instituições que administram os recursos públicos. Dentre eles existe o chamado ZUP - Zeladoria Urbana Participativa.

O sistema é um software livre desenvolvido pelo Instituto TIM, que pode ser adotado por qualquer município que tiver interesse em gerir seus serviços públicos de forma mais eficiente. De fácil administração e com interface sem complicações, a ferramenta atende necessidades dos gestores municipais e dos cidadãos. Com a plataforma, os administradores municipais podem gerir melhor os dados e informações referentes aos serviços de zeladoria da cidade, aumentando sua capacidade de planejamento, execução e monitoramento. O sistema está alinhado às diretrizes da Política Brasileira de Governo Digital, que orienta os gestores públicos a atuarem em três pilares: a interação com o cidadão; a melhoria da sua gestão interna e a integração com parceiros e fornecedores.

De acordo com Glória Rubião, gerente de Responsabilidade Social do Instituto Tim, o projeto pode ser uma referência para outros municípios brasileiros. “Sim, esta é a ideia, até pelo fato de se tratar de um software livre, com tecnologia aberta, não proprietária e com alto potencial de colaboração. Ou seja, o sistema pode ser utilizado por qualquer município que tenha interesse em gerir seus serviços públicos de forma mais eficiente e participativa”, afirma.

RIO DE JANEIRO

Em dezembro de 2015, o Instituto Tim firmou parceria com a Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA do Rio de Janeiro, para a implantação de um novo sistema para a gestão de serviços e ativos urbanos no município: o ConservaZUP. A ferramenta passará a fazer parte da rotina de operação de agentes da Secretaria, com o objetivo de melhorar e facilitar as atividades e operações de zeladoria urbana. O ConservaZUP é uma adaptação da plataforma Zeladoria Urbana Participativa - ZUP, software livre desenvolvido pelo Instituto TIM e já implementado em São Bernardo do Campo, região do Grande ABC Paulista, e Boa Vista, capital de Roraima. No Rio de Janeiro, o sistema

A ferramenta passará a fazer parte da rotina de operação de agentes da Secretaria

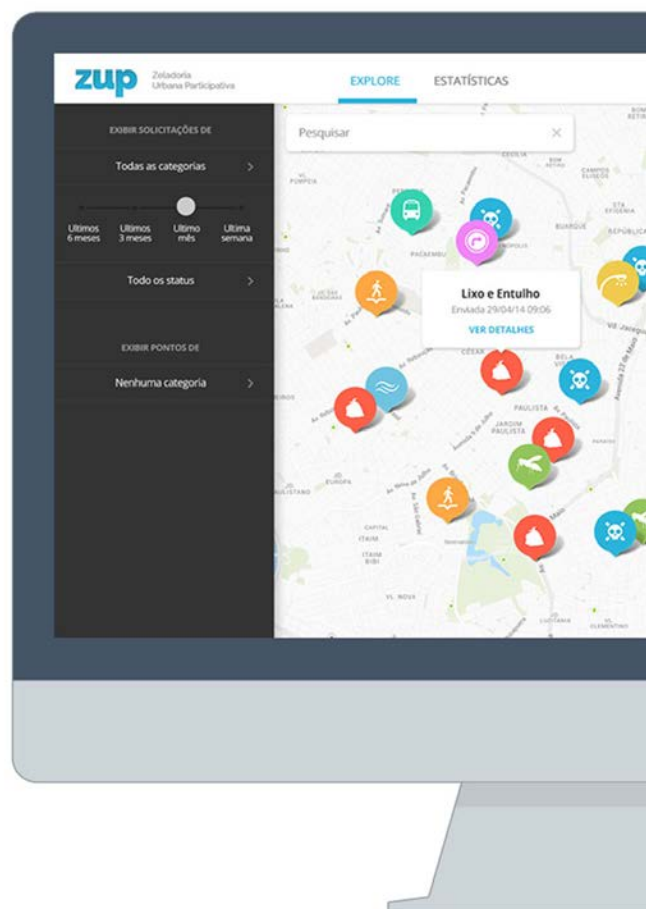
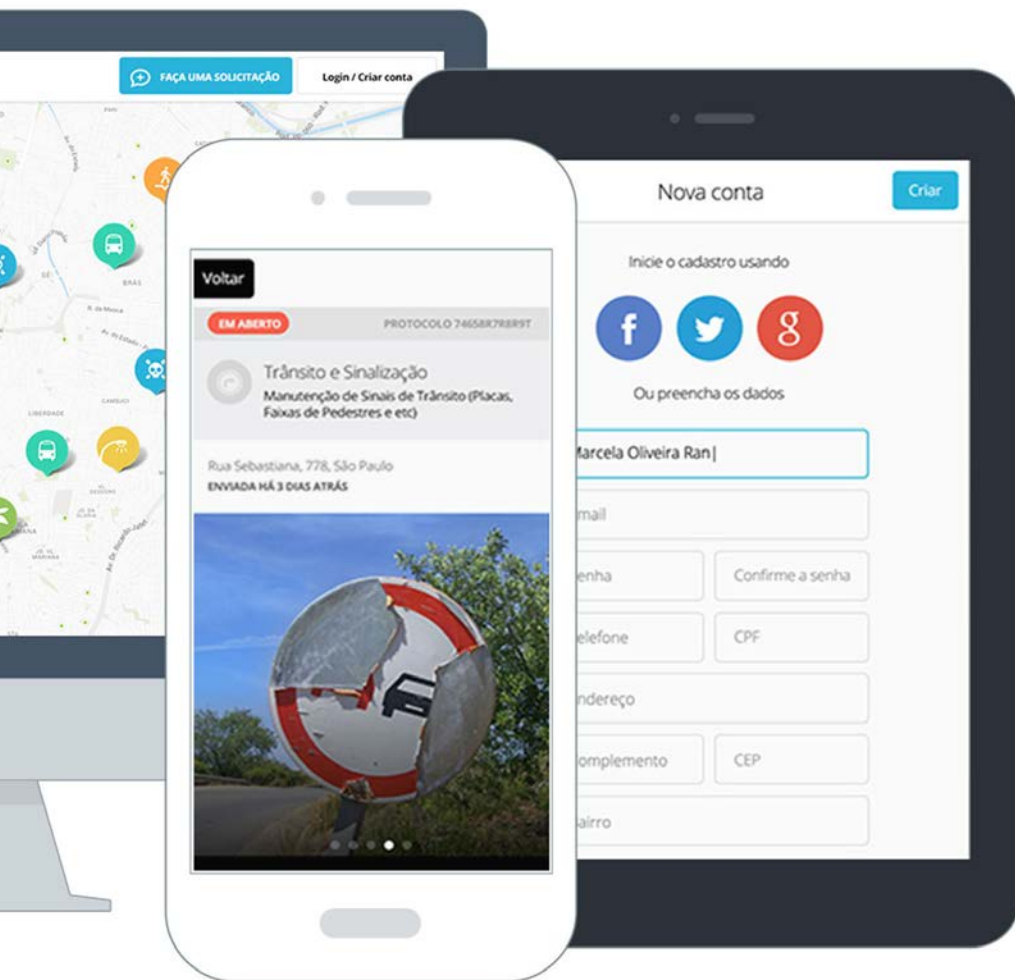


FOTO: INSTITUTO TIM

vai apoiar os trabalhos e demandas da Secretaria de Conservação, assim como os serviços prestados pela RioLuz e pela Comlurb, em atividades como drenagem, pavimentação, manutenção de vias públicas, reparo de lâmpadas e coleta de lixo. A ferramenta facilitará as atividades dos agentes públicos ao permitir o georreferenciamento dos casos abertos, a publicação de imagens, o envio

dos relatos, status da demanda e a comunicação entre as equipes. O Instituto TIM também ofereceu 60 smartphones para o trabalho em campo e capacitou os agentes para usar a ferramenta. Será dado ainda o suporte técnico nos primeiros meses de uso do ConservaZUP. “Temos o privilégio de integrar esse esforço da Prefeitura do Rio de Janeiro, oferecendo nossas soluções tecnológicas para colaborar com a gestão pública do município, que estará no centro das atenções



do mundo em 2016, por conta dos Jogos Olímpicos. Os resultados dessa parceria já são visíveis e nos deixam entusiasmados e convictos de que essa ferramenta pode ser útil a outros municípios do País”, destacou Manoel Horácio, presidente do Instituto TIM, ao lado de Marcos Belchior, secretário de Conservação do Rio de Janeiro.

Segundo Glória Rubião, gerente de Responsabilidade Social do Instituto Tim, o ZUP é um software livre que usa as novas tecnologias de informação e comunicação para a gestão de serviços e ativos urbanos e que pode contar com a participação da sociedade no mapeamento das demandas e acompanhamento de seus atendimentos. “O ZUP foi criado pelo Instituto TIM com o objetivo de auxiliar na gestão pública de municípios. A plataforma também permite a criação e gestão de inventários de ativos urbanos, como foi feito em São Bernardo do Campo. Com o sistema é possível ter acesso a informações, estabelecer prioridades, controlar equipes prestadoras de serviços e, assim, conseguir mais eficiência e eficácia na gestão pública”, avalia.

INVENTÁRIO DAS ÁRVORES

A plataforma ZUP também permite a criação e gestão de inventários de ativos urbanos. Em São Bernardo, o Instituto TIM financiou o mapeamento georreferenciado de 500 quilômetros da cidade para a criação do inventário do arborizado público. Nesse mapeamento, mais de 20 mil árvores foram identificadas. Os dados coletados estão sendo processados por uma equipe de especialistas, que realizam a geolocalização de cada árvore, sua análise quantitativa (altura, diâmetro, inclinação do tronco) e qualitativa - identificando assim espécies e possíveis problemas visíveis de saúde. Com o inventário será possível criar uma triagem de árvores que necessitam de atenção especial, contribuindo para a manutenção do arborizado público, a definição de prioridades e o planejamento de ações preventivas. ■



Na prática

- Tecnologia de zeladoria urbana
- Instituto TIM
- O software pode ser adotado por qualquer município
- A prefeitura entra em contato, manifestando interesse em adotar a ferramenta
- A partir daí são iniciadas as articulações para a construção da parceria e implementação do projeto
- O Instituto TIM dá todo apoio para implementação do ZUP, inclusive provendo a capacitação dos agentes

Mais informações:

www.institutotim.org.br/solucoes/zup

Turismo como fonte de renda nacional

Após reunir-se com prefeitos do estado, secretário estadual de Turismo de Santa Catarina aposta em infraestrutura

• Marianna Fanti

Quem nunca riscou um a um os dias do calendário para as tão aguardadas férias em família, em alguma belíssima praia, regada a muito sol e água de coco? Mas, esse sonho de verão pode facilmente tornar-se um pesadelo se no meio do dia você precisar ir ao banheiro, ou passar uma ducha de água doce nas crianças e não tiver como, ou pior, se para isso tiver de enfrentar longas filas embaixo do sol. Infelizmente essa é uma realidade enfrentada na maior parte das praias do litoral brasileiro, e, normalmente, poucas pessoas enxergam que é dever do estado zelar por essa infraestrutura básica.

Faz parte dessa realidade o estado de Santa Catarina – localizado no centro da Região Sul do País, que vive a melhor temporada de verão registrada na sua história, com o maior fluxo turístico – seis milhões de turistas na penúltima temporada (2014-2015) e expectativa de fechar a última temporada (2015-2016) com oito milhões, sendo 1.100.000 só turistas argentinos. Segundo a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FATMA, este é o único estado brasileiro que divulga, semanalmente, pontos impróprios para banho nos sites, além das placas nas praias de todo litoral catarinense.

Após ser escolhido por oito anos consecutivos como melhor estado do Brasil para viajar, pela revista Viagem & Turismo, e com os números expressivos dessa última temporada, o governo catarinense despertou para o futuro do turismo, no Estado.

Foi com base nos dados citados acima, que o secretário estadual de Turismo, Filipe Mello, chamou uma reunião em janeiro último, realizada em Florianópolis, com prefeitos das cidades litorâneas com maior fluxo turístico – Florianópolis, Balneário Camboriú, Itapema, Laguna, Bombinhas, Governador Celso Ramos, Palhoça e Porto Belo, para, em conjunto, tomar uma decisão relacionada ao futuro turístico de Santa Catarina. “Queremos ser o melhor estado em infraestrutura turística, por isso precisamos do apoio dos prefeitos, pois não adianta ser um desejo só do estado”, afirmou o secretário. “Decidimos priorizar a infraestrutura turística para nos tornar o melhor estado, e isso passa por mais sinalização nas praias, instalação de banheiros, tratamento de esgoto, saneamento básico, construção de decks, acessibilidade, chuveiro nas praias, etc”, detalha.

Menor estado brasileiro, ocupando 1,6% do território nacional, e ocupando a sexta economia do País, em 2015 o turismo do Estado movimentou R\$ 13 bilhões de reais, apenas na temporada de verão passada - 15 de dezembro de 2014 até o término do car-

naval de 2015. “Penso que o turismo deveria ser pauta econômica prioritária dos estados brasileiros, pois, em geral, a infraestrutura turística não acompanha o crescimento populacional e a importância deste segmento para a economia do País”, revela Mello, frisando que uma coisa é priorizar, outra é investir efetivamente, independente de questões partidárias. “A bandeira é única, o turismo”, enfatiza, explicando que o saldo da última temporada é altamente positivo. “Estamos tendo um verão histórico.

O prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Junior, diz que, para dar uma ideia, a Comcap, empresa responsável pela limpeza e coleta de lixo, acusou crescimento de 56% na produção de resíduos sólidos entre 15 de dezembro e 15 de janeiro, o que representa a estimativa da presença de 243 mil pessoas a mais na cidade no período, em relação ao ano passado. “Acho crucial que Santa Catarina tenha um plano de investimento em infraestrutura turística que receba aporte financeiro tanto federal quanto estadual e que englobe, além da balneabilidade, questões cruciais como a mobilidade, essenciais à satisfação do visitante e, é claro, também da nossa população”, afirma Cesar.

Já o prefeito de Balneário Camboriú, Edson Renato Dias, para garantir a saúde e bem-estar dos cidadãos, por exemplo, optou por investimentos no saneamento básico, e hoje conta com 90% de cobertura e 95% de eficiência no tratamento de esgoto. “Balneário Camboriú, ao longo dos últimos anos, vem fazendo sua parte no tratamento de esgoto. Somos o município que mais investiu em saneamento básico da região, sendo referência para o Estado”, ressalta o prefeito, garantindo ainda que os investimentos não param e obras de ampliação da rede de esgoto e de água continuam em execução. “Graças aos investimentos que temos realizado, conseguimos garantir uma temporada sem registros de falta de água”, salienta Edson.



Mesa de trabalhos

FOTOS: SAUL OLIVEIRA



Filipe Mello

LEGISLAÇÃO ESTADUAL PRÓPRIA PARA INCENTIVO AO TURISMO

Uma prova de que Santa Catarina compreende a importância do turismo, antes mesmo dessa tomada de decisões em conjunto, foi criada a lei estadual nº 13.336/2005, que instituiu o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - FUNTURISMO, constituído de recursos provenientes das seguintes fontes: recursos oriundos do FUNDOSOCIAL; receitas decorrentes da aplicação de seus recursos; contribuições, doações, financiamentos e recursos oriundos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; e outros recursos que lhe venham a ser destinados. “Os estados serão mais fortes se investirem no turismo. Afinal, quanto maior o investimento, maior será a receita gerada pela área. Os estados devem reconhecer a importância econômica e social do turismo, bem como incluí-lo na sua pauta econômica”, resume o secretário Filipe Mello. ■



Na prática

- Criação de medidas de fomento ao turismo no estado de Santa Catarina. Não foi criada nenhuma lei recente para tal ação; porém, existe a lei estadual nº 13.336/2005, que institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte

- Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina

- Esta ação pode ser implementada em qualquer estado litorâneo do País, bastando a administração ter interesse e criar políticas públicas compatíveis com o tema, em seu município. Para tanto, basta seguir medidas como as adotadas pelo governo do estado de Santa Catarina:

- Reuniu os prefeitos das cidades litorâneas com maior fluxo turístico, no Estado

- Determinou o turismo e o investimento em infraestrutura, como pautas prioritárias.

Mais informações:

www.sol.sc.gov.br
Tel. (48) 3665-7401



Elas são campeãs em competitividade turística

Estudo coloca três cidades brasileiras como exemplo de evolução no indicador, principalmente em se tratando de ações que dinamizam o turismo local

• Robson Gisoldi

Começa com Corumbá, a maior cidade pantaneira. Localizada em Mato Grosso do Sul, ocupa uma área de 65.000 km² e, em até bem pouco tempo atrás, tinha a pesca como o seu principal produto turístico. No entanto, de acordo com estudo realizado pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio

às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e Fundação Getúlio Vargas, é a cidade brasileira que mais evoluiu em competitividade turística.

A capital do Pantanal, como é conhecida, foi a que mais evoluiu se comparada a si própria, aumentando sua média geral em mais de três pontos percentuais em apenas um ano



FOTO: DIVULGAÇÃO

(de 58,6 pontos para 62,4 pontos, em uma escala que vai até 100 pontos). Hoje, Corumbá ocupa a 28ª posição no ranking de competitividade, avançando dez posições em relação ao ano passado. Segundo o prefeito do município, Paulo Duarte, uma série de ações e projetos contribuiu para esse resultado. “Trabalhamos para mudar isto. Investimos no turismo contemplativo, cultural e histórico, e até mesmo no de aventura com a criação de eventos esportivos radicais, como o Pantanal Extremo, que resultou na realização em novembro do ano passado, do Adventure Race World Championship, pela primeira vez no Pantanal de Corumbá”, explicou.

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional é um indicador que mede a competitividade de 65

destinos considerados indutores do desenvolvimento turístico do País. O estudo permite avaliar o estágio real de desenvolvimento do turismo em cada destino, entender onde as políticas de incentivo funcionaram e onde elas precisam ser repensadas, em nível local e federal. Para isso, analisa a situação de 13 categorias que compõem a atividade turística. “O objetivo é fazer um diagnóstico e dar condições para que os destinos reconheçam as virtudes e as oportunidades, elevando o turismo à condição de atividade econômica essencial ao desenvolvimento do País”, disse o ministro Henrique Eduardo Alves, durante apresentação do resultado em dezembro de 2015. A cidade brasileira mais competitiva é São Paulo, seguida pelo Rio de Janeiro e por Porto Alegre. ▶

Corumbá
ocupa a 28ª
posição no
ranking de
competitividade,
avançando dez
posições em
relação ao
ano passado

INFRAESTRUTURA PARA DINAMIZAR A ECONOMIA

Corumbá foi premiada pela evolução em três dos 13 segmentos analisados pelo indicador. Na categoria marketing e promoção do destino houve destaque para as rodadas de negócios, pelo lançamento de uma marca e pelo novo impulso na divulgação de materiais promocionais. Sua nota passou de 39,3 para 50,6 pontos, um ganho de 11,3 pontos em um ano. A cidade também foi a que mais evoluiu na categoria acesso ao destino turístico, especialmente pelos voos regulares do Brasil e da Bolívia e à oferta de transportes públicos nas rodovias, tendo avançado de 57,2 pontos para 65,2 pontos em apenas um ano, um acréscimo de 8,1 pontos percentuais. O destino ainda foi premiado na categoria capacidade empresarial, por ter novas escolas técnicas, universidades, além da presença de redes nacionais e internacionais de locação de automóveis e incentivo ao empreendedorismo. Sua nota passou de 53,3 para 58,9, um ganho de 5,7 pontos. “Trabalhamos bastante neste período. Investimos em infraestrutura, na saúde com a implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, na segurança, na divulgação de nossos produtos, do nosso destino, prova disso é que Corumbá ganhou um prêmio internacional sobre turismo. Foram fatores que deram resultado altamente positivo que mostraram Corumbá não só para o Brasil, mas também para o exterior”, afirmou Paulo Duarte.

O melhor índice registrado por Corumbá, no entanto, se refere à infraestrutura do destino. A cidade oferece aos turistas serviços médicos de emergências 24 horas, monitoramento por câmeras da maior parte das áreas turísticas e conta com a presença de instituições de segurança como Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros bem estruturados. A capital do Pantanal é hoje um polo de desenvolvimento do Centro-Oeste e, o turismo, uma das principais forças da região. Atrai turistas brasileiros e estrangeiros de diversas nacionalidades interessados em um dos biomas mais ricos do país. Sua principal riqueza, o Pantanal, ocupa 60% de seu território. Geograficamente, Corumbá ocupa uma posição estratégica, na fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

Segundo Paulo Duarte, a gestão está almejando novos investimentos que darão sequência à melhoria da competitividade local. “Vamos ampliar este leque, investindo em um produto que movimenta a nossa economia, mas não nos esquecendo de outras marcas importantes, como o nosso Carnaval, o Arraial do Banho de São João, e outros eventos que agregam valor ao turismo de Corumbá”, detalhou, destacando que as administrações municipais podem e devem contribuir para o aumento da competitividade das cidades. “Sem dúvida alguma. Foi dessa forma que conseguimos crescer e vamos continuar investindo em busca de novas conquistas”, concluiu.

Como Corumbá elevou sua nota?

Prefeitura identificou o turismo como grande fonte de receita.

Administração investiu no turismo contemplativo, cultural e histórico, e até mesmo no de aventura, com a criação de eventos esportivos radicais, como o Pantanal Extremo, que resultou na realização em novembro do ano passado, do Adventure Race World Championship, pela primeira vez no Pantanal de Corumbá.

Município recebeu melhorias em infraestrutura. Como na saúde, por exemplo, com a implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, na segurança e na divulgação de produtos.

Prova disso é que Corumbá ganhou um prêmio internacional sobre turismo.

FORTALEZA E PARATY TAMBÉM APRESENTARAM EVOLUÇÃO

Além de Corumbá, Fortaleza, capital do Ceará, também foi reconhecida pelo avanço da competitividade turística. Obras realizadas com apoio do Ministério do Turismo contribuíram para colocar a cidade como a capital com maior evolução no índice. A requalificação da orla da Praia do Futuro, que conferiu melhorias urbanísticas no principal atrativo natural da região e o Centro de Convenções, cuja programação influenciou na diversificação da oferta turística local, foram destacadas. “O exemplo de Fortaleza reforça a importância do investimento público no desenvolvimento e na estruturação dos destinos e confirma a relevância do índice de competitividade no processo de identificação dos avanços e dos problemas a enfrentar”, destacou o ministro Henrique Eduardo Alves, à ocasião.

Da mesma forma, a cidade litorânea de Paraty, no Rio de Janeiro, famosa pela arquitetura colonial, ruas de pedra e pela feira literária, foi reconhecida como a que mais evoluiu em temas como monitoramento e economia local, que valeram duas premiações no estudo. Igualmente, o avanço da cidade para atrair negócios e a presença em um Convention & Visitors Bureau gerou a Paraty a maior alta do País, quando o tema é economia local. Durante o evento de divulgação dos dados, o secretário-adjunto de Turismo de Paraty, Gabriel Ramos Costas, afirmou que o índice serve como instrumento de planejamento de ações para o município. “Ele é uma visão de fora para dentro, que servirá mais uma vez como diagnóstico para melhorarmos nossos programas voltados para o turismo”, complementa.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Conheça as boas práticas identificadas no Estado do Mato Grosso do Sul:

Projeto Embaixadores de Eventos em Bonito

Ajuda na captação de eventos para a cidade ao oferecer treinamento gratuito a profissionais ligados ao tema. Resultou de uma parceria entre o Bonito Convention & Visitors Bureau e a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio da cidade - e já rendeu quatro novos eventos para os próximos anos.

Gerenciamento do Centro de Convenções de Corumbá

Com instalações completas e parceria na gestão, o centro multiuso sedia eventos, empresta suas salas para a qualificação profissional, para eventos culturais, de saúde, de esporte e de educação. Atualmente o espaço recebe 120 mil pessoas por ano, entre turistas, população local e participantes e resultou da parceria entre a Fundação de Turismo do Pantanal e a Fecomércio-MS/Sesc.

Observatório de Turismo do Pantanal

Produz estudos que ajudam a conhecer o perfil do visitante e ajudar na tomada de decisões pelo poder público. É uma iniciativa da Fundação de Turismo do Pantanal de Corumbá.

PORTO ALEGRE E MACAPÁ EVOLUÍRAM EM ATRATIVOS TURÍSTICOS

A boa conservação das estradas, os investimentos em sinalização e a infraestrutura de seus pontos turísticos foram algumas das razões que tornaram Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, mais interessante para o turista, no último ano. Em atrativos turísticos, Porto Alegre se destacou pela qualidade do Parque Farrou-pilha e do Lago Guaíba, além de centros de cultura, como o Mercado Público Municipal, o Corredor Cultural do Centro Histórico, o planetário, os polos gastronômicos, praças e parques urbanos. São atrativos bem sinalizados e com preocupação com a acessibilidade. No estado do Rio Grande do Sul, além de Porto Alegre, também constam na lista dos 65 destinos indutores as cidades de Bento Gonçalves, 11^a colocada no ranking Brasil; e Gramado, que ficou na 25^a posição.

Em compensação, a única cidade brasileira cortada pela Linha do Equador, Macapá, capital do Amapá, na região Norte do Brasil, foi a que mais evoluiu em infraestrutura geral, no País. O município ganhou oito posições em relação ao ano passado, passando do 51^o destino mais competitivo, para a 43^a posição. A cidade também foi a que mais se desenvolveu em serviços e equipamentos turísticos, quesito no qual a nota da cidade subiu 6,1 pontos e alcançou 49,7 em uma escala de 0 a 100. A premiação de Macapá no quesito infraestrutura geral levou em conta itens como capacidade de atendimento médico para o turista no destino, estrutura urbana, fornecimento de energia e serviço de proteção ao turista. A capital implementou câmeras de segurança em pontos turísticos e passou a oferecer ciclovias e ciclofaixas, bem como elementos de acessibilidade em pontos de circulação de visitantes.

No quesito serviços e equipamentos turísticos, pesaram a favor de Macapá a existência de Centro de Atendimento ao Turista - CAT; a oferta de espaços para a realização de eventos, como salas em hotéis para eventos de pequeno e médio porte e a existência de instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres e técnicos regulares, bem como de graduação em áreas relacionadas ao turismo no município. ■

AGORA É LEI

Essa coluna busca recapitular as principais Leis Ordinárias e Decretos sancionados pelo Governo Federal que impactam diretamente os municípios brasileiros. O objetivo é servir de atualização e orientação para novas políticas públicas locais, contribuindo para a execução de projetos inovadores e criativos.

FEVEREIRO DE 2016

LEIS ORDINÁRIAS

LEI 13.256

Publicada em 5 de fevereiro, altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, e dá outras providências.

DECRETOS

LEI 8.685

Em 26 de fevereiro de 2016, o Governo promulgou o Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, firmado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010.

LEI 8.684

Publicado no dia 26, altera o Decreto nº 4.650, de 27 de março de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, e remaneja cargos em comissão.

LEI 8.683

Publicado também no dia 26, altera o Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, que regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.

LEI 8.682

Publicado no dia 26, dispõe sobre a execução do Setuagésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (78PA-ACE18), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, em 17 de dezembro de 2010.

LEI 8.681

Publicado em 24 de fevereiro, altera o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952.

LEI 8.680

Publicado no dia 24, altera o Decreto nº 6.827, de 22 de abril de 2009, que dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT e do Conselho Cura-

dor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CCFGTS.

LEI 8.679

Altera o Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e remaneja cargos em comissão.

LEI 8.678

Publicado no dia 23, altera o Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, e remaneja cargos em comissão.

LEI 8.677

Altera o Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, e remaneja cargos em comissão.

LEI 8.676

Em edição extra, altera o Decreto no 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.

LEI 8.675

Delega competência ao Ministro de Estado da Defesa para emitir autorizações de exportação de produtos de defesa.

LEI 8.674

Fixa, para a Marinha, o quantitativo de vagas para promoções obrigatórias de Oficiais para os Corpos e Quadros que menciona, no ano-base de 2015.

LEI 8.673

Fixa, para a Aeronáutica, os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias de Oficiais, para os Quadros que menciona, no ano-base de 2015.

LEI 8.672

Fixa, para o Exército, os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias de Oficiais das Armas, Quadros e Serviços que menciona, no ano-base de 2015.

LEI 8.671

Altera o Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

LEI 8.670

Em edição extra, dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016, e dá outras providências.

LEI 8.669

Dispõe sobre a revogação do regime de sanções das Nações Unidas à República Islâmica do Irã.

LEI 8.668

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça, remaneja cargos em comissão, aloca funções de confiança e dispõe sobre cargos em comissão e Funções Comissionadas Técnicas mantidos temporariamente na Defensoria Pública da União.

LEI 8.667

Dispõe sobre o saldo remanescente das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções constantes do Anexo V à Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 - Lei Orçamentária Anual de 2015.

LEI 8.666

Cria a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais - Cipo e dá outras providências.

LEI 8.665

Altera o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148, de 25

de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

LEI 8.664

Altera o Decreto no 5.980, de 6 de dezembro de 2006, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Alexandre de Gusmão, e remaneja cargos em comissão.

LEI 8.663

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e remaneja cargos em comissão.

LEI 8.662

Dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, e cria o Comitê de Articulação e Monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*.

LEI 8.661

Promulga o Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, firmado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.

Responsabilidade fiscal, um desafio para as prefeituras

• Robson Gisoldi

Em consequência da forte crise econômica observada no ano passado, a arrecadação das prefeituras brasileiras registrou queda nos quatro cantos do País. Nesse contexto, a preocupação com o equilíbrio do orçamento público passa a ser essencial ao gestor público municipal. Em 6 de maio de 2000, o Brasil deu um passo significativo para o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão. O Congresso aprovou proposta do Governo Federal que estabelecia padrões para a gestão de recursos e limites aos gastos públicos, em todas as esferas de governo. A Lei Complementar 101/2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, buscou transparência na gestão pública, obrigando os administradores a divulgar relatórios e demonstrativos dos gastos.

A Lei passou a fixar limites para o endividamento, obrigando os governantes a definirem metas fiscais anuais e a indicarem a fonte de receita para cada despesa permanente que propuserem. A partir da LRF, prefeitos e governadores foram impedidos de criar uma despesa por prazo superior a dois anos sem indicar de onde virá o dinheiro, dentre outras intenções.

Em síntese, a LRF estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal (art. 163). Um verdadeiro código de boas condutas fiscais aplicável a todos os entes da federação: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Devem cumpri-la todos os que exerçam cargo, emprego ou função pública, independentemente do nível hierárquico. O princípio básico que norteou a elaboração da LRF estabelece que o governante deve buscar equilíbrio entre as aspirações da sociedade e os recursos que esta coloca à disposição do governo.

AÇÕES DE PLANEJAMENTO

Esse mecanismo fortaleceu a busca das administrações públicas por práticas de planejamento orçamentário minuciosas, identificando as necessidades sociais, como o chamado Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com essas alterações, a vida dos gestores municipais mudou significativamente, pois o prefeito precisou dar mais ênfase ao planejamento dos

gastos, assumir uma postura mais transparente junto ao público e adotar controles internos para adequar-se às novas regras e limites. O conceito de responsabilidade fiscal está intrinsecamente relacionado à noção de prudência na gestão das finanças públicas ao longo do tempo; a ideia de que não é correto, da parte do gestor público, contrair compromissos superiores à capacidade de pagamento, e que se o fizer, tal opção deverá refletir uma opção consciente da sociedade.

Em artigo denominado "A lei de responsabilidade fiscal como instrumento gerencial para a administração pública", escrito por Carlos Eduardo de Mira Costa, mestrando da Universidade Federal de Itajubá, em parceria com Antonio Gil da Costa Júnior, doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, publicado em 2014 no Portal Âmbito Jurídico, os pesquisadores fizeram uma análise da LRF de forma bem aprofundada. De acordo com o texto, os autores frisam que "sabe-se que nossos governantes sempre foram muito displicentes, ou melhor, 'gananciosos' quando se trata de usar o dinheiro público, como se não pertencesse a ninguém, e a

Administração Pública não possui princípios amplamente reconhecidos e oficialmente aceitos". Na visão dos pesquisadores, é bastante significativa a influência da Lei nº. 101/2000 na tomada de decisão dos gestores. Segundo o texto, por meio de seus mecanismos disciplinadores, "o administrador é obrigado a seguir uma linha de trabalho coerente com a situação financeira apresentada, não sendo permitidos os excessos que possam vir a prejudicar o andamento dos serviços dispostos à sociedade, resultando em aplicação correta dos recursos públicos e em um plano de governo equilibrado, prevenindo, sobretudo, os fatos relacionados aos desvios de verbas para fins diversos, como muito acontecia anteriormente", avaliam.

Dessa forma, segundo o texto, fica evidente a importância das regras estabelecidas pela LRF, uma importante ferramenta gerencial para que o administrador público possa alcançar um ajuste fiscal nas contas públicas e para direcioná-los a trabalhar com mais responsabilidade e transparência durante seu mandato, planejando seus atos e evitando o descontrole que antes era comum a sociedade vivenciar dentro da política do País. "É portanto, notório, que após entrar em vigor em maio de 2000, a LRF mudou o quadro político do País; os gestores passaram a cumprir as regras estabelecidas, temendo a aplicação das penalidades cabíveis. Planejar estrategicamente os gastos públicos é um dos alicerces



FOTO: SHUTTERSTOCK

da LRF; o planejamento gera condições que favorecem o cumprimento dos muitos dispositivos definidos na lei", detalham em sua pesquisa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

COSTA, Carlos Eduardo de Mira; COSTA Júnior, Antonio Gil da. A lei de responsabilidade fiscal como instrumento gerencial para a administração pública. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVII, n. 121, fev 2014. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14483&revista_caderno=4>. Acesso em fev 2016.

Portal do Tesouro Nacional. *Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades*. <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/infracoes-da-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-suas-penalidades>> Acesso em 12\02\2016.

Revista de audiências públicas do Senado Federal. *Revista Em discussão! Ano 4 - nº 16 - Julho de 2013*. <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/contas-publicas/realidade-brasileira/lrf-lei-de-responsabilidade-fiscal-os-limites-para-o-endividamento-de-uniao-estados-e-municipios-e-as-metas-fiscais-anuais.aspx>> Acesso em 12\02\2016.

Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades

Infração	Sanção/Penalidade
Deixar de apresentar e publicar o Relatório de Gestão Fiscal, no prazo e com o detalhamento previsto na lei (LRF, artigos 54 e 55; Lei nº 10.028/2000, art. 5º, inciso I).	Multa de 30% dos vencimentos anuais (Lei nº 10.028/2000, art. 5º, inciso I e § 1º). Proibição de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária (LRF, art. 51, § 2º).
Ultrapassar o limite de Despesa Total com Pessoal em cada período de apuração (LRF, art. 19 e 20).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal em desacordo com a lei (LRF, art. 21).	Nullidade do ato (LRF, art. 21); Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).
Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão (LRF, art. 21).	Nullidade do ato (LRF, art. 21, § único); Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).
Deixar de adotar as medidas previstas na LRF, quando a Despesa Total com Pessoal do respectivo Poder ou órgão exceder a 95% do limite (LRF, art. 22).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º). Proibições previstas em lei (LRF, art. 22, § único).
Deixar de adotar as medidas previstas na lei, quando a Despesa Total com Pessoal ultrapassar o limite máximo do respectivo Poder ou órgão (LRF, art. 23).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).
Manter gastos com inativos e pensionistas acima do limite definido em lei (LRF, artigos 18 a 20; art. 24, § 2º; art. 59, § 1º, inciso IV).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Não cumprir limite de Despesa Total com Pessoal em até dois anos, caso o Poder ou órgão tenha estado acima desse limite em 1999 (LRF, art. 70).	Proibição de receber transferências voluntárias, contratar operações de crédito e de obter garantias (LRF, art. 23, § 3º). Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Não cumprir, até 2003, o limite de Despesa Total com Pessoal do exercício em referência que não poderá ser superior, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até dez por cento, se esta for inferior ao limite definido em lei (LRF, art. 71).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Deixar de reduzir o montante da Dívida Consolidada que exceda o respectivo limite, no prazo previsto em lei (LRF, art. 31, § 1º).	Detenção de três meses a três anos, perda do cargo e inabilitação para a função por cinco anos (Lei nº 10.028/2000, art. 4º, inciso XVI). Proibição de realizar operação de crédito, enquanto perdurar o excesso. Obrigatoriedade de obtenção de resultado primário, com limitação de empenho (LRF, art. 31, § 1º).
Exceder, ao término de cada ano, o refinanciamento do principal da dívida mobiliária do exercício anterior (LRF, art. 29, § 4º).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Não obter o resultado primário necessário para recondução da dívida aos limites (LRF, art. 31, § 1º, inciso II).	Multa de 30% dos vencimentos anuais (Lei nº 10.028/2000, art. 5º, inciso III e § 1º).
Ultrapassar o prazo para o retorno da Dívida Mobiliária e das Operações de Crédito aos limites (LRF, art. 31, §§ 2º e 3º).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII). Proibição de receber transferências voluntárias (LRF, art. 31, §§ 2º e 3º).
Conceder Garantia em desacordo com a lei (LRF, art. 40).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Conceder Garantia sem o oferecimento de Contra-garantia determinada pela lei (LRF, art. 40, § 1º).	Detenção de três meses a um ano (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).
Conceder Garantia acima dos limites fixados pelo Senado Federal (LRF, art. 40 § 5º).	Nullidade do ato (LRF, art. 40 § 5º). Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
As entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias concederem Garantia, ainda que com recursos de fundos, (LRF, art. 40, § 6º).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Não ressarcir pagamento de dívida honrada pela União ou Estados, em decorrência de Garantia prestada em Operação de Crédito (LRF, art. 40, § 9º).	Condicionamento de transferências constitucionais para o ressarcimento. Não ressarcir pagamento de dívida honrada pela União ou Estados (LRF, art. 40, § 9º).
Não liquidar a dívida total que tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de Garantia prestada em Operação de Crédito (LRF, art. 40, § 10º).	Suspensão de acesso a novos financiamentos (LRF, art. 40, § 10º).
Contratar Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, em desacordo com a lei (LRF, art. 38).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Realizar Operação de Crédito fora dos limites estabelecidos pelo Senado Federal (LRF, art. 32, § 1º, inciso III).	Detenção de três meses a três anos, perda do cargo e inabilitação para a função por cinco anos (Lei nº 10.028/2000, art. 4º, inciso XVI).
Realizar Operação de Crédito com outro ente da Federação, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente (LRF, art. 35).	Detenção de três meses a três anos, perda do cargo e inabilitação para a função por cinco anos (Lei nº 10.028/2000, art. 4º, inciso XVI).
Não liquidar integralmente as Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro, especificamente até o dia 10 de dezembro de cada ano (LRF, art. 38, inciso II).	Detenção de três meses a três anos, perda do cargo e inabilitação para a função por cinco anos (Lei nº 10.028/2000, art. 4º, inciso XVI).
Receita de Operações de Crédito em montante superior ao das despesas de capital, no projeto da lei orçamentária (LRF, art. 12, § 2º).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Aplicar Disponibilidade de Caixa em desacordo com a lei. (LRF, art. 43, §§ 1º e 2º).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Não depositar, em conta separada das demais disponibilidades de cada ente, as Disponibilidades de Caixa dos regimes de previdência social e não aplicá-las nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira (LRF, art. 43, § 1º).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Aplicar Disponibilidade de Caixa dos regimes de previdência social em títulos estaduais ou municipais, ações e outros papéis de empresas controladas e conceder empréstimos aos segurados e ao Poder Público (LRF, art. 43, § 2º).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Inscrever, em Restos a Pagar, despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda o limite estabelecido na lei (LRF, art. 42 e art. 55, inciso III, alínea "b").	Detenção de seis meses a dois anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º, inciso XVI).
Não cumprir, até 2002, o limite de Despesa com Serviços de Terceiros do exercício em referência que não poderá ser superior, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 1999 (LRF, art. 72).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).

Como exercer o direito de resposta na imprensa?

• Robson Gisoldi

Participar de uma forte rotina de entrevistas, ver sua imagem estampada nas páginas dos jornais e ouvir suas ideias replicadas pela mídia são 'ossos do ofício' de qualquer gestor público que se preze. Ao contrário do trabalho executivo privado, comprometido apenas com os resultados e geração de lucros, o profissional que administra os recursos da sociedade deve, constantemente, prestar contas à população sobre seu trabalho. E a imprensa, além dos canais institucionais de comunicação, é o meio mais eficiente para demonstrar suas realizações, além de defender suas atitudes, quando necessário.

No caso de a imprensa não cumprir bem o seu papel e desvirtuar certas declarações, todos os cidadãos têm um recurso jurídico a fim de esclarecer a verdade dos fatos. Desde 11 de novembro de 2015 está em vigor a Lei nº 13.188, que define diretrizes para utilização do chamado Direito de Resposta. Ou seja, em toda a matéria jornalística divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social, que apresente equívoco de informação contra honra, a intimidade, a reputação, o conceito,

o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica identificada ou passível de identificação.

Para a imprensa escrita, falada ou de internet, a resposta deverá ter o mesmo tamanho e as mesmas características da matéria considerada ofensiva. No rádio ou na TV, é exigida a mesma duração e alcance territorial. A publicação da resposta ou retratação não impedirá o ajuizamento de ação por dano moral.

COMO PROCEDER

No caso de o gestor precisar solicitar esse direito, a lei estabelece prazo de 60 dias, a partir da publicação da notícia ou reportagem, para que o interessado formalize o pedido de resposta ou retratação diretamente ao veículo de comunicação. Caso se trate de matérias com mais de uma divulgação sucessiva, vale a data da primeira publicação.

Uma vez formalizado o pedido de retratação, o veículo de comunicação terá prazo de sete dias para publicá-lo. Caso decida não fazê-lo, abre possibilidade para que o ofendido recorra à Justiça.

O processo deverá ser ajuizado na cidade onde o ofendido reside, no caso de

pessoas físicas, ou onde a empresa está estabelecida, no caso de pessoas jurídicas. O reclamante também pode entrar com o pedido no local em que considerar ter ocorrido maior repercussão sobre a notícia.

O juiz terá 24 horas para citar o veículo de comunicação, que terá igual prazo para apresentar a justificativa da não publicação da resposta ou retratação, e três dias para apresentar a contestação.

Após a citação, ainda que não tenha recebido manifestação do veículo, o juiz poderá conceder liminar, determinando prazo e condições para a publicação da resposta, caso considere haver indícios suficientes que houve ofensa. Essa decisão pode ser revista a qualquer momento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
BRASIL. Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015. Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. Diário Oficial da União. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13188.htm>. Acesso em 15/02/16.

VOLUNTARISMO JUDICIAL E FIM DAS GARANTIAS



Vladimir Alves é advogado, especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura

Qualquer cidadão que exerce mandato popular ou cargo público já percebeu que muitos dos princípios gerais de direito, antes invocados como pilares do estágio civilizatório, já não encontram o mesmo amparo nos órgãos de cúpula do Poder Judiciário. O que se denota é um avanço crescente do voluntarismo judicial em detrimento de garantias fundamentais próprias do Estado Democrático de Direito.

Recentemente, ao julgar o Habeas Corpus nº 126.292/SP, o Supremo Tribunal Federal alterou a orientação jurisprudencial vigente para permitir que a execução de sentença penal condenatória, com a prisão do réu, ocorra antes do trânsito em julgado da decisão, bastando para tanto que a decisão seja colegiada.

Os sete dos onze ministros que chancelaram o novo entendimento parecem sentir-se confortáveis e não veem qualquer contradição com a literal disposição inscrita no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, segundo a qual, "(...) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (...)". Na fundamentação expendida para relativizar o mandamento constitucional, o que se viu foram argumentos majoritariamente sociológicos ou extrajurídicos do tipo: "é preciso ouvir o clamor das ruas..." ou "a nova interpretação contribuirá para a redução dos recursos aos Tribunais Superiores(...)".

Ao mesmo tempo refém e catalisador desse tal "sentimento das ruas", o Poder Judiciário parece caminhar na perigosa e escorregadia trilha da relativização dos princípios gerais de direito. E esta tendência não se restringe ao processo penal. No âmbito civil, o "trânsito em julgado" já tinha sofrido duro golpe quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 30. Naquela ocasião, o Supremo mais uma vez desprezou o trânsito em julgado para permitir a condenação colegiada em improbidade administrativa produzisse efeitos no âmbito da Justiça Eleitoral. Foi reconhecida como constitucional a possibilidade de decretação da ineligibilidade daqueles que foram condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão proferida por órgão judicial colegiado (2ª instância) por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena.

O fato é que a relativização do princípio da presunção de inocência produz ruídos jurídicos tanto na esfera penal, como na esfera civil, causando grave

sensação de insegurança jurídica e institucional. No âmbito do processo penal, imagine-se o caso de alguém, que condenado em segunda instância, deva cumprir pena de prisão enquanto recorre aos Tribunais Superiores. O eventual julgamento dos recursos constitucionais pode durar alguns anos, talvez superando o próprio período de reclusão. Revertida a condenação de segunda instância e absolvido o réu, quem poderá recompor a perda sofrida pelo cidadão? Restará ao réu absolvido buscar alguma "reparação" por meio, talvez, de uma ação indenizatória contra o Estado que, certamente, levará anos para ser julgada até se tornar um precatório, que ele, provavelmente, não viverá o suficiente para receber.

Não são menos graves as consequências decorrentes da nova interpretação em relação ao enfraquecimento da jurisdição constitucional, isto é, dos recursos destinados a apreciar matéria de direito, prejudicando a efetividade dos recursos de sobreposição: o especial para o Superior Tribunal de Justiça; e o extraordinário, para o Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, como bem salientou o ministro Celso de Mello ao rejeitar o novo entendimento em voto vencido, nada menos que 39% dos recursos extraordinários são providos, alterando os julgados de segunda instância. Isso significa que a reversão pode atingir mais de um terço dos processos em tramitação.

Outra consequência danosa se relaciona a uma lacuna institucional, pois, a nova orientação privilegia a decisão colegiada e não, necessariamente, o julgamento de segunda instância. Assim, se o crime for cometido por determinadas autoridades que detêm o chamado foro por prerrogativa de função (popularmente conhecido como foro privilegiado), a aplicação da nova tese ensejará a prisão imediata de quem sequer teve acesso ao duplo grau de jurisdição. É o caso dos prefeitos municipais, por exemplo. Em razão do foro por prerrogativa de função, a competência originária para julgar seus crimes é do Tribunal de Justiça dos Estados, de modo que eventual condenação será proferida em decisão colegiada, possibilitando a prisão logo após o primeiro julgamento.

No caso das ações de improbidade, a decisão condenatória colegiada de segunda instância barraria o registro de candidatura de um possível candidato às eleições de 2016. Caso seja reabilitada a elegibilidade nas instâncias superiores, não há como recuperar a perda, pois é impossível pleitear um registro de candidatura fora do calendário eleitoral.

Ao avançar na interpretação para reescrever a Constituição, os órgãos jurisdicionais em geral, e o Supremo Tribunal Federal, em particular, levam ao extremo o chamado ativismo judicial, extrapolando a sua competência e ferindo o Estado Democrático de Direito.

Ao atribuir essa nova leitura ao Texto Constitucional, o Supremo vai além de suas prerrogativas, desconhecendo o fato de que tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição, conhecida como PEC dos Recursos, justamente com a finalidade de alinhar o processamento de recursos aos Tribunais Superiores às demandas da sociedade por uma maior celeridade e efetividade das condenações colegiadas de segunda instância. É ao Congresso, e não ao Judiciário, que compete "ouvir" a voz das ruas. ■



SUA CANTINA TECNOLÓGICA

Cantina 360°

EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO, NÃO HA DIFERENÇA, MAS TEM QUEM FAÇA!

TORNE-SE UM PARCEIRO CANTINA 360 E AUMENTE SEU PACOTE DE BENEFÍCIOS AOS PAIS, PROPORCIONANDO NÃO SÓ EDUCAÇÃO, MAS SAÚDE ALIMENTAR AOS SEUS ALUNOS.

Cantina 360 é uma ferramenta de gestão financeira e alimentar que possui uma proposta diferenciada. Chega ao mercado com o objetivo de fornecer aos pais o controle da alimentação nas cantinas escolares, reduzindo as chances de problemas de saúde ao longo da vida, decorrentes da alimentação inadequada ou mal controlada na infância.



WWW.CANTINA360.COM.BR



(11) 4249-2554 / 5504-1953



CONTATO@CANTINA360.COM.BR



AV. ENG. LUIS CARLOS BERRINI, 550
4º ANDAR - ITAIM BIBI - SP

► **Braskem e Mauá, uma parceria que gera inovação e desenvolvimento para a região do Grande ABC.**

8 de dezembro é aniversário de Mauá. 61 anos cheios de motivos para comemorar.

Mauá é o município de duas unidades industriais da Braskem localizadas no Polo Petroquímico do Grande ABC, que é historicamente o berço da indústria petroquímica no Brasil e gera atualmente milhares de empregos, fortalecendo o desenvolvimento econômico e social da cidade e do país.

A Braskem deseja que os próximos 61 anos de Mauá sejam marcados por ainda mais inovações e conquistas.



Braskem



Patrocinadora do Paratletismo Brasileiro